**Dissolução da Unilabor:
crise e falência de uma autogestão operária – São Paulo, 1963-1967**

*The break-up of Unilabor:
crisis and failure of a workers' self-management experience – São Paulo, 1963-
1967*

Mauro Claro

Natureza do trabalho: Tese

Instituição: Universidade de São Paulo / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Grau pretendido: Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadoras:

**Profa. Dra. Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsányi – 3/3/2008 a
5/8/2009**

Profa. Dra. Fernanda Fernandes da Silva – 6/8/2009 a 3/3/2012

São Paulo, 2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

email: mc@mauroclaro.arq.br

Claro, Mauro

C613d Dissolução da Unilabor: crise e falência de uma autogestão operária – São Paulo, 1963-1967 / Mauro Claro. – São Paulo, 2012. 197 p. : il.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.

Orientadoras: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsányi – período: 3/3/2008 a 5/8/2009 e Fernanda Fernandes da Silva – período: 6/8/2009 a 3/3/2012

1.Desenho industrial – Brasil 2.Design 3.Autogestão de empresas 4.Economia humana 5.Humanismo 6.Solidariedade – Aspectos políticos e religiosos 7.Trabalho 8.Utopia – América Latina 9.Unilabor I.Título

CDU 749

DEDICATÓRIA

para Regina Célia Pousa Ponte

AGRADECIMENTOS

- Fernanda Fernandes da Silva
- Regina Célia Pousa Ponte
- meus pais, Ana Maria e Milton, e toda a minha queridíssima família
- Soraia Bento Gorgati
- Jair dos Santos Mari
- Maria Isabel Villac
- Luís Antonio Jorge
- Andréa Tourinho
- Fernando Vásquez
- Maria da Graça Rodrigues dos Santos
- frei João Xerri
- Ordem dos Dominicanos
- Ideo Bava
- Angélica Santi
- Antonio Bioni
- Maria Thereza Vargas
- Waldenes Ferreira Japyassu
- Álvaro Volpe Bacelar
- João José da Silveira Neto
- Luzia Thereza
- Ana Paula Calvo
- colegas da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- colegas da Universidade de São Paulo
- Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Universidade de São Paulo
- Geraldo de Barros (em memória)
- Antônio Thereza (em memória)
- José Suares de Oliveira (em memória)
- Abel Pinto de Oliveira (em memória)

RESUMO

Este estudo busca trazer elementos para explicar a crise que dissolveu a Unilabor, uma experiência autogestionária operária única a seu tempo, em São Paulo, através da análise da documentação interna da empresa, das informações prestadas por alguns dos participantes, entrevistados, e pelo recurso à hipótese de prevalência de uma racionalidade instrumental, a certa altura dos acontecimentos, em lugar da racionalidade substantiva pressuposta nos fundamentos da comunidade. Os elementos para a formulação e exame dessa hipótese provêm das teorias marxistas do trabalho, conforme reformuladas e atualizadas por autores como Robert Kurz, Roberto Schwarz, Moishe Postone, Jürgen Habermas, André Gorz e Ricardo Antunes, os quais, mesmo não uniformemente, apontam os elementos atuais de uma crise da categoria ‘trabalho’ como elemento central da formação da riqueza. Também os conceitos de comunidade, solidariedade, esperança e amizade, conforme expostos e analisados por Giorgio Agamben e Terry Eagleton, servirão para problematizar as conclusões do trabalho. O aspecto estético, consubstanciado no desenho industrial utilizado nos móveis produzidos pela Unilabor, aparece como fundamento secundário da hipótese de insuficiência substantiva apresentada, pois pretendeu ser fator pedagógico, portanto de aprendizado de ofício, para os operários envolvidos na autogestão. Tal programa estético, tanto quanto a solidariedade, a amizade e a racionalidade substantiva, também mostrou-se insuficiente para a manutenção dos laços comunitários.

PALAVRAS-CHAVE

Força fraca (Habermas), autogestão de empresas, catolicismo (dominicanos), comunitarismo, construtivismo (arte moderna), cristianismo (aspectos sociais, Brasil), desenho industrial (século XX, Brasil), design, Economia e Humanismo, economia humana, humanismo (século XX), solidariedade (aspectos políticos), solidariedade (aspectos religiosos), trabalho, Unilabor, utopia (América Latina)

ABSTRACT

This study aims to gather elements to explain the crisis that dissolved Unilabor, a workers' self-management experience in São Paulo that was unique in its time, through the analysis of the company's internal documentation, through information provided by some of the participants who were interviewed, as well as by resorting to the hypothesis of prevalence of an instrumental rationality, at one point, in place of the substantive rationality assumed in the fundamentals of the community. The elements for the formulation and analysis of this hypothesis come from Marxist theories of labor, as reformulated and updated by authors such as Robert Kurz, Roberto Schwarz, Moishe Postone, Jürgen Habermas, André Gorz, and Ricardo Antunes, who, albeit not uniformly, have pointed out the current elements of a crisis of the category 'work' as a central element in the creation of wealth. Additionally, the concepts of community, solidarity, hope, and friendship, as defined and analyzed by Giorgio Agamben, and Terry Eagleton will be used to open the conclusions of this paper up to discussion. The aesthetic aspect, embodied in the industrial design of the furniture produced by Unilabor is present as a background for the substantive insufficiency hypothesis that is presented, since it intends to function as a factor that is pedagogical, thus concerning the learning of one's craft by workers involved in the self-management. This aesthetic program, as much as the solidarity, friendship, and substantive rationality, also proved to be insufficient for the maintenance of community ties.

KEY WORDS

Weak force (Habermas), self management of companies, Roman Catholicism (Dominicans), communitarianism, Constructivism (modern art), Christianity (social aspects, Brazil), industrial design (20th century, Brazil), design, Economy and Humanism, human economy, humanism (20th century), solidarity (policy issues), solidarity (religious aspects), labor, Unilabor, utopia (Latin America)

LISTA DE SIGLAS

- BICO – Biblioteca Infantil Cristo Operário
- CECO – Centro Educacional Cristo Operário
- COI – Círculo Operário do Ipiranga
- CSCO – Centro Social Cristo Operário
- EDT – Escola Dominicana de Teologia
- ICO – Instituto de Cultura Operária
- JEC – Juventude Estudantil Católica
- JOC – Juventude Operária Católica
- JUC – Juventude Universitária Católica
- MAM – Museu de Arte Moderna
- MASP – Museu de Arte de São Paulo
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PDC – Partido Democrata Cristão
- POR – Partido Operário Revolucionário
- TBC – Teatro Brasileiro de Comédia

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	5
PALAVRAS-CHAVE	5
ABSTRACT	6
KEY WORDS.....	6
LISTA DE SIGLAS	7
SUMÁRIO.....	8
INTRODUÇÃO.....	11
Programa geral	11
A Comunidade Unilabor.....	17
O beijo como método.....	27
Fundamentação teórica	29
Ruptura ontológica / Kurz	29
A modernidade vem de onde?	29
Superação do trabalho como elemento da socialização do valor	29
Fetichismo da mercadoria e do capital: os novos fundamentos da dominação	35
A ideia de solidariedade fora das fronteiras iluministas.....	37
Trabalho imaterial	38
A modernidade vai para onde?.....	42
Solidariedade.....	50
Amizade	52
Força fraca.....	57
Prática militante / a história não precisa terminar; como ir além?.....	58
Patrimônio cultural, construção da memória: tombamento, recuperação, restauro, uso	58
Trabalho braçal-intelectual / ação teórica não contemplativa (Kurz)	71
1. A CRISE.....	74
1.1. O grupo inicial: uma associação de diferentes.....	74
1.1.1. Frei João.....	77
1.1.2. Geraldo de Barros	81
1.1.3. Antônio Thereza.....	83
1.1.4. Justino Cardoso.....	83
1.2. Quadro geral.....	84
1.3. O resplendor (1959-1963): planos para crescer	89
1.3.1. Novo edifício	89
1.3.2. Novo maquinário	93
1.3.3. Instituto de Cultura Operária.....	96
1.3.4. Fundo comunitário.....	100
1.3.5. Cooperativa.....	101
1.4. A preparação (1958-1963): rompimentos e descapitalização	105
1.4.1. Expulsão de comunistas e trotskistas (1958-59).....	105

1.4.2. Resgate de quotas e aumentos de salários (1962-63)	123
1.5. A realização (1963-1967): descapitalização e descontrole contábil.....	124
1.5.1. O macacão versus a gravata (1964): capitalistas versus comunistas	124
1.5.2. O apoio financeiro desaparece (1964).....	126
1.5.3. A descapitalização e o recurso a agiotas	128
2. DA UNILABOR À HOBJETO: O DESENHO NO CENTRO.....	133
2.1. A saída de Geraldo (a linha nova, os limites da Unilabor)	133
2.2. Propriedade e dividendos: disputa	139
2.3. Rompimento neoconcreto e limites do concretismo	146
2.3.1. As certezas de Geraldo de Barros / concretismo, indústria, desenho	146
2.3.2. As dúvidas de Hélio Oiticica / concretismo, neoplasticismo, espaço.....	148
2.3.3. A contribuição de Roberto Schwarz / modernismo e pós-modernismo.....	149
3. A FALÊNCIA	151
3.1. Socorro infrutífero.....	153
3.1.1. Comunidade Scott Bader (1963) / exemplo de ajuda de amigos	153
3.1.2. Agiotas (1964) / recursos mais vultosos.....	154
3.1.3. Ordem dominicana (1965) / apagar o incêndio	157
3.2. Recuperação pelo desenho: Ideo Bava e Angélica Santi (1965).....	158
3.3. Desativação	159
3.3.1. Análise da situação por frei João.....	159
3.3.1.1. Documento DG2P53D034.....	161
3.3.1.2. Documento DG2P53D033.....	162
3.3.2. Mas a empresa foi encerrada?	163
CONCLUSÃO	168
REFERÊNCIAS	171
Bibliografia	171
Entrevistas	176
Arquivos consultados.....	177
ANEXOS	178

Companheiros e agregados confraternizam na frente do prédio principal da Unilabor, após partida de futebol, por volta de 1962. [imagem: arquivo de Alfredo Lopes]

INTRODUÇÃO

Programa geral

Trata-se, nesta pesquisa de doutorado, de examinar a crise que pôs fim à experiência da Comunidade de Trabalho Unilabor, dissolvida em 1967. Minha pesquisa de mestrado¹ (1993-98) situara a Unilabor em suas origens, em seus fundamentos filosóficos e em seu alcance imediato, mas deixara propositalmente de lado o exame dos acontecimentos que impediram que o experimento prosseguisse além de uma certa etapa. Tal tarefa se afigurava excessiva na ocasião, já que a pesquisa estava às voltas com um universo novo e inexplorado de fatos, teorias, conceitos, autores, atores e contextos cujo sentido geral era preciso fixar. A pesquisa de mestrado respondia também a um anseio pessoal pelo entendimento dos mecanismos que tornavam possível ao indivíduo doar-se ao grupo e realizar-se como parte da coletividade², e a Unilabor era exemplo de tentativa desse tipo: o exame de seus fundamentos me parecia trazer material suficiente para uma primeira reflexão acerca do problema.

¹ CLARO, Mauro. **Unilabor**: desenho industrial e racionalidade moderna numa comunidade operária em São Paulo (1950-67). Universidade de São Paulo, FAU, dissertação (mestrado), professora orientadora Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsányi, professora coorientadora Maria Cecília França Lourenço, 1998. 149 p. [data da defesa: 19-10-1998]. / O mesmo trabalho foi publicado em livro: CLARO, Mauro. **Unilabor** - desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Senac, 2004. 190 p.

² Este tema será retomado ao longo deste estudo. De imediato é importante fixar que Freud discute a ocorrência do sentimento de coletividade e comunidade como oposto do princípio do prazer (satisfação a qualquer custo dos desejos básicos do indivíduo) e, portanto, garantia da sociabilidade necessária à vida gregária. Renato Mezan, em sua tese sobre Freud, expõe a questão às páginas 496 e seguintes, levantando os pontos principais da reflexão freudiana (ver: MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo/Brasília: Brasiliense/CNPq, 1985. 652 p.). De acordo com o autor o texto de Freud que deve ser consultado é “Psicologia das massas”. A questão implicada é o “assassinato do pai primitivo”, diz Mezan, elemento de culpa primeira, original, que reaparece na passagem da horda primitiva para a massa civilizada e, nesta, é atualizada na figura de um líder (substituto do pai primitivo) que impede a realização do desejo homicida, latente, e garante a integralização da norma social. “É neste ponto que Freud introduz a discussão do enamoramento e da hipnose: esta apresenta, isolado, um componente da estrutura da massa, a saber a relação com o líder. O hipnotizador se situa no lugar ideal do ego, isto é, no mesmo posto ocupado pelo caudilho, pelo Cristo ou pelo general, e neste sentido se revela como um dos substitutos da imagem do pai.” (p. 496). Agradeço a sugestão de utilização dos conceitos de horda e massa e da obra de Mezan a Soraia Bento Gorgati.

Uma vez confirmado o sentido humanista e desalienador (seu ponto forte), o que foi feito no mestrado, era necessário perguntar-se sobre sua fraqueza: por que não resistiu? Isso será feito nesta pesquisa. O exame dos acontecimentos que moldaram o destino da Unilabor poderá contribuir para um maior entendimento dos mecanismos de solidariedade no mundo do trabalho, sendo este o objetivo geral do estudo e também sua justificativa.

Ainda é preciso dizer, nesta introdução, que o atual estudo responde também àquela mesma necessidade pessoal já mencionada: trata-se de tentar entender algo que chamaria, inicialmente, de “mecanismo da traição”, mas que poderia também chamar de “pecado original”, já que estamos num âmbito do qual a religião católica faz parte. Sabe-se que a desarticulação deu-se em meio a acusações recíprocas de traição do ideal comunitário em favor de benefícios individuais (entre eles o principal, o dinheiro) já que a empresa cresceu e se tornou viável economicamente a certa altura. À suposta traição entre companheiros na Unilabor equiparo a frustração quando, ao longo da adolescência, me vi frente ao fato de que a igualdade que moldava minha ingênua compreensão de mundo, e que julgava real, não existia para a maioria a não ser como discurso e que, assim, não existia de fato. Que ninguém esperasse que solidariedade e igualdade, sua extensão natural, fossem mais que apenas ideias, prontas a serem corrompidas na primeira hora, assim que o interesse individual reclamasse sua parte³. O espanto que o conhecimento dessa impossibilidade produziu transformou-se em sentimento de culpa e traição, depois em revolta, depois em tristeza e em crítica.

³ É interessante pensar sobre as dificuldades que uma alternativa socialista, ou coletivista, ou comunista (tivesse uma delas vingado no início dos anos 1960 no país) teria enfrentado: um tipo de problema humano de complexidade absurda que certamente colocaria em cheque a cada momento a própria natureza solidária requerida. A literatura socialista está repleta de análises de casos semelhantes. Agradeço a sugestão deste aspecto a Jair dos Santos Mari.

Os elementos que propiciarão o exame da hipótese de esfacelamento por falta de solidariedade, apontada acima, são os seguintes:

1. ruptura com Gontran Guanaes Netto, companheiro membro do PCB, em 1958
2. ruptura com os intelectuais simpatizantes, trotskistas, promotores das atividades de ensino e teatro, em fevereiro de 1959
3. expansão do volume de retirada de dividendos da cooperativa, em prejuízo da capitalização da empresa
4. saída de Geraldo de Barros⁴ em março de 1964 e posterior disputa entre Unilabor e Bioni & Companhia (com quem Geraldo se associara) pelo direito de produção das peças que compunham o conjunto de móveis fabricado pela Hobjeto, derivado da “linha nova” da Unilabor, cuja peça emblemática é o beliche premiado na VI UD, em 1965⁵
5. saída de companheiros num curto período, em 1964-5, levando as quotas a que tinham direito, descapitalizando subitamente a empresa, em meio a acusações mútuas quanto à lisura das operações com agiotas e ao emprego do dinheiro obtido
6. interrupção das contribuições financeiras dos apoiadores a partir do golpe de 1964, assim como do crédito regular no sistema bancário, esta última fruto da política econômica⁶ no início do período da ditadura

⁴ A saída de Geraldo gerou um vazio de projeto não preenchido, de acordo com o depoimento de Angélica Santi em 19/8/2009, o que revelaria que o amadurecimento do processo de projeção não havia sido homogêneo entre os companheiros. De acordo com as observações desta pesquisa, tal amadurecimento se restringiu ao próprio Geraldo e, talvez, a alguns poucos outros companheiros como, por exemplo, Antônio Thereza.

⁵ Ver documento sem data, obtido no Arquivo Alcântara Machado Feiras e Exposições, em julho 2012, datilografado, na forma de um comunicado à imprensa, intitulado “1965 - VI UD”.

⁶ Ver: KORNIS, George Edward Machado. **Repensando o PAEG**: uma revisão das análises da política econômica brasileira - 1964/1966. UNICAMP, IFCH, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, professor orientador: Carlos Francisco Lessa, 1983. 262 p.

7. problemas emocionais enfrentados por Frei João ao longo de boa parte de sua vida adulta, que resultaram em sucessivas internações em instituições de tratamento psiquiátrico e em tratamento psicanalítico, descritos em seu livro “Recordações da casa dos loucos”⁷

Sumariamente, as perguntas a serem respondidas ao longo do estudo, e que corresponderão aos capítulos, são:

- qual a causa da crise?
- de quem é o desenho do móvel?
- a empresa foi encerrada ou ainda existe? (as contas foram pagas?)

Este é o programa desta pesquisa. O primeiro ponto, a causa da crise, já foi brevemente apresentado acima e será explorado no primeiro capítulo. Basta acrescentar que um dos apoiadores de frei João e da Unilabor opinou, em conversa pública recente (2004) que, quando vota contra os comunistas na Unilabor, frei João perde todos os seus apoiadores de esquerda e mantém todos os seus inimigos de direita⁸. Acerca do segundo e do terceiro pontos, que correspondem aos capítulos 2 e 3, são necessárias mais explicações.

O capítulo 2 trata do desenho do móvel Unilabor na sua transição para a Hobjeto, no que se refere ao seu papel na ruptura da comunidade. A certa altura (ao mesmo

⁷ SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Recordações da casa dos loucos**. Porto Alegre: Paulinas, 1983. 108 p.

⁸ Observação relevante, tanto mais pelo fato de que há indícios [ver depoimento de Sabattina de Lourdes Gervásio a Murilo Leal Pereira Neto, 1996], que serão explorados ao longo deste estudo, do desaparecimento de uma fonte de renda importante para a Unilabor, a saber: verbas parlamentares, oriundas de emendas de deputados estaduais, menos comprometidos com a proposta coletivista/personalista de frei João do que com a prática secular brasileira de irrigar redutos eleitorais com verbas, garantindo uma porta sempre aberta para a ocasião oportuna; essa porta, no que diz respeito à Comunidade Unilabor, em 1964, fechou-se. Não porque houvesse havido qualquer repressão direta à comunidade por parte da ditadura (não houve) mas, simplesmente, porque não fazia mais sentido, para tais parlamentares, financiar uma experiência que aparecia como de esquerda.

tempo que um projeto substantivo de esquerda começa a perder espaço para a repressão e a ditadura, por volta de 1964-65) a ideia de projeto na Unilabor, explícita na fabricação do móvel e implícita em seu regimento interno⁹, deixa de fazer sentido. A prática do desenho industrial havia colaborado para que a crise da Unilabor ganhasse contornos também estéticos, suscitando a discussão da autoria e da capacidade de projetar. Nesse momento a presença de Geraldo de Barros foi considerada desnecessária e ele foi desligado da comunidade por seus pares, denotando não autossuficiência projetual, o que seria sinal de maturidade do grupo, mas o simples abandono dessa perspectiva, não plenamente incorporada até então. Neste capítulo aparecem os elementos totêmicos mencionados antes, na expulsão de Geraldo da comunidade e na ausência reiterada de frei João do cotidiano da empresa, por suas intenações. A solidariedade, alicerce da cooperação que deveria ser praticada, não resiste a essa dupla ausência, e a “massa civilizada”, para usar a expressão freudiana, sente-se disposta a se apossar do legado dos líderes.

O capítulo 3 descreve a falência da Unilabor, consequência da sucessão de desencontros entre os companheiros a partir de 1963. O fato é que, a certa altura, não havia mais comunidade, mas apenas indivíduos ligados pelo fato jurídico da sociedade que partilhavam. A fase final, de 1965 em diante, é dedicada a tentativas de saldar dívidas e de encerrar a empresa do modo o menos traumático possível. Isso não foi possível, como se verá pelos depoimentos e documentos que a pesquisa

⁹ Ver p. 56-9 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Unilabor** - uma revolução na estrutura da empresa. São Paulo: Duas Cidades, 1962. 161 p. / Ver também: **Título nominativo e estatuto da Cooperativa de Trabalho Unilabor** - caderneta do cooperado. [arquivo do autor]. / Ver também: CLARO, Mauro, SZMRECSANYI, Maria Irene. Arte moderna, trabalho e resgate humanístico do cotidiano na Capela do Cristo Operário: São Paulo, 1951-1967. **Revista Pós**, Universidade de São Paulo, FAU, n. 5, p. 139-49, abril 1995.

conseguiu localizar¹⁰. A dívida da empresa continuou a ser paga pelo aluguel de suas instalações¹¹, ao longo de muitos anos depois do encerramento em fevereiro de 1967, quando por fim a Ordem dos Dominicanos assume que cuidará do Vergueiro (como era chamada a obra de frei João, referência ao bairro onde se situava). Ou seja: foi a ordem dominicana, mais uma vez o líder totêmico, que assumiu a dívida do filho.

Desde o primeiro momento de minha pesquisa de mestrado compreendi que ela só faria sentido se fosse acompanhada de minha integração militante no esforço pela obtenção de fundos para a recuperação da capela do Cristo Operário, já bastante degradada no final de 1992, quando a conheci. Tal esforço já era, naquele momento, objeto da ação de um grupo de fieis que participava do trabalho coordenado pelo capelão, o dominicano frei Sérgio Calixto Valverde. Integrei-me a ele pois era óbvio, para alguém com minha formação de arquiteto e atuação política estudantil de esquerda, nesta mesma FAU nos anos 1970, valorizar a memória através da preservação do patrimônio, na crença de que é a História, no fundo, o que se preserva. Foi o que fiz nos anos seguintes e ainda faço. Imagino, a exemplo de muitos pesquisadores, que a produção da ciência é atividade condicionada por escolhas ideológicas, as quais não quero, e nem precisaria, furtar-me a fazer. A neutralidade da pesquisa não está em questão, pois é o elemento que valida a ciência, mas o problema que um pesquisador se coloca tem relação íntima com suas crenças, sua formação, seus projetos, as utopias (se for o caso) nas quais acredita, sem que

¹⁰ Não foram encontrados, nos arquivos pesquisados, documentos contábeis como notas fiscais e balanços financeiros, a não ser poucos documentos relativos a pagamentos de salários, mas nada relativo a fornecedores e a impostos pagos ou devidos a órgãos governamentais.

¹¹ Não há documentos que mostrem positivamente que o pagamento se deu pelo aluguel do edifício, mas é possível inferir o fato por meio da interpretação do contexto descrito no seguinte documento: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.

isso altere os procedimentos racionais que dela fazem parte. É uma escolha e, como tal, ideológica¹².

A Comunidade Unilabor

A Comunidade de Trabalho Unilabor foi uma experiência social levada a efeito entre 1950 e 1967 no bairro do Alto do Ipiranga, na cidade de São Paulo, por um grupo de operários, intelectuais e artistas, liderados pelo dominicano frei João Batista Pereira dos Santos (1913-1985). Consistiu em ações culturais, educativas, de catequese religiosa, educação política e, principalmente, na criação de uma fábrica de móveis modernos, funcionando em regime de autogestão, entre agosto de 1954 e fevereiro de 1967 nesse que era, então, um bairro da periferia de São Paulo. O objetivo maior da experiência foi a desalienação do trabalhador, a ser obtida por meio de sua transformação em proprietário coletivo, com todas as responsabilidades e tarefas que isso supõe e, por outro lado, no seu elevamento espiritual e cultural, num processo de enriquecimento não apenas material, mas sobretudo moral.

Também conhecida como Comunidade Cristo Operário (pois antes da fábrica existiu a capela do Cristo Operário, criada em maio de 1950), ela viveu momentos muito distintos que corresponderam às diferentes composições de seu corpo de colaboradores e aos influxos provenientes de seus respectivos projetos ideológicos. O

¹² Pierre-Félix Guattari diz, sobre este tema, que “a ciência tem obrigação de intervir e de se engajar”: “Não tem sentido estudar um bairro em dificuldade sem, ao mesmo tempo, trabalhar para sua recuperação. A elaboração cognitiva, neste caso, é inseparável do engajamento humano e da escolha de valores em que implica.” (ver p. ___ de: GUATTARI, Pierre-Félix. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 108, p. ___-___, janeiro-março 1992.) / No entanto (para retomar as fontes) é preciso lembrar que esta proposição advém do materialismo dialético. Não é possível pensar sem agir: “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é pelo contrário o seu ser social que determina a sua consciência.” (ver p. 57 de: MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política (1859). In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Antologia filosófica**. Lisboa: Estampa, 1974. 213 p.)

mais importante deles foi a matriz católica advinda do movimento Economia e Humanismo, fundado pelo também dominicano Louis-Joseph Lebret (ver fig. 1), em 1941, na França parcialmente ocupada pelos nazistas, e tributário das correntes progressistas do catolicismo francês, formadas na primeira metade do século XX no embate com o laicismo do Estado¹³.

Fig. 1 – Louis-Joseph Lebret no aeroporto de Congonhas, em 1959; foto pertencente ao acervo de Celso Monteiro Lamparelli, obtida em: BOSI, Alfredo. Sociologia e esperança - Economia e Humanismo. In: **Estudos Avancados**, Universidade de São Paulo, vol. 26, n. 75, maio/agosto 2012.

¹³ Informações obtidas nas seguintes fontes: **Enciclopaedia Britannica**, verbete Charles Maurras; internet em 2/4/2012: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/370197/Charles-Maurras> / **Metapedia**, verbete Charles Maurras; internet em 2/4/2012: http://pt.metapedia.org/wiki/Charles_Maurras / COMPAGNON, Antoine. **Os antimodernos** - de Joseph de Maistre a Roland Barthes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012. (572 p.) p. 260-8. Maritain, antimoderno, ultramoderno ou moderno. / Seminário ministrado por Mateus Domingues da Silva no primeiro semestre de 2012 na EDT – Escola Dominicana de Teologia, intitulado “**Marc Sangnier e La Vie Intellectuelle**: uma leitura das origens do catolicismo social francês no século XX”.

Economia e Humanismo foi, e ainda é, parte do grande e difuso movimento conhecido como “Terceira Via”, que propõe a ação planejadora do Estado para limitar, e no limite resolver, as mazelas da sociedade industrial, centradas na cidade, mas sem abandonar conceitos importantes como a propriedade privada e as liberdades individuais. Nesse sentido propõe-se atuar na elaboração de planos estratégicos para o desenvolvimento (que terá um caráter humano) e incentivar a criação de comunidades de trabalho autogestionárias do tipo da Unilabor, no Brasil, e de Boimondau (1941-1972), na França (ver fig. 2). É importante notar que a palavra comunidade carregou, nesse período de recuperação pós-guerra, um sentido de transformação social em torno do qual se reuniu um setor expressivo da intelectualidade progressista tanto na Europa quanto em países da América Latina, onde essa corrente de pensamento teve grande importância¹⁴.

Fig. 2 – Capa da publicação em comemoração aos 10 anos de atividades da Comunidade Boimondau, em 1951. Número especial da revista *Communauté*, nov. 1951, 149 p.

¹⁴ Ver: PELLETIER, Denis. **Économie et Humanisme** - de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1966). Paris: CERF, 1996. 518 p. / Ver também a atuação de Jacques Chonchol, ministro de Salvador Allende, no Chile, e membro da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

A partir dessa matriz ideológica frei João buscou aliados e os conseguiu nos mais variados setores sociais, desde artistas plásticos modernos, militantes católicos operários e universitários, membros do Partido Comunista Brasileiro e de partidos trotskistas e intelectuais de esquerda em geral, até indivíduos integrantes da burguesia local. Alguns destes últimos compreendiam e até apoiavam a existência da Unilabor enquanto empresa autogestionária; outros, porém, faziam questão de ressaltar seu apoio exclusivo ao frei João e à obra religiosa que levava a efeito¹⁵. De todo modo, uns e outros, no fundo, não estavam inconscientes de que se tratava de uma experiência que continha riscos, e estavam dispostos a arcar com essa possibilidade. Veremos, adiante, que não foi bem assim quando a hora chegou, com o golpe em 1964.

A segunda força programática ativa na Unilabor foi estética, representada pelo movimento concretista, vetor brasileiro do construtivismo internacional. Frei João se aliara, em 1952, ao artista plástico Geraldo de Barros, que encontra na proposta de empresa autogestionária uma expressão adequada de seu próprio programa estético pautado no concretismo¹⁶, na medida em que ambos convergem para a integração de elementos de conscientização e reflexão no ambiente produtivo, a fábrica. A empresa Unilabor produziu, entre 1954 e 1967, um conjunto muito consistente de móveis (ver fig. 3) para o ambiente doméstico, fundado num sistema modular e componível, que permitiu uma produção racionalizada. Esses móveis foram comprados e admirados por uma parcela da classe média paulistana, que conhecia os dominicanos, frei João, Geraldo de Barros e a proposta ideológica da Unilabor, mas também chegaram a ser

¹⁵ O presidente do Jockey Club de São Paulo, admirador da obra religiosa de frei João Batista.

¹⁶ Ver: BARROS, Geraldo de. **Da retomada de alguns objetos-forma da arte concreta**. XV Bienal Internacional de São Paulo, 1979. / Ver também: BARROS, Geraldo de. **Da produção em massa de uma pintura** (quadros a preço de custo). São Paulo, Galeria Seta, 28 junho 1967.

vendidos em quatro lojas próprias da empresa, algumas em locais disputados pelo comércio elegante de São Paulo, como a Praça da República (ver fig. 4) e a Rua Augusta, além de uma quinta, em Belo Horizonte.

Fig. 3 – Bufê horizontal vazado. Foto: German Lorca.

Fig. 4 – Loja Unilabor da Praça da República 119, atrás do Colégio Caetano de Campos; foto cedida por Alexandre Wollner, sem data. A abreviação usada para Unilabor era U-L.

Fig. 5 – Etiqueta indica endereços das lojas Unilabor, já sob a denominação “Cooperativa de Trabalho Unilabor”, o que significa ser posterior a março de 1963. São elas: Praça da República 119, Rua Augusta 2228, Rua Domingos de Moraes 776, Av. Santo Amaro, 4433.

A terceira força da Unilabor foram seus colaboradores voluntários, que se engajaram em atividades culturais como teatro (ver fig. 6), apoio pedagógico às crianças do bairro em idade escolar, ateliê de artes e realização atividades físicas, também para crianças¹⁷. Junto aos operários houve um intenso esforço de elaboração intelectual, com palestras e debates diretamente políticos, além de discussões estéticas com Geraldo de Barros. Essa colaboração iniciou logo em 1950, com a cooperação dos muitos artistas plásticos modernos¹⁸ que foram convidados a decorar a capela (ver fig. 7): Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Yolanda Mohalyi, Moussia Pinto Alves, entre outros. Também em 1950 junta-se a frei João a então estudante de teatro Maria Thereza Vargas, levando à frente um grupo de teatro adulto. Em texto, frei João Batista explica:

¹⁷ Ministradas, entre aproximadamente 1956 e 1959, por Célia Baptista Ferreira, professora de educação física, frequentadora dos dominicanos na década de 1950 e amiga de frei João.

¹⁸ Trazidos pela intermediação de frei Benevenuto de Santa Cruz, intelectual dominicano frequentador dos círculos ligados ao Museu de Arte Moderna de São Paulo; José Petronillo de Santa Cruz, nome civil de frei Benevenuto, posteriormente se desliga da Ordem dos Dominicanos, mas mantém a propriedade e a direção da Livraria Duas Cidades, fundada por ele, até seu falecimento em 1997.

“E aos sábados, domingos e feriados, e também algumas noites, trabalhei na formação in loco de um pequeno grupo (de teatro por escolha deles) obtendo a colaboração persistente (durou sete anos) de uma moça da JEC, diplomada da EAD, e que fez chegar aqueles humildes artistas amadores que mal sabiam soletrar, ao nível dos profissionais, conforme testemunho de Cacilda Becker e Sérgio Cardoso que lá foram vê-los interpretar peças brasileiras e europeias.”¹⁹

Fig. 6 – Teatro na Comunidade Cristo Operário / foto: Geraldo de Barros.

Fig. 7 – Mural Cristo Operário, de Alfredo Volpi, 1951, no altar da Capela Cristo Operário / Foto: Geraldo de Barros.

¹⁹ A moça a que se refere frei João Batista é Maria Thereza Vargas. / Ver: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, (21 p.) p. 13.

Os jardins em torno da capela (ver fig. 8) parecem haver sido construídos a partir de desenho do paisagista Roberto Burle Marx: tanto frei João Batista afirma isso por escrito²⁰, quanto Geraldo de Barros o diz em entrevista em meados dos anos 1990²¹, quanto também Maria Thereza Vargas lembra que frei João se referia aos jardins dessa forma²². Sua disposição, em especial sua implantação com caminhos acompanhando o declive do terreno, além das fotos que mostram sua configuração inicial, também sugerem tal participação²³.

Fig. 8 – Jardins no entorno da Capela do Cristo Operário. Foto: Geraldo de Barros.

²⁰ Documento manuscrito arquivado no **Arquivo da Ordem Dominicana**, Belo Horizonte, sob código DG2P33D007.

²¹ GERALDO de Barros. Entrevista gravada em vídeo. Entrevistador: Carlos Romani. **Museu da Imagem e do Som**, São Paulo, 17 de agosto de 1994, 100 minutos, tombo VH-00706/94 Geraldo de Barros.

²² Entrevista de Maria Thereza Vargas ao autor.

²³ Em conversa por telefone em 2 de junho de 1993, Roberto Burle Marx lembra que teria desenhado azulejos para a fachada da capela: “Rino Levi pediu uns desenhos para a fachada, uns azulejos com figuras religiosas - tenho a impressão de que nunca foram executados”. Nessa mesma conversa, perguntado sobre desenhos para o jardim, disse que não lembrava.

Em 1956 Maria Thereza Vargas se transfere para o Rio de Janeiro e convida o então estudante de arquitetura Flávio Império, que dirigia o grupo de teatro infantil da escolinha, para substituí-la no teatro adulto. Flávio permanece à frente do grupo até fevereiro de 1959 quando, juntamente com outros colaboradores, retira-se em função de disputas ideológicas com o próprio frei João Batista. Estava em jogo, nessa ocasião, a concepção coletivista da Unilabor, vista por alguns, Flávio entre eles, como demasiadamente conservadora por não questionar a ideia da propriedade privada. Esse foi o primeiro rompimento importante a que se submeteu a comunidade. A seguir, entre os anos 1959-64, a empresa continuou crescendo economicamente, mas as realizações espirituais e morais, importantes na fase anterior, começaram a desarticular.

Uma segunda tentativa de politização do cotidiano da fábrica foi posta em prática pela incorporação de companheiros oriundos agora de sindicatos e não mais de partidos políticos diretamente, como antes. Trata-se da etapa da vida da Unilabor na qual, depois da saída de todos os intelectuais apoiadores no início de 1959, frei João tentou rearticular as frentes de trabalho desfeitas, idealizando a criação de um “Instituto de Cultura Operária”, que não foi em frente. Já do ponto de vista da produção de móveis foi uma época rica, pois foi possível construir, com financiamento governamental²⁴, um novo edifício (inicialmente destinado a uma escola) para a expansão das oficinas, finalizado em 1962.

Ao contrário do que se poderia esperar, no entanto, o sucesso comercial da empresa não suscitou um aprimoramento em seus fundamentos ideológicos. Como se viu, não

²⁴ Programa de financiamento a construções escolares da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, sob a presidência de Teófilo Ribeiro de Andrade Filho (também advogado e deputado estadual pelo PDC), entre 1959 e 1963, no governo Carvalho Pinto.

foi por falta de tentativa nesse sentido, mas o fato é que os esforços de reflexão se voltaram contra a premissa solidária: o crescimento econômico permitiu, contraditoriamente, o surgimento de um desejo por acumulação monetária individual, oposto a qualquer consciência coletivista. O resultado imediato foi a decisão equivocada de priorizar a distribuição de dividendos aos associados, numa fase de crescimento na qual era preciso poupar²⁵.

Potencializando esse cenário internamente adverso, o golpe de 1964, com a mudança radical da política econômica do país e a interrupção das fontes de financiamento para empresas de pequeno porte, como a Unilabor, acabou sendo fatal para sua sobrevivência. A falta de uma poupança interna impediu que a Unilabor suportasse a ausência momentânea de crédito bancário²⁶ sem recorrer a fontes alternativas muito mais custosas, como os agiotas, para continuar produzindo.

Tal prática trouxe dificuldades adicionais para o gerenciamento da empresa, pois exigia que fossem ultrapassados os limites da racionalidade contábil, ao impor acordos não escritos com esses credores informais. A situação cada vez mais crítica faz com que em curto espaço de tempo (conforme já mencionado) muitos companheiros decidam abandoná-la, para fugir da realização de perdas em suas cotas, em vista de um colapso que se afigurava cada vez mais próximo. Essas defecções acabam por adiantar a falência, dada a descapitalização final que

²⁵ Sobre a dificuldade de manter empreendimentos comunitários por longo tempo, ver: GUÉRIN, Francis. **Le concept de communauté: une illustration exemplaire de la production des concepts en sciences sociales.** Institut National des Sciences Appliquées de Rouen, 13ème Conférence de l'AIMS; Normandie, Vallée de Seine 2, 3 et 4 juin 2004. Disponível em: http://www.brousseau.info/semnum/pdf/2005-02-10_guerin.pdf; acesso em 16-10-2012.

²⁶ Álvaro Volpe Bacelar, amigo de Geraldo de Barros e por este levado à Unilabor, participou do gerenciamento contábil da empresa entre 1963 e 1965, aproximadamente, e informa que, não obstante, a Unilabor havia obtido uma linha de crédito junto ao Banco do Brasil. [entrevista gravada, outubro de 2012].

provocam. A partir daí não é mais possível recuperar as contas e o espírito cooperativo e solidário, que poderia reverter a situação, já se havia perdido.

A Unilabor se dissolve no início de 1967, depois de três anos tentando superar essas dificuldades. Seu encerramento não pode ser explicado de modo simples ou unívoco, já que se tratou de uma experiência fortemente ideológica, comprometida simultaneamente com esferas tão complexas como o humanismo católico, o programa estético modernista e a política do trabalho em seu cotidiano fabril. A desalienação pretendida não foi certamente obtida, e talvez nem pudesse ser obtida isoladamente, sem a complementação daquelas reformas sociais mais amplas, do tipo das que o programa de Economia e Humanismo propunha.

O beijo como método

Numa aula²⁷ sobre a Unilabor para uma turma formada por sacerdotes, freiras e seminaristas, um dos alunos perguntou sobre a **minha** escolha profissional e ideológica, já que estávamos justamente falando da prática política de frei João Batista na Unilabor, mas eram os depoimentos **deles** que estavam em pauta. Pois bem, como eu já havia dado esse depoimento (quando a sessão de depoimentos começara eu me preocupei em ser o primeiro, para abrir o debate e quebrar o gelo), perguntei se não seria repetitivo. Mas percebi que eles queriam saber algo mais, pois a resposta foi “não é repetitivo, fale como **você** integra essas questões que nos coloca, da amizade, na **sua** vida” (pois estávamos lendo um texto intitulado “O

²⁷ Na EDT, Escola Dominicana de Teologia, em São Paulo, onde coordenei um seminário sobre a Unilabor para alunos do curso de graduação em teologia, no primeiro semestre de 2012. A aula a que me refiro ocorreu em 29 de maio de 2012.

amigo”, de Giorgio Agamben²⁸; pensei “bem, é agora que vou exercitar de novo meus dotes afetuosos em público”, pois era isso que eu queria que eles problematizassem em seus depoimentos, e eles pediam para eu dizer. Expliquei que minha vida tinha três esferas (improvisei!): a pesquisa, a profissão como docente na Universidade Mackenzie²⁹ e a vida pessoal; e que em cada uma delas a amizade desempenhava um papel.

Na pesquisa a questão do rompimento da comunidade Unilabor podia ser vista como a inconstância da renovação de um vínculo fundamental em torno de ideias – Agamben propõe que “amigo” seja um termo “não predicativo”, isto é, que não pode ser estendido para “amizade”, etc, e que seria, ao contrário, performativo, que se realiza no ato de sua enunciação; no caso da Unilabor essa enunciação falhou múltiplas vezes, mas sua sobrevivência dependia dessa reiteração. Na vida estritamente profissional (ser professor no Mackenzie) onde desempenho também funções administrativas (no sentido pedagógico, mas são), tenho imensas oportunidades de por em prática atitudes de negociação, paciência, aceitação, cessão, e gosto de fazer isso. Na vida pessoal a questão mais importante é o afeto, eu disse; a ligação está em explicitar a condição afetuosos/afetiva nas outras duas esferas.

O resultado é que, na esfera profissional, uma questão assim, quando colocada, não é sequer vista, pois não tem a menor importância, não faz sentido e não entra em nenhum cálculo, embora devesse; já na pesquisa consigo inserir o assunto plenamente (pois a pesquisa tem essa particularidade que a aproxima da arte: é livre). Nesse ponto entram as teorias (e o aluno que fez a pergunta me fez ver que eu havia

²⁸ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. (92 p.) p. 77-92. O amigo.

²⁹ Universidade Presbiteriana Mackenzie, na qual atuo como docente desde fevereiro de 1999.

entendido sua questão); relatei que há dois caminhos pelos quais me interesse e que fundamentam pesquisa, trabalho e a vida:

- a possibilidade e a necessidade de revolução, emancipação e superação se apresentam, na teoria marxista, como materialismo dialético que não exclui mudança violenta a certa altura do amadurecimento político
- Habermas³⁰, por outro lado, propõe que o diálogo é a ferramenta passível de proporcionar algum tipo de compreensão, pois é a única que todos temos em comum; outros autores (Agamben entre eles) vão numa linha semelhante

Posso dizer que essa segunda possibilidade satisfaz minha natureza afetiva, além do fato de que coloca uma perspectiva factível. A amizade, como fundamento da ação política, é a combinação de Agamben com Habermas.

Fundamentação teórica

Ruptura ontológica / Kurz

A modernidade vem de onde?

Superação do trabalho como elemento da socialização do valor

O argumento central deste subcapítulo advém da interpretação da obra do sociólogo alemão Robert Kurz³¹ sobre a necessidade de uma ruptura, que chama de ontológica, no quadro da modernidade capitalista. Trata-se de superar a ideia fundante do

³⁰ HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. vol.1-2.

³¹ Ver, entre outros: KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Editora da UFJF / Pazulin, 2004 (copy 2002). 293 p.

trabalho³² como a maior força produtiva o que, diz o autor, já deixou de ser verdadeiro com a revolução da tecnologia da informação: o fim do trabalho abstrato (como fonte importante de mais-valia) e sua substituição pela produção automatizada conferem, diz Kurz, especial valor ao trabalho intelectual pois, nesse cenário, a extração de mais-valia deixa de depender da divisão técnica do trabalho (que enseja a realização do sobretrabalho) e passa a ser função do revolucionamento do conhecimento:

“Na mesma medida em que o capital material, operacionalizado cientificamente, substitui o trabalho, o capital é ‘de-substancializado’ e a ‘valoração do valor’ (Marx) chega a limites históricos; a ‘desvalorização’ de nação e política é tão-somente uma consequência deste processo.”³³

Para o autor, romper com “o sistema moderno de produção de mercadoria” é uma ruptura ontológica. Este subcapítulo apresenta a problemática dessa teoria de Robert Kurz sobre a necessidade de uma revisão radical da própria lógica iluminista do sujeito, que torna a liberdade e a autonomia “automáticas”, isto é, apenas possíveis quando o trabalho é método de socialização do valor produzido pela sociedade³⁴. A

³² Outros autores a serem considerados para o tema “trabalho”, neste estudo, serão: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p. / GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005. 106 p. / OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho" - volume 1 - A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215 p.

³³ p. 155 de: KURZ, Robert. A ruptura ontológica - antes do início de uma outra história mundial. In: CEVASCO, Maria Elisa (org.), OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (402 p.) p. 153-67.

³⁴ Desse automatismo também trata Agamben, quando fala da “criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ de sujeitos no próprio processo de seu assujeitamento” (p. 46 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.). Agamben explica que o governo iluminado precisa de sujeitos e os produz. Compara o processo de governo moderno à penitência e ao sistema prisional, que se legitimam negando o velho (o pecado, o crime ou a tradição) e criando sujeitos dentro dessa nova ordem, livre (do pecado, do crime ou da tradição).

liberdade do indivíduo moderno, sob o capital, dá-se apenas no restrito âmbito da lógica interna do sistema e na condição de aceitação involuntária de seus princípios:

“Autonomia e liberdade relacionam-se única e exclusivamente ao espaço interno da relação de valor e cisão, na qual o indivíduo é, de saída, arrastado pela forma do fetiche, não lhe sendo mais facultada nenhuma espécie de divergência. Sob o formato da individualidade abstrata, o absolutismo social da forma e a real existência sensível do indivíduo humano parecem coincidir imediatamente.”³⁵

Isso gera um impasse pois, na atualidade pós-industrial, a categoria “trabalho” serve apenas para a dominação, já que é o conhecimento que produz riqueza³⁶, e o trabalho não a socializa. A ruptura ontológica à qual se refere consiste em superar a ontologia do próprio sujeito moderno, portanto da própria modernidade como sistema filosófico e social. Deve ser uma ruptura radical, diz, e, embora não haja método fixo para tal, há possibilidades diversas, fundadas em forças sociais concretas, que não são o proletariado como tradicionalmente compreendido, mas sim forças formadas por “indivíduos sensíveis-sociais”, nas palavras de Regatieri³⁷, um de seus intérpretes brasileiros.

³⁵ Kurz refere-se à cisão entre gêneros, que incorpora em sua teoria a partir de certa altura. Ver p. 87 de: KURZ, Robert. **Razão sangrenta** - ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010. 298 p.

³⁶ O conhecimento produz a riqueza quase diretamente pois o exército industrial de reserva é tão grande que torna o trabalho quase sem valor.

³⁷ REGATIERI, Ricardo Pagliuso. Introdução - genealogia e arquitetura de *Razão sangrenta*. In: KURZ, Robert. **Razão sangrenta** - ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010. (298 p.) p. 9-23.

A ruptura deve ser ontológica “com a totalidade do campo histórico da modernidade capitalista”³⁸, isto é, deve dizer respeito aos fundamentos do sistema, pois todas as rupturas já efetivadas ao longo da história da sociedade industrial moderna foram não mais que meros aperfeiçoamentos do sistema com o qual diziam romper. É o caso, diz, do marxismo do movimento operário: contribuiu para aperfeiçoar a divisão do trabalho ou implantá-la nos lugares onde o capital teve (ou tem) mais dificuldade de penetrar. A queda dos regimes de socialismo real, ao longo dos anos 1980 e 1990, e sua integração ao mundo capitalista, diz Kurz, são sinais do aprofundamento das contradições internas deste último, na medida em que tais regimes, incluindo a URSS da revolução de 1917, são partícipes da modernização e portanto do capitalismo, não sendo mais que uma formação por meio da qual o modelo do trabalho dividido se impõe em lugares atrasados. Nesse sentido, o colapso do socialismo real é apenas o colapso do capitalismo em sua variante operária, já que o socialismo “real” não foi socialismo. Pode-se pensar em uma continuação do capitalismo por outros meios. Habermas, na mesma direção, explica a situação atual, pós-industrial, como dominada pelas imagens de duas forças opostas³⁹:

- o estado do bem estar social clássico, como efetivado na Europa e nos Estados Unidos ao longo da segunda metade do século XX
- o modelo de transferência de poderes regulatórios da economia política para instituições não governamentais que representam os interesses em conflito e negociam em nome do Estado (ONGs, agências reguladoras, etc)

³⁸ p. 166 de: KURZ, Robert. A ruptura ontológica - antes do início de uma outra história mundial. In: CEVASCO, Maria Elisa (org.), OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (402 p.) p. 153-67.

³⁹ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987.

O primeiro grupo representa a posição social-democrata e o segundo a neoconservadora, e se opõem no tratamento das questões do Estado e do dinheiro. Há uma terceira força, no entanto, que pode oferecer uma saída desde que não se limite a uma agenda negativa, numa atitude que Habermas chama de “o fundamentalismo da Grande Recusa”⁴⁰, e se disponha a romper a domesticação social imposta pelo capitalismo. Diz Habermas:

“Somente os dissidentes da sociedade industrial partem de que o mundo da vida está ameaçado na mesma medida pela mercantilização e pela burocratização; nenhum dos dois meios – nem poder, nem dinheiro – é agora como antes ‘mais inocente’ do que o outro. Também somente os dissidentes julgam necessário fortalecer a autonomia de um mundo da vida ameaçado em seus fundamentos vitais e em sua tessitura comunicativa. Só eles exigem que a dinâmica interna de subsistemas governados pelo poder e pelo dinheiro seja quebrada ou pelo menos contida por formas de organização mais próximas da base e autogestionárias.”⁴¹

A perspectiva e a necessidade de uma compreensão radicalmente nova acerca da época, que admita a solidariedade como um valor paradigmático, numa sociedade de conhecimento, na qual o trabalho dividido deixou de ser o motor da produção de riqueza, que passou a ser função direta da produção de conhecimento: esta é a tese

⁴⁰ p. 111 de: HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987. / Pode-se, naturalmente, lembrar de “Bartleby”, o atualíssimo conto de Herman Melville, no qual o personagem “prefere não” aceitar cada uma das propostas, ou pedidos, que se lhe faz.

⁴¹ p. 111 de: HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987.

central da obra de Kurz⁴², que dará o fundamento da reflexão deste estudo. Além do próprio Kurz, a seleção de autores para suportar tal reflexão abrange Jürgen Habermas⁴³, Roberto Schwarz⁴⁴, André Gorz⁴⁵, Claus Offe⁴⁶, que sustentam teses complementares no que diz respeito à solidariedade e coincidentes do ponto de vista da dissolução das utopias modernas. São coincidentes, também, no que tange à continuidade com a Escola de Frankfurt. Os autores centrais serão Habermas e Kurz, para explicar como a utopia moderna, e o projeto que carrega, perde sua fibra caso seja considerada no âmbito restritivo da sociedade do trabalho. A ruptura que esses autores propõem/prevêem é ontológica na medida em que deve romper com “o sistema moderno de produção de mercadoria”⁴⁷.

Trata-se, neste subcapítulo, de considerar essa tese e suas conseqüências, ressaltando os elementos que dizem respeito especificamente ao que Schwarz chama a periferia do capitalismo, ou seja: nós. As perguntas que responde Schwarz são aproximadamente estas: a partir de quais modelos teóricos compreendemos a modernidade? Conseguimos construir um campo consistente ou utilizamos os diversos e sucessivos instrumentos teóricos desenvolvidos na Europa e Estados Unidos, afinal apenas como modas (ou como tentativas de enxergar a todo custo a

⁴² KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: UFJF/Pazulin, 2004 (copy 2002). 293 p. / KURZ, Robert, LOHOFF, Ernst, TREMKLE, Norbert. **Manifesto contra o trabalho** - Grupo Krisis. São Paulo: Conrad, 2003. 101 p. / KURZ, Robert. **O colapso da modernização** - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 (copy 1991). 231 p. / KURZ, Robert, JAPPE, Anselm. **Les habits neufs de l'Empire: remarques sur Negri, Hardt et Rufin**. __: Leo Scheer, 2003. 124 p.

⁴³ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987.

⁴⁴ SCHWARZ, Roberto. **Seqüências brasileiras** - ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (249 p.) p. 182-8. O livro audacioso de Robert Kurz.

⁴⁵ GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005. 106 p.

⁴⁶ OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"** - volume 1 - A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215 p.

⁴⁷ p. 154 de: CEVASCO, Maria Elisa (org.), OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 402 p.

modernidade entre nós, o que dá no mesmo)? As respostas oferecidas serão integradas na argumentação deste estudo para iluminar a Unilabor. Recolocando a questão: é preciso saber evitar interpretação exclusivamente determinada de fora, evitar o exclusivismo de qualquer teoria (mesmo as que são legitimamente adotadas neste estudo).

Trata-se também de considerar que o mesmo hiato de fundo neoliberal que correspondeu à fase de culturalização da economia (Jameson: “a lógica cultural do capitalismo tardio”⁴⁸) e que é descrito e problematizado pelos autores citados, ocorreu no Brasil – embora com características próprias – e foi o responsável pelo eclipse da memória da Unilabor. O ensaio “Nacional por subtração”⁴⁹, de Roberto Schwarz, é o texto de referência já que trata da situação de classe “encoberta” pelas teorias que discutem a reprodução de modelos culturais, econômicos e políticos europeus e norte-americanos no Brasil. Como mencionado acima, é preciso evitar toda aceitação acrítica.

Fetichismo da mercadoria e do capital: os novos fundamentos da dominação

Especifica-se a natureza do problema central: o trabalho dividido (que gera trabalho abstrato) perde a capacidade de criar valor e se mantém apenas como sistema moral de dominação do sujeito, que permanece preso à lógica do trabalho como criador do valor social geral e coletivo. O fetichismo do capital e da mercadoria é a categoria que sucede o trabalho e garante, na atualidade pós-industrial, a geração da riqueza,

⁴⁸ JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo** - a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997. 431 p.

⁴⁹ SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** - ensaios. 2a. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (copy 1987). (180 p.) p. 29-48. Nacional por subtração.

por uma via exclusivamente ideológica cuja ferramenta é a imagem espetacular da mercadoria⁵⁰.

A ruptura ontológica deve se caracterizar por uma crítica à natureza em si fetichista do capitalismo que é, segundo o autor, o ponto não devidamente considerado da teoria marxista do capital, nem mesmo pelo próprio Marx. O fetiche – da mercadoria e do capital – enseja a existência, por processos históricos específicos, da sociedade do espetáculo, na qual o valor produzido é essencialmente irrereal. A “crítica emancipatória” (que dominou a cena do século XX), diz, só poderá deixar de ser negativa (ou seja: de apontar limites a serem superados mas sem se dispor a tocar no essencial, que é a existência desses limites) quando deixar de lado o campo do Iluminismo e “queimar os navios” porque não há mais praia a alcançar nesse cenário⁵¹. Não há como sair dos limites que se reproduzem automaticamente como reforços da ideologia hegemônica do trabalho⁵² e esta é a razão da crença generalizada (“naturalizada”) na autonomia e liberdade que, se não são alcançadas de fato, são possíveis “por direito” e mantidas num horizonte utópico, como lastro de legitimidade. A tese diz que não é verdade e que o fetichismo do capital, sua forma simbólica, é o ponto de inflexão a partir do qual todo o sistema moderno mostra sua fraqueza.

⁵⁰ Conforme Guy Debord, e outros. / Ver: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p. / Ver também: JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Lisboa: Antígona, 2008. 219 p.

⁵¹ KURZ, Robert. Razão sangrenta - 20 teses contra o chamado Iluminismo e os "valores ocidentais". In: **Krisis**, n. 25, junho 2002. Visto em novembro 2010 em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm>.

⁵² KURZ, Robert, LOHOFF, Ernst, TRENKLE, Norbert. **Manifesto contra o trabalho** - Grupo Krisis. São Paulo: Conrad, 2003. 101 p.

A ideia de solidariedade fora das fronteiras iluministas

Contra o trabalho, contra a competição: esta poderia ser a insígnia de uma agenda política radical. Habermas e Kurz, complementarmente, podem fundamentá-la. A força fraca (Habermas), que brota das interações sociais que perfazem o cotidiano dos indivíduos e os associa solidariamente em setores da vida (mundos da vida, diz) que não dependem diretamente do capital e nem do poder do Estado, contém a possibilidade de construção de uma “reviravolta nas tendências do espírito da época”, em suas palavras. Corresponde a (e complementa) o conceito de ruptura ontológica. Outros autores consideram a política um repositório da “força fraca”; por exemplo, Eagleton:

"Mas há um lugar, acima de todos, em que tais formas de consciência podem ser transformadas, quase literalmente, da noite para o dia, e esse é a luta política. Isso não é uma carolice de esquerda, mas um fato empírico. Quando homens e mulheres, engajados em formas locais, inteiramente modestas de resistência política, vêem-se trazidos, pelo ímpeto interior de tais conflitos, para o confronto direto com o poder do Estado, é possível que sua consciência política seja definitiva e irreversivelmente alterada. Se uma teoria da ideologia tem algum valor, este consiste em auxiliar no esclarecimento dos processos pelos quais pode ser efetuada praticamente tal libertação diante de crenças letais."⁵³

O descompasso entre a “auto-atividade” (trabalho introjetado somaticamente como valor absoluto da vida em sociedade) e a reprodução material da vida ao final do século XX (quando o capital perdeu a capacidade de explorar o trabalho abstrato),

⁵³ Ver p. 195 de: EAGLETON, Terry. **Ideologia** - uma introdução. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997. 204 p.

impõe o fim das energias utópicas de controle do processo de trabalho (socialismo tradicional). O trabalho abstrato, aquele que é realizado de forma neutra e técnica para gerar lucro, e a competição que lhe corresponde não são necessários para produzir riqueza, que depende apenas da capacidade de processamento de informação transformada em conhecimento e, posteriormente, aplicada nos aparatos físico-mecânicos da produção fabril, que entram como coadjuvantes. Para Habermas, a partir de Claus Offe, uma das forças de coesão sociais, “que Gramsci chamou de hegemonia cultural”, são as relações culturais impalpáveis existentes entre os indivíduos e que realizam “as reviravoltas nas tendências do espírito da época”⁵⁴. Tal força associativa atua em paralelo ao poder estatal constituído e a uma terceira força, formada pelos grupos que rivalizam em torno do controle dos meios de produção “e comunicação”, diz Habermas, ainda a partir de Offe. Aquela primeira força, atualmente a mais fraca, pode estabelecer um novo paradigma, à imagem de seu próprio funcionamento solidário. A forma “em rede”, rizomática⁵⁵, assim como as interações tecnológicas convergentes⁵⁶, são modelos a ser considerados na análise.

Trabalho imaterial

A produção do capitalismo tardio, pós-industrial, é regida por uma lógica não mais mecânica, como na fase anterior, industrial, na qual a geração de riqueza dependia do desenvolvimento de forças produtivas diretamente físicas. Ao contrário, ganha um

⁵⁴ Ver p. 113 de: HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987.

⁵⁵ DELEUZE, Gilles. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia - volume 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. 93 p. / COSTA, Carlos Zibel. **Além das formas**: introdução ao pensamento contemporâneo no design, nas artes e na arquitetura. São Paulo: Annablume, 2010. (229 p.) p. 91-7. Rizoma.

⁵⁶ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura (volume 1). 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 698 p.

fundo cultural, que é o modo como Jameson coloca a questão da superação do trabalho dividido fordista/toyotista na geração do valor, e se caracteriza pelo lugar estrutural da ciência e do conhecimento, aplicados quase imediatamente em processos industriais. O valor de troca da mercadoria está criado de antemão, independe do trabalho fisicamente aplicado nela, o qual, por sua vez, perde seu valor, a ponto de se tornar tendencialmente dispensável, e o motor da produção de riqueza é diretamente cultural.

A revolução da tecnologia da informação⁵⁷ concretiza a passagem para a economia pós-industrial cuja característica central é a produção de riqueza a partir de valores simbólicos, vendidos como valores de uso. Diferentemente da passagem das sociedades tradicionais agrárias às sociedades urbano-industriais, quando tratava-se de substituir o acervo de saberes tradicionais por saberes instrumentais necessários ao novo modo de produção, neste caso trata-se (vencida aquela etapa e estabelecidos os valores funcionalistas próprios do modernismo) de avançar para a separação entre valores simbólicos e representações materiais. Baudrillard trata disso em sua obra⁵⁸, e chama tal operação de “revolução do signo”, efetivada de acordo com ele no programa da Bauhaus. Desse modo constrói-se um universo de objetos sem identidade própria, prontos para adquirir sucessivamente várias identidades. Além de Baudrillard, também Jameson e Castells, entre outros autores, ajudam a compreender tal passagem, que dota o capitalismo tardio de uma “lógica cultural” (Jameson): a da produção de símbolos.

⁵⁷ Expressão adotada a partir de: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura (volume 1). 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 698 p.

⁵⁸ BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Rio de Janeiro / Lisboa: Elfos / Edições 70, 1995 [copy 1972]. 223 p.

A programação dos circuitos de informação fornece a força que permite a rapidíssima adaptação do maquinário às necessidades mutantes da produção de símbolos, incrustados em seguida nas mercadorias. É a programação, e não o projeto, que realiza a mais-valia. Argan discute a questão ao longo de sua obra, em especial no ensaio “A crise do design”⁵⁹ e Flusser faz o mesmo, por meio do conceito de não-coisa⁶⁰, similar ao de não-objeto dos neoconcretos⁶¹: ambos indicam a imaterialidade objetiva do mundo artificial, quando detonam a ideia de projeto para colocar no centro a ideia de sensualidade, percepção vital⁶², operando no sentido inverso da lógica da produção material. Nesta fase, a criação de mais-valia é função da programação do trabalho, não de sua exploração (projetual)⁶³.

O trabalho imaterial é a parte não diretamente mensurável da aplicação do capital: aquele que se obtém por meio da vinculação do indivíduo ao capital, em sua inteireza psicológica, psíquica, cultural e profissional, mas não braçal, que é a característica do trabalhador intelectual, do cientista, do técnico, do gerente. A noção de trabalho imaterial (Gorz) é complexa. Kurz desafia: "Em primeiro lugar, nenhum trabalho é 'imaterial', tampouco o trabalho nos setores da informação e do 'conhecimento'; sempre se trata de combustão de energia humana"⁶⁴. Este é o ponto: a produção do

⁵⁹ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (280 p.) p. 251-67. A crise do design.

⁶⁰ FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado** - por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac-Naify, 2007. (222 p.) p. 51-8. A não-coisa (1). / p. 59-65. A não-coisa (2).

⁶¹ GULLAR, Ferreira. **Experiência neoconcreta**. São Paulo: Cosac-Naify, 2007. 162 p.

⁶² Ver: LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra** – volume 2: memória e ritmos. Lisboa: Edições 70, 2002. (245 p.) p. 105-19. A estética funcional.

⁶³ Para exploração projetual do trabalho, ver: FERRO, Sérgio, ARANTES, Pedro Fiori (org.), SCHWARZ, Roberto (posfácio). **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac-Naify, 2006. (452 p.) p. 105-200. O canteiro e o desenho.

⁶⁴ KURZ, Robert. O complexo de Harry Potter. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 30-10-05, p. 10.

conhecimento é o elemento que, na sociedade pós-industrial, organiza-se de forma... industrial.

O conhecimento sempre foi a principal força produtiva do ambiente artificial, desde o início da História, porém sempre mediado por ferramentas, máquinas e dispositivos. Na época atual, pós-industrial, as intermediações diminuem muito pois, através da principal máquina, o processador de informação (o chip do computador) pode-se trabalhar cada vez mais diretamente com o conhecimento, em escala enorme e num tempo muito curto, o que faz toda a diferença. Aceleraram-se as etapas projetuais e o próprio projeto dá lugar à programação como elemento da produção⁶⁵.

A amortização do investimento na pesquisa necessária para gerar o novo conhecimento dá-se, para o produtor inicial, pelo licenciamento de produtores secundários (de serviços) que por sua vez contratam produtores terciários (de componentes materiais), configurando uma rede que aparece para o comprador/usuário final sob a forma de uma multitude de serviços.

Em curto espaço de tempo o produtor do conhecimento (que emprega cientistas) vende a licença inicial, obtendo capital para nova pesquisa, e lucro. As tecnologias de produção de mercadorias que não sejam o próprio conhecimento têm seu preço barateado relativamente àquele, o que permite sua incorporação no serviço a um preço mais baixo; o valor total do bem é determinado em sua parte menor pelo valor dos fatores industriais (matéria-prima, máquinas, salários, etc) e em sua parcela maior pelo custo da produção do conhecimento inicial decorrente dos investimentos

⁶⁵ Ver: ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (280 p.) p. 251-67. A crise do design. / Ver também: FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas** - elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008. 150 p. / Ver também: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura (volume 1). 8a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 698 p.

em pesquisa básica e aplicada. Portanto, a “imaterialidade” do trabalho na época pós-industrial encontra-se em sua característica impalpável, difícil de mensurar (Gorz), a qual “põe em crise, por consequência, o sistema das equivalências que regula as trocas comerciais”⁶⁶.

A modernidade vai para onde?

As últimas décadas do século XX assistiram ao debate sobre o futuro da modernidade, já que era comum o acordo a respeito do esgotamento de suas energias utópicas. No entanto os conservadores (Fukuyama⁶⁷, por exemplo) julgaram que esse esgotamento era a prova e a chance de fixação da etapa iluminista como paradigma suficiente, daí a ideia de fim da história, que remonta a Hegel. No campo não conservador o debate girou em torno das eventuais capacidades restantes do projeto moderno ou da necessidade de sua superação histórica por outro sistema, pós-moderno, mas não pós-histórico.

Lyotard e Habermas discutem sobre as utopias modernas, por volta de 1980, discordando sobre a pós-modernidade, que para Habermas não existe, pois não há ruptura com o Iluminismo, mas sim uma continuidade problemática, fraca. Otilia e Paulo Arantes⁶⁸ tomam a discussão apontando um “ponto cego” no discurso de Habermas: este não enxergaria a impossibilidade de obter uma síntese abrangente

⁶⁶ p. 30 de: GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005. 106 p.

⁶⁷ FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 489 p. / Ver também: ANDERSON, Perry. **O fim da história** - de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. 145 p.

⁶⁸ ARANTES, Beatriz Fiori, ARANTES, Paulo Eduardo. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992. 149 p.

que sobrepujasse as especialidades dos “domínios culturais”⁶⁹ que dividiram o conhecimento e o cotidiano, parcelaram o trabalho e a vida. Justamente a discussão que nos leva ao âmago da experiência coletivista, solidária, moderna, do tipo existente na Unilabor. Schwarz⁷⁰, por sua vez, sem colocar em cheque a pós-modernidade, discute sua adoção, e a dos paradigmas europeus e norte-americanos em geral, na nossa periferia, como “ideias fora de lugar”. O que não o impede de ver a utilidade delas uma vez cuidadosamente, penso eu, conectadas à nossa própria história. Também é o que se pretende ao se estudar a Unilabor.

Habermas indica a existência, a partir do marco do Iluminismo, no XVIII (Hegel em particular) de uma nova noção de tempo, contínuo e linear, que se desenvolve a partir do XVI, como parte fundamental da autocompreensão dessa época: “A atualidade concebe-se recorrentemente como uma passagem para o novo; ela vive na consciência da transitoriedade dos acontecimentos históricos e na expectativa de outra configuração de futuro”⁷¹. Realiza, em uma palavra, não utilizada diretamente pelo autor nesse texto, uma ruptura ontológica com a moldura da tradição clássica, propondo uma atualidade “onde se entrelaçam a continuação da tradição e a inovação”. A tradição é vista como “parteira de problemas” que a atualidade precisa resolver. E o tempo é “recurso escasso”, sempre insuficiente para tal tarefa. A nova época, superando o “mundo encantado” da Renascença e da Idade Média, tem a si própria como modelo e é uma época de crise (no sentido de crítica, julgamento,

⁶⁹ Ver p. 44 de: ARANTES, Beatriz Fiori, ARANTES, Paulo Eduardo. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992. 149 p.

⁷⁰ SCHWARZ, Roberto. [entrevista a Marcos Augusto Gonçalves e Rafael Cariello]. Para Schwarz, Brasil vive desigualdade social degradada. **Folha de São Paulo**, caderno Ilustrada, p. 1, p. 8-9, 11-8-07. / Ver também: SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 152 p.

⁷¹ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987. p. 103.

avaliação): “desvaloriza o passado exemplar”, aposta num futuro utópico historicizado e engendra uma “estrutura alterada” do espírito da época (Zeitgeist).

Tal processo explicita, para Habermas, uma adaptação para a época moderna da ideia de “novos tempos”, cristã, que se referia aos tempos depois do Juízo Final. Habermas explica que a modernidade ocidental sentia-se, entre os séculos XVI e XVIII, rompendo com o passado cristão, profanizando-se, e os novos tempos prometidos para após o fim dos tempos se tornavam palpáveis, ao alcance da mão, um futuro que começa no presente, conclui:

“Koselleck mostra como a consciência histórica que se exprime no conceito de ‘tempos modernos’ ou de ‘novos tempos’ constituiu uma perspectiva filosófico-histórica: a presentificação reflexiva do lugar onde nos encontramos a partir do horizonte da história no seu todo.”⁷²

No embate entre a consciência histórica e a utopia revela-se, de acordo com Habermas, a duplicidade, a dialética, que a modernidade traz para o primeiro plano: trata-se, diz, de mobilizar a experiência histórica (a capacidade que tem o Homem de compreender e modificar a natureza) para criticar a utopia, compreendida como o pensamento não-histórico que se apresenta como compreensão totalizante da natureza, como harmonia completa e perfeita, historicamente não verificável, pois não apresenta os elementos de sua explicação, não é racional. Trata-se de equilibrar-se no presente, diz, tendo por um lado a história, que representa o passado conservador, e por outro a utopia, que representa o futuro distante e ideal, fundamentalmente como recurso para fugir do presente problemático, para “*resistir*

⁷² HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990. (350 p.) p. 13-22. A consciência de época da modernidade e a sua necessidade de autocertificação. (p. 17) / Ver também: KOSELLECK, Reinhart (1923-2006). **Futuro passado** - contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006 (copy 1979). 366 p.

ao peso dos problemas da atualidade”⁷³. É isto que significa historicizar a utopia clássica: transformá-la numa perspectiva histórica para resistir ao peso dos problemas da atualidade.

O assunto foi tratado anteriormente por Mannheim⁷⁴, que define utopia em relação a ideologia – estabelecendo oposição e complementaridade – e aponta o caráter fluido da aplicação de cada definição: só é possível definir uma formulação como utópica ou ideológica se for possível antes determinar o ponto de vista de onde se observa a situação que se quer comentar. No caso da Unilabor, pergunto: frei João era utópico, mesmo considerando o viés prático altamente contextualizado de sua ação?

Roberto Schwarz, em texto que analisa a obra de Alfredo Bosi, lembra que este não vê razão para integrar a crença religiosa numa visão histórica, preferindo reter o caráter ideal e abstrato da doutrina, quando analisa a ação missionária dos jesuítas na colonização do Brasil⁷⁵ e na destruição da cultura aborígine. Mantenhamos, então, o caráter utópico da ação de frei João na Unilabor, na medida em que o componente doutrinal, a fé, deve ser ahistórico. Assim como os jesuítas no XVI, também frei João radica numa utopia a meio caminho entre a clássica (não histórica) e a moderna (histórica), pois ambos compreendem que há valores absolutos a serem aplicados (condição de salvaguarda do ethos da religião) mas uma tarefa prosaica a desempenhar – no caso dos jesuítas, destruir a cultura aborígine local; no caso de frei

⁷³ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987. p. 104.

⁷⁴ MANNHEIM, Karl (1893-1947). **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972. 414 p. / MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia** - introdução à sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Globo, 1954. (310 p.) p. 51-100. Ideologia e utopia.

⁷⁵ Sobre ela e comunidades, ver: LUGON, C. **A república "comunista" cristã dos guaranis** - 1610/1768. [prefácio por Henri-Charles Desroches] 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 347 p.

João, aplicar o programa estético modernista brasileiro no que tem de conciliador, em seu propósito integrativo do arcaico no moderno.

Nesse caso, a utopia religiosa, abstrata, historicamente trabalhada, transforma-se em ideologia, o que permite à doutrina humanista católica em pauta “resistir ao peso dos problemas da atualidade”. É dessa base que quero partir para situar frei João na Unilabor e seu projeto de desalienação do trabalhador operário. Para isso será útil levar em conta desalienação hoje e, para tal, é possível recorrer aos estudos sobre as diversas formas de trabalho associado, que vêm sendo praticadas nos últimos trinta anos como resposta parcial à desmobilização da força de trabalho, induzida em parte pela automatização do trabalho derivada do curto-circuito entre o conhecimento aplicado e a transformação da matéria, que encurta de modo dramático o caminho entre o planejamento e a ação concreta, a coisa produzida⁷⁶. A diferença entre os processos atuais e a prática da Unilabor está, parece, no fato de que hoje em dia a associação em cooperativas de produção e consumo, fora do trabalho dividido, não é opção mas sim um fato que a diminuição do trabalho regular impõe.

A Unilabor pretendeu dar aos operários o poder sobre o processo na fábrica e sobre a administração do negócio, por meio de práticas substantivas como assembleias, aulas e a compreensão do processo produtivo. Seu fundamento ideológico deriva da atualização de doutrinas humanistas cristãs em função das revoluções políticas e das guerras entre o final do XIX e a primeira metade do XX e, nisto, corre paralelo à constituição programática do movimento moderno na arquitetura. No mestrado apontei tal paralelismo para argumentar que a doutrina do grupo Economia e

⁷⁶ Ver: SINGER, Paul Israel (org.), SOUZA, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil** – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

Humanismo e o programa estético concretista, braço local do construtivismo europeu, compartilhavam um fundo comum, que chamei de pedagógico, dado o caráter paradigmático de ambos: na religião trata-se de educar pelo exemplo prático (doação, amor ao próximo, despojamento, bem comum, etc); na arte trata-se de educar pela representação, concretização palpável das estruturas abstratas da sociedade industrial, objetivadas nos aparatos e sistemas que compõem o espaço das atividades cotidianas⁷⁷, basicamente a cidade.

À construção do sujeito moderno, racional-irracional, corresponde a construção de uma prática e uma subjetividade nas quais a irracionalidade deve confrontar-se com limites, dados pela imanência do ambiente organizado para as tarefas do trabalho dividido e da vida coletiva. Nada mais moderno que uma tal conjunção, foi o que vi na Unilabor⁷⁸: operários-artesãos sendo educados para a construção de uma personalidade autônoma, dentro dos limites da modernização capitalista. Mas tratava-se do ocaso, como ficou demonstrado ao longo das décadas seguintes, desse “projeto moderno” de racionalização progressiva e completa do mundo, de colonização interna e externa⁷⁹ das áreas geográficas ainda não penetradas pelo capitalismo.

Compreender essa situação e seus desenvolvimentos na atualidade é necessário para obter resposta à pergunta sobre como sobreviveram ideais desse tipo, modernos, ao

⁷⁷ Baudrillard teorizou a questão em seu texto *‘Design’ e ambiente ou a escalada da economia política*. In: BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Rio de Janeiro / Lisboa: Elfos / Edições 70, 1995 [copy 1972]. 223 p.

⁷⁸ Para contextualizar a atividade de Geraldo de Barros na Unilabor, programaticamente, no interior do movimento concretista, além das análises principais do concretismo (Mário Pedrosa, Ferreira Gullar, Aracy Amaral, Ronaldo Brito) ver também: CORDEIRO, Waldemar. O objeto. In: AMARAL, Aracy (org.). **Projeto construtivo brasileiro na arte** (1950-1962). Rio de Janeiro / São Paulo: MAM/Pinacoteca, 1977. 357 p.

⁷⁹ KURZ, Robert. A ruptura ontológica - antes do início de uma outra história mundial. In: CEVASCO, Maria Elisa (org.), OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (402 p.) p. 153-67.

longo dos anos 1970, 1980 e 1990, de desenvolvimento da pós-modernidade neoliberal? Ou, colocado de outra forma: por que submergiram? E por que poder-se-ia supor que a construção da memória da Unilabor hoje poderia representar, ou representa de fato, um momento de revalorização da utopia? Tais questões são aqui apenas apontadas, para consideração em futuros desenvolvimentos deste trabalho.

Uma ruptura radical com a modernidade é, portanto, o outro ponto de apoio teórico deste estudo, a partir das proposições de Robert Kurz⁸⁰. Trata-se de considerar o fim do trabalho como força produtiva importante e sua substituição por modelos virtuais que simulam digitalmente uma evolução darwiniana de projetos que, de outra forma, levariam décadas para ser aperfeiçoados⁸¹. O trabalho se transforma, diz Kurz, num fetiche cuja serventia é manter uma norma moral para controlar e restringir o acesso coletivo à riqueza produzida. Robert Kurz e Grupo Krisis, ao longo de suas respectivas obras (que por vezes se confundem), explicam que trabalho não é pressuposto axiomático da existência humana; não que o trabalho nunca tivesse feito casas, criado animais para consumo, plantado alimentos, etc, dizem, nem que em algum momento no futuro deixará de fazê-lo – mas sim que esse fato (o trabalho é necessário à vida) não tem nada a ver com o trabalho autonomizado em relação à reprodução da vida.

Mas, digo, isso não é diferente da teoria do trabalho marxista: o trabalho intencionado é atividade da consciência e é definidor da cultura humana,

⁸⁰ KURZ, Robert, LOHOFF, Ernst, TREMKLE, Norbert. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Conrad, 2003. 101 p. / KURZ, Robert. **Razão sangrenta** - 20 Teses contra o chamado Iluminismo e os "valores ocidentais". In: Krisis, n. 25, junho 2002. Em novembro 2010: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm>. / Ver também: REGATIERI, Ricardo Pagliuso. **Negatividade e ruptura**: configurações da crítica de Robert Kurz. Universidade de São Paulo, FFLCH, dissertação (mestrado), professor orientador: Ricardo Musse, 2010. 113 p.

⁸¹ Esta última não é uma proposição de Kurz, mas sim uma proposta do atual estudo; porém faz sentido que se a incorpore aqui.

diferenciando-a da animal e diferenciando a espécie humana do restante da natureza. Também não é diferente do papel singular do projeto na modernidade: como ferramenta principal que permite a organização do trabalho para a produção da mais-valia. E também não invalida a ideia de que nessa época, na modernidade clássica, a atividade “trabalho” é pela primeira vez elevada à função de produzir riqueza. No feudalismo imediatamente pré-moderno a medida da riqueza não era a acumulação de trabalho mas sim a extensão da terra e dos servos ligados a ela, dos exércitos, etc; em outras épocas também não.

O rompimento radical a que alude a teoria proposta aponta para a substituição da figura ontológica do sujeito moderno, automatizado. Muitos estudos, nas últimas décadas, já afirmaram direta ou indiretamente que a pós-modernidade é um momento especial da reprodução ampliada do capital, quando este penetra as estruturas culturais, de produção de valores simbólicos⁸². A utilização desse pressuposto nesta pesquisa deverá mostrar que, não obstante a adoção estrita do trabalho como discurso aglutinador na Unilabor – veja-se não apenas o próprio nome da cooperativa mas também o que é dito em seus estatutos⁸³ – era de solidariedade, mais do que de trabalho propriamente, que se tratava. E era de solidariedade, mais do que de desalienação do trabalho (embora uma seja parte da outra), que se tratava.

Certamente o trabalho é fetiche na Unilabor, pois ela pertence a sua época; sendo assim, o que é possível concluir, além do fato que a Unilabor não propõe uma crítica do trabalho como categoria fetichista? Mas imediatamente uma segunda questão se

⁸² DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p. / FOSTER, Hal. **Recodificação** - arte, espetáculo, política cultural. São Paulo: Casa Editorial Paulista, 1996. 295 p. / JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo** - a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997. 431 p.

⁸³ Ver: CLARO, Mauro, SZMRECSANYI, Maria Irene. Arte moderna, trabalho e resgate humanístico do cotidiano na Capela do Cristo Operário: São Paulo, 1951-1967. **Revista Pós**, Universidade de São Paulo, FAU, n. 5, p. 139-49, abril 1995.

coloca: quem, naquele momento, fazia uma crítica assim? Não se fazia, mas o problema já estava colocado e incidia na Unilabor na medida em que, diferentemente de qualquer empresa capitalista tradicional, esta pretendia ser uma experiência social no mundo do trabalho.

Solidariedade

O conceito central que norteia o estudo é o de **solidariedade**, pois não só fundamenta a doutrina de Economia e Humanismo⁸⁴, base do pensamento e da ação de frei João Batista na Unilabor, como também reaparece em textos de autores recentes⁸⁵ (a partir de 1980) que discutem os limites do capitalismo avançado. Tal repetição sugere que esta seja uma via privilegiada para a atualização da Unilabor. Nesse sentido parece que Terry Eagleton⁸⁶, ao problematizar o cristianismo como elemento de cultura e não apenas como doutrina excludente, incide exatamente no ponto que a pesquisa pretende problematizar, abrindo uma porta para ampliar a compreensão das diversas

⁸⁴ Há muitos aspectos envolvendo a prática de Economia e Humanismo, analisados em vários estudos, sendo possivelmente este o que mais se destaca: PELLETIER, Denis. **Économie et Humanisme** - de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1966). Paris: CERF, 1996. 518 p. / Também pode ser consultado: HOUÉE, Paul (org.). **Louis-Joseph Lebret** - un éveilleur d'humanité. Paris: L'Atelier/Ouvrières, 1997. 219 p. / Como obra geral, pode ser consultada: HERVIEU-LÉGER, Danièle. **Sociologia da religião**: abordagens clássicas. Aparecida: Idéias & Letras, 2009. 315 p.

⁸⁵ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987. / KURZ, Robert. A ruptura ontológica - antes do início de uma outra história mundial. In: CEVASCO, Maria Elisa (org.), OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (402 p.) p. 153-67. / SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Nobel, 2007. 142 p. / EAGLETON, Terry. **O debate sobre Deus** - razão, fé e revolução. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 167 p. / EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005. (204 p.) p. 159-84. Rumo a uma cultura comum.

⁸⁶ Ver: EAGLETON, Terry. **O debate sobre Deus** - razão, fé e revolução. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 167 p. / EAGLETON, Terry. **Depois da teoria** - um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. [trad. por Maria Lúcia Oliveira]. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 301 p. / EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005. 204 p.

proposições solidárias de outros tantos grupos e pensadores da atualidade⁸⁷. A racionalidade moderna⁸⁸, conceito-base do estudo anterior, de mestrado, será considerada nesse novo quadro. Posto isto, pode-se pensar em atualizar a doutrina de Economia e Humanismo e, desse modo, a própria proposta da Comunidade de Trabalho Unilabor.

Tal solidariedade, de acordo com a perspectiva adotada, supõe a superação do trabalho como fundamento insuperável da convivência. A inexistência, no momento histórico da Unilabor, de instrumental teórico que abordasse a questão do ponto de vista da obsolescência da categoria ‘trabalho’ permite crer que tal fantasma (o de sua centralidade) refreou o avanço para uma ruptura que, possivelmente, sob a liderança de indivíduos como frei João Batista, Geraldo de Barros, Waldenes Ferreira Japyassu, Alfredo Lopes, Antônio Thereza, Élio Salomão, João José da Silveira Neto, Antonio Hércio Sampaio de Moura⁸⁹, entre outros, faria surgir (da adversidade, é bom que se diga) um outro nível de união, que viria a construir (caso ocorresse) uma verdadeira base coletiva para o empreendimento, superando um início utópico e avançando para a maturidade prática. Tal configuração não esteve perto de ocorrer, na Unilabor.

⁸⁷ É oportuno lembrar que, como cisão à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu, na história recente da política brasileira, um partido que se propõe “da solidariedade” e cujo nome é exatamente esse. Mais que isso: um de seus líderes, o intelectual, acadêmico e militante, fundador do PT, Francisco de Oliveira, em diversas ocasiões ressaltou que seus valores na política são em parte tributários de sua formação cristã. Cabe aqui indicar tal conexão para, em desenvolvimento futuro deste estudo, utilizar o caso de Francisco de Oliveira como elemento para a análise dos acontecimentos na Unilabor.

⁸⁸ Ver: MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia** - introdução à sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Globo, 1954. 310 p.

⁸⁹ Cito nomes de ex-companheiros que, dentre tantos outros, vivenciaram com intensidade a crise da Unilabor.

Amizade

Conforme já mencionado em parágrafos anteriores Agamben trata, em ao menos dois de seus escritos⁹⁰, do tema do amigo, que para ele deve ser observado a partir de sua participação nada casual na raiz da palavra filosofia (philos, amigo) e da reflexão aristotélica acerca do conceito⁹¹. Aristóteles problematiza o assunto ponderando, de acordo com Agamben, que a experiência do viver é equivalente à do sentir e que viver não é conhecer uma essência ideal, mas se reduz a uma sensação “em si mesma doce”⁹², que só ocorre no acontecer; que essa sensação doce dá origem a uma segunda: a percepção da existência do amigo, como a instância da realização da existência; que a sensação do ser “é, de fato, já sempre com-dividida, e a amizade nomeia essa divisão”⁹³. Não se trata da racionalidade fundamental do ser humano e nem, conforme diz Agamben, da intersubjetividade conhecida dos modernos – portanto da relação entre sujeitos diferentes e autônomos –, mas de uma divisão do mesmo ser em dois, o que é quase o oposto. Aristóteles, citado por Agamben:

“A existência é desejável porque se sente que esta é uma coisa boa e essa sensação (*aisthesis*) é em si doce. Também para o amigo se deverá então *com-sentir* que ele existe e isso acontece no conviver e no ter em comum [...] ações e pensamentos. Nesse sentido, diz-se que os homens convivem [...] e não como para o gado, que *condividem* o pasto. [...] A amizade é, de fato, uma comunidade e, como acontece em relação a si mesmo,

⁹⁰ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p. / AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. 86 p.

⁹¹ “O filósofo dedica à amizade um verdadeiro tratado, que ocupa os livros oitavo e nono da *Ética nicomachea*.” (p. 85-6 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.)

⁹² Ver p. 88 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

⁹³ Ver p. 89 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

também para o amigo: e como, em relação a si mesmos, a sensação de existir [...] é desejável, assim também será para o amigo.”⁹⁴

Agamben prossegue em sua interpretação, que mantenho aqui para alcançar o ponto que desejo no raciocínio, extraíndo da proposição aristotélica a ideia central de que o amigo não é um outro eu genérico, mas um outro eu especial, uma oposição dentro do mesmo. Não é um simples *alter ego*, que seria um outro eu, mas um *heteros autos*, que é um outro como oposição a si mesmo. No momento em que percebo que a existência é doce, diz Agamben, tal sensação se dirige não a um semelhante, apenas parecido comigo, mas sim ao coração de mim mesmo, que me dessubjetivo ao incluir o amigo: “A amizade é essa des-subjetivação no coração mesmo da sensação mais íntima de si”⁹⁵ e, portanto, a heteronomia reside no coração da intimidade: “O que é, de fato, a amizade senão uma proximidade tal que dela não é possível fazer nem uma representação nem um conceito? Reconhecer alguém como amigo significa não poder reconhecê-lo como ‘algo’”, diz⁹⁶.

Em outro texto⁹⁷, anterior, Agamben propõe que a palavra latina “*agio*” seja uma chave para a compreensão do amor e da amizade, no sentido não de compensar o que falta ao outro, mas de “expatriar-se nele tal qual é para oferecer-lhe hospitalidade a Cristo na sua própria alma, no seu próprio ter-lugar”⁹⁸, numa “irrevogável

⁹⁴ Ver p. 87 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

⁹⁵ Ver p. 90 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p. / Mantida a grafia “des-subjetivação” pois, conforme pondera o tradutor do italiano, Agamben preza os hífens conferindo-lhes função.

⁹⁶ Ver p. 85 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

⁹⁷ Ver: AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. (86 p.) p. 25-7. *Agio*.

⁹⁸ Ver p. 26 de: AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. 86 p.

hospitalidade”⁹⁹. O ser de cada indivíduo, prossegue Agamben, só se realiza numa comunidade incondicional com o seu oposto, que é amizade e amor:

“*Agio* é o nome próprio desse espaço não representável. O termo *agio* indica de facto, de acordo com o seu étimo, o espaço ao lado (*ad-jacens*, *adjacentia*), o lugar vazio em que cada um se pode mover livremente, numa constelação semântica em que a proximidade espacial confina com o tempo oportuno (*ad-agio*, ter *agio*) e a comodidade com a justa relação. Os poetas provençais [...] fazem do *agio* um *terminus technicus* da sua poética, que designa o lugar próprio do amor. Ou melhor, não tanto o lugar do amor, quanto o amor como experiência do ter-lugar de uma singularidade qualquer. Neste sentido, *agio* nomeia perfeitamente o ‘livre uso do próprio’ que, segundo uma expressão de Hölderlin, é a ‘tarefa mais difícil’.”¹⁰⁰

O “*agio*” é admitir viver “em vez de” o outro, ou seja, naquilo que o outro tem de insubstituível, viver “uma substituibilidade incondicionada”¹⁰¹. Retomando a proposição já apresentada em capítulo anterior deste estudo acerca da performatividade do conceito de amigo¹⁰² ele é, para Aristóteles, sempre segundo a interpretação de Agamben aqui adotada, “um existencial e não um categorial”¹⁰³ e, portanto, não conceitualizável. O que o caracteriza é ser portador de uma energia política, relativa à prática sensível do lidar com o amigo, e não relativa a entidades superiores, à história, a leis – portanto, adaptando tal formulação para os interesses

⁹⁹ Ver p. 26 de: AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. 86 p.

¹⁰⁰ Ver p. 27 de: AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. 86 p.

¹⁰¹ Ver p. 27 de: AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. 86 p.

¹⁰² Agamben propõe que “amigo” seja um termo “não predicativo”, isto é, que não pode ser estendido para “amizade”, etc, e que seria, ao contrário, performativo, que se realiza no ato de sua enunciação.

¹⁰³ Ver p. 90-1 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

deste estudo: não relativa ao superego; “A amizade é a *condivisão* que precede toda divisão, porque aquilo que há para repartir é o próprio fato de existir, a própria vida. E é essa partilha sem objeto, esse *com-sentir* originário que constitui a política”, diz¹⁰⁴.

A doutrina católica estabelece que a Trindade expressa a organização da casa divina (*óikos*) que, nos primórdios da era cristã, informa Agamben, foi definida como a *oikonomia*, uma divisão de tarefas pela qual a unidade paterna se divide em três e o Pai delega ao Filho a tarefa de traduzir sua essência (da unidade divina) para o ser vivente, ou seja, para que esse último tenha acesso à vida, na impossibilidade de o Pai fazê-lo pessoalmente. A *oikonomia* seria então o dispositivo que permite que o “governo providencial do mundo” apareça sem sua carapaça teológica, que é seu substrato. Ela cinde¹⁰⁵, conforme diz Agamben, a unidade divina em duas – ser (paterno) e ação (filial) – e, conseqüentemente, produz um vivente também cindido entre o “tédio” (a capacidade de suspender a relação imediata com os objetos da natureza, chamados por Agamben, a partir de Heidegger, de desinibidores), e o “Aberto” (a capacidade de reatar com os objetos da natureza, através de dispositivos, e constituir um sujeito). Seria, num certo sentido, uma ideologia¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Ver p. 92 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

¹⁰⁵ Ver p. 44 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

¹⁰⁶ Dizer “num certo sentido” evita absolutizar esse conceito, preservando sua multiplicidade já que não é, sempre, a má consciência da classe dominante que se naturaliza e, assim, naturalizada, desaparece enquanto ideia orientada e aparece como necessidade incontornável. Alfredo Bosi também critica essa premissa: “No discurso desses ideólogos o quadro das relações com suas desigualdades econômicas aparece como um fato natural, ou, genericamente, um dado universal de realidade que se deveria aceitar *a priori* como inerente à história dos seres humanos.” (Ver p. 64 de: BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia** - temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 442 p.) / Eagleton, que igualmente a critica, propõe uma síntese menos excludente que a daqueles ideólogos citados por Bosi: “[ideologia] deve afigurar-se como uma força social organizadora que constitui ativamente sujeitos humanos nas raízes de sua experiência vivida e busca equipará-los com formas de valor e crença relevantes para suas tarefas sociais específicas e para a reprodução geral da ordem social”. Ver p. 194 de: EAGLETON, Terry. **Ideologia** - uma introdução. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997. 204 p.

A política é a parte terrena da divisão de tarefas, exercitada pelo Filho, que trata de humanizar o legado divino (do Pai, Deus) mas que ao fazê-lo pratica a ruptura, a cesura¹⁰⁷, diz Agamben, pois o Pai se retira deixando dois em seu lugar, o Espírito Santo e o Cristo, que deverão mediar o aprendizado do ser vivente a respeito da essência da vida, sem garantia de não corrompê-la. Este é, segundo o autor, um dispositivo¹⁰⁸, termo que deve ser compreendido a partir de seu emprego na filosofia iluminista (Hegel) no lugar daquilo que excede o natural e se “positiva” para a cultura. O dispositivo serve para capturar o desejo e objetificá-lo. A Trindade é, de acordo com Agamben, um dispositivo:

“Por meio dos dispositivos, o homem procura fazer girar em vão os comportamentos animais que se separaram dele e gozar assim do Aberto como tal, do ente enquanto ente. Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo.”¹⁰⁹

O objetivo dessa racionalização é, a título de exercício teórico, estabelecer o quadro de sujeitos presentes na Unilabor (operários, companheiros, líderes, fundadores, colaboradores, simpatizantes, etc) como uma “trindade” composta por frei João, Geraldo de Barros e os companheiros (artesãos e operários), estes últimos como os viventes cuja formação é objeto da ação divina, uma ação política que separa e sequestra o desejo humano através de um dispositivo. A profanação, continua

¹⁰⁷ Ver p. 37 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

¹⁰⁸ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. (92 p.) p. 25-51. O que é um dispositivo?

¹⁰⁹ Ver p. 43-4 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

Agamben, entendida como o ato de trazer de volta ao mundo natural aquilo que a religião separou, tornando sagrado, produz dessacralização¹¹⁰. Na contemporaneidade (esse é o tema do livro de Agamben) verifica-se que “profanação” é o dispositivo que, permitindo a fuga do sujeito dos grilhões da governança (a subjetivação produz sujeitos governáveis), contém a semente de uma dessubjetivação, uma volta ao natural, uma ruptura ontológica (o autor não usa essa expressão).

Os indivíduos que estiverem “em condições de intervir sobre os processos de subjetivação [que separam], assim como sobre os dispositivos [que agem na separação]”, poderão “levar à luz aquele Ingovernável, que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política”¹¹¹. As teses da força fraca e da ruptura ontológica com o sujeito moderno estão presentes aqui e são referência para entender a ruptura dos laços de solidariedade na Unilabor¹¹².

Força fraca

Alfredo Bosi¹¹³, em texto sobre Economia e Humanismo e o padre Lebret, interpreta de modo abrangente e preciso sua obra. Lebret identifica a produção capitalista como respeitante aos interesses do capital; logo, diz, é preciso impor limite “tão leve quanto possível, mas firme” à atuação do capital em benefício próprio, e o Estado é

¹¹⁰ Ver p. 44 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

¹¹¹ Ver p. 51 de: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.

¹¹² Crônica recente (SAFATLE, Vladimir. Um país estranho. **Folha de São Paulo**, Primeiro Caderno, 23-10-2012, p. A-2.) chama a atenção para a implantação de mecanismos de democracia direta em país europeu (Islândia) recentemente (2008) vítima de crise arrasadora no sistema financeiro; aponta para o fato de que um diálogo inédito (através de plebiscitos e uma nova constituição feita por pessoas comuns), conforme indica Habermas (ver p. 146 e segs. de: ANDREWS, Christina W. **Emancipação e legitimidade** - uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Unifesp, 2011. 158 p.), se instala e rompe padrões centrais da ordem política moderna, para aprimorar a democracia.

¹¹³ BOSI, Alfredo. Sociologia e esperança - Economia e Humanismo. In: **Estudos Avancados**, Universidade de São Paulo, vol.26, n.75, maio/agosto 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200017>

que tem esse papel; mas o Estado totalitário, ideal para isso, é desumano e opressor, portanto não serve; daí que a solução é estritamente ética, para Lebrecht, diz Bosi; mas Bosi não acredita nela, ao menos a considera muito difícil:

"Assim, a teoria de Lebrecht se aproxima da crítica de Marx ao individualismo dos liberais clássicos, mas se mantém idealmente dentro de um modelo comunitário, que a muitos parecia utópico, em face da sociedade de livre mercado então predominante em todo o mundo, com exceção da União Soviética. Para limitar a procura desarrazoada de artigos supérfluos ou frear a especulação financeira só havia então a solução estatista da política soviética. Afastando-se dessa, por julgá-la totalitária, logo desumana, restava uma inspiração ética. Sabemos hoje das raríssimas chances desse projeto."

É aí que incide a questão desta pesquisa: a força fraca e o diálogo seriam ferramentas éticas; se são ou não suficientes não é possível saber de antemão, diz Habermas, porém são as únicas dentro do marco do humanismo, diz, de acordo com Andrews¹¹⁴.

Prática militante / a história não precisa terminar; como ir além?

Patrimônio cultural, construção da memória: tombamento, recuperação, restauro, uso

O tombamento seguido da recuperação (exemplar, diga-se) e da atual utilização (também exemplar) do conjunto arquitetônico da Unilabor podem ser considerados marcos na história da preservação e uso do patrimônio cultural no Brasil, dada a

¹¹⁴ Ver: ANDREWS, Christina W. **Emancipação e legitimidade** - uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Unifesp, 2011. 158 p.

consistência com que foram realizados. A intenção da ordem dos dominicanos de retomar a história da Unilabor para integrá-la na história mais ampla da própria Ordem no Brasil¹¹⁵ traz para a questão uma série fundamental de fatores novos: muda-se o patamar da elaboração em torno desse fato histórico, pois seus próprios agentes – os valores de frei João Batista convergem com os da Ordem e os de Economia e Humanismo – voltam-se para a sua elaboração, o que não havia acontecido antes de dez anos atrás.

Fig. 9 – Vista lateral da Capela do Cristo Operário, depois de recuperada. Foto do autor, 2012.

Como um acontecimento aparentemente passado, fechado em seu próprio ciclo de vida, quase que blindado num passado distante, de cuja memória poucos sentiam muita falta nos tempos recentes, aparentemente tão diferente de tudo o que se tem como valor na atualidade, pode trazer para ela alguma luz? Refiro-me ao fato de que

¹¹⁵ De acordo com declarações do então diretor da EDT, frei João Xerri, em conferência na abertura do semestre letivo, em fevereiro de 2010.

a Ordem dos Dominicanos colocou-se na empreitada da recuperação dos edifícios que compuseram a Unilabor não sem antes, porém, haver hesitado em adotar essa decisão. O pedido de tombamento estabeleceu a possibilidade de que o programa de uso pretendido pela Ordem dos Dominicanos, que caminhava no sentido de desmembrar e vender parte do lote (preservando-se a Capela do Cristo Operário) fosse cotejado com programas outros: órgãos de preservação, comunidade local, minha pesquisa de mestrado.

Este capítulo descreve e analisa o processo, eivado de interesses diversos e muitas vezes opostos, que conduziu ao tombamento do conjunto artístico-arquitetônico (sete edifícios entremeados por jardins) que foi sede da Comunidade de Trabalho Unilabor, bem como analisar a atual reocupação do conjunto, derivada diretamente do fato jurídico do tombamento e, ainda, discute a natureza dos interesses em torno da memória da Comunidade Unilabor, reavivados nesse longo processo de recuperação. Como pesquisador, mas também participante da ação, já que o mestrado, o livro e a exposição¹¹⁶ são partes integrantes desse processo, deverei considerar que minha própria atuação deverá ser analisada, com o mesmo nível de rigor da dos outros atores sociais envolvidos. Trata-se de colocar a discussão da preservação em outros termos, que não o vazio deslumbramento.

Paola Berenstein Jacques, no prefácio do livro de Jeudy¹¹⁷, *Espelho das cidades*, informa que o autor sugere (inspirado em “seu mestre” Henri Lefebvre) que a saída para a especulação/espetacularização do patrimônio pode estar “na própria vida cotidiana das cidades contemporâneas, e de seus cidadãos, caminhos alternativos a

¹¹⁶ Exposição “Unilabor 50 anos”, realizada pelo autor, em outubro de 2004, no Centro de Estudos Universitários Mariantonia da Universidade de São Paulo.

¹¹⁷ JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

esses processos”, nas palavras da autora do prefácio. Jeudy pergunta retoricamente se a conservação patrimonial assegura o trabalho de luto, mas duvida disso: para ele “a exibição patrimonial [excessiva] imobiliza a própria nostalgia e anula a aventura da transmissão”¹¹⁸. Adiante completa, perguntando: “a organização patrimonial do final do século XX não conseguiu até abolir o ato de transmissão, suprimindo-lhe a possibilidade de ser acidental?”¹¹⁹.

Pergunto: a preservação no caso da Unilabor foi “acidental”? Talvez Jeudy dissesse que não, pois explica: “como se fosse uma peça faltando em uma coleção, o que foi esquecido pode ser descoberto a qualquer momento, para entrar de imediato em procedimento de conservação patrimonial”¹²⁰; bem, no caso da Unilabor os proponentes do tombamento (a moradora Marinês de Souza Mendes e eu) argumentaram junto aos órgãos estabelecidos pelo Estado para julgar a respeito e esses acudiram; talvez tenham simplesmente “determinado a lógica da transmissão” da memória da Unilabor, seguindo a sugestão de meu mestrado, também determinante da “lógica da transmissão”, por sua vez. Será sob esse ponto de vista que minha própria atuação, como pesquisador e participante, será analisada.

O doutorado tem como perspectiva ações para o futuro, mas não se resume a elas, nem se confunde com elas. Ele é a consolidação da pesquisa como um processo, e a pesquisa-ação¹²¹ para sua realização começou quando terminou o mestrado (1998). E, nesse sentido, é uma revisão do que já foi feito, tendo em vista uma nova proposição. A catalogação, a crítica, a análise e a proposição podem ser listados como

¹¹⁸ Ver p. 16 de: JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

¹¹⁹ Ver p. 16 de: JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

¹²⁰ Ver p. 16 de: JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

¹²¹ Ver: THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009. 132 p.

componentes da pesquisa. Nesse sentido, ela é oportunidade de politizar as ações até agora efetivadas e contribuir para ativar as potencialidades do lugar (preservado) e da proposta (eclipsada, anestesiada e agora retomada) da Unilabor. Ações concretas ainda podem e precisam ser efetivadas:

- venda do potencial construtivo do lote da Unilabor de modo a realizar a autosustentação financeira do conjunto artístico e arquitetônico da Unilabor e da Capela do Cristo Operário
- criação de um Arquivo Unilabor na Biblioteca Padre Lebrez, incluindo peças de mobiliário Unilabor
- trabalhar o interesse manifestado pela empresa Tok&Stok em produzir Unilabor, como uma segunda maneira privilegiada de atualizar a história, sem festejamentos vazios
- elaborar estudo que justifique solicitação ao IPHAN para transformar a atual proteção liminar em tombamento; tal pedido demandará uma ação de pesquisa mostrando a particularidade da Comunidade Unilabor em nível nacional, já que de outra forma não haveria porque solicitar proteção nesse nível administrativo tão amplo
- elaborar projeto voltado à temática (emergente no Brasil atual) da arqueologia da repressão: trata-se de promover, a partir de projeto arqueológico/museológico, o desenterramento dos documentos então tidos como “subversivos” (para a ditadura em vigor) que, em novembro de 1969, frei Reginaldo Fortini e os irmãos Fantini, de acordo com informação de frei Reginaldo, ocultaram nos jardins da capela do Cristo Operário

Entre junho e dezembro de 2001 solicitou-se¹²² o tombamento do conjunto arquitetônico e artístico da Unilabor nos três níveis (municipal, estadual, federal) obtendo-se, entre 2002 e 2004, o tombamento pelo Conpresp e pelo Condephaat e a proteção liminar pelo IPHAN. A primeira providência havia sido, no ano de 2001, buscar o apoio da Ordem dos Dominicanos, instituição proprietária do lote e dos edifícios, para dotar de maior representatividade a solicitação, mas esse apoio não foi obtido. A Ordem já estava trabalhando para desmembrar o lote, cerca de 3.200 m², de modo a dispor do valor imobiliário de parte substancial dele e, desse modo, obter fundos para custear as tarefas religiosas às quais se dedica. A outra parte, que não seria vendida, incluía a capela e a casa do capelão (onde morou frei João) e teria sua propriedade transferida para a Mitra Arquidiocesana que, além de assumir todas as despesas e encargos decorrentes da propriedade, passaria também a ocupar-se do trabalho pastoral antes mantido pela Ordem.

A solicitação de apoio foi feita pessoalmente ao então provincial, frei José Fernandes Alves, em reunião especialmente para essa finalidade à qual compareci na companhia de Marinês de Souza Mendes e dona Dulce, ambas integrantes da comunidade local, em maio de 2001. Soubemos então que a Ordem tinha outros planos e que o tombamento não fazia parte deles – ao contrário, poderia inviabilizar o destino que pretendiam dar para parte do lote. Fomos informados das medidas relativas ao desmembramento, doação e venda, descritas acima. Poderíamos, no entanto, solicitar por escrito o apoio desejado e nossa solicitação seria apreciada pela instância decisória adequada dentro da Ordem.

¹²² Os autores das três solicitações foram: Marinês de Souza Mendes e Mauro Claro (junto ao Conpresp) e Mauro Claro (junto ao Condephaat e ao Iphan), conforme documentos: CONPRESP processo n. 2001-0.115.808-0 / Condephaat processo n. 42.558-01 / IPHAN: processo n. 1490-T-02.

trâmites já estarem em fase bem adiantada e, considerados, por nós, irreversíveis.”¹²³

Documentos posteriores, pertencentes à fase de instrução do pedido de tombamento no Condephaat, confirmam a intenção de venda:

“Nesse sentido, cabe registrar que essa ‘permanência/renovação’ do uso social do espaço também se deve à ação de seus proprietários, os padres dominicanos, que o tem registrado em nome da Sociedade Impulsionadora da Instrução e no momento estão em vias de doar a Capela Cristo Operário e a casa paroquial para a arquidiocese de São Paulo. O restante da propriedade deverá ser vendido.”¹²⁴

A historiadora Ana Luiza Martins, que assina o parecer, continua explicando as razões que os dominicanos apresentaram para sua insatisfação com a perspectiva de um tombamento abrangente, como aquele que ela, como técnica, estava em vias de propor e que incluiria os edifícios da fábrica – já que isso inviabilizaria completamente o planejado desmembramento do lote e a venda da seção restante, que não continha a capela e a casa do capelão. Como explica o texto:

“Necessário incorporar nessas informações a posição da Ordem Dominicana em São Paulo, para quem – a despeito de considerar o valor cultural especialmente da Capela – ‘com o início do processo de tombamento toda propriedade ficou indisponível para qualquer negociação’. A despeito de sabedora que o tombamento não impede a comercialização do imóvel, reconhece-se extremamente ‘bloqueada’ no trato de parte de seus bens, uma vez que em 1987 já se tombou o

¹²³ Arquivo do autor.

¹²⁴ p. 318, processo 42558/01, Condephaat.

conjunto constituído do antigo convento, da Igreja São Domingos e o jardim anexo e ao final da década de 1990 também foi tombado o conjunto dominicano (Convento e Igreja) sito no bairro do Leme no Rio de Janeiro.”¹²⁵

O parecer, depois de expor a posição da Ordem, prossegue para concluir que, não obstante, seu pleito não justificava que se tombasse apenas a capela e a casa, deixando o restante dos edifícios e do lote à mercê de desmembramento e venda. Uma tal ação, diz o parecer, descaracterizaria o cerne da experiência social ali ocorrida, que consistira na conjugação da ação religiosa com a operária e a artística. Assim, prossegue, capela e fábrica dialogam entre si, e uma não pode ser bem compreendida sem a outra:

“Em nossa ótica, com vistas à análise técnica do bem cultural, a Capela Cristo Operário e a antiga sede da Fábrica constituem-se em remanescentes preciosos, cuja preservação deverá ser de rigor. Dado que os trezentos metros que perfazem as respectivas áreas envoltórias acabam por conformar toda a extensão do terreno onde se encontram, resulta que o eventual tombamento deverá ocorrer sobre toda a extensão do mesmo, cabendo à avaliação arquitetônica, a definição do grau de proteção das demais edificações do terreno. De pronto, resulta claro, que a Capela e a Fábrica deverão ser preservadas, dadas as exigências recíprocas e o diálogo histórico ali instaurado. Mais que isso: só ambas explicam a ampla ação que o projeto comportou, expresso no legado artístico que, conjuntamente, a Capela e a Fábrica produziram. Ambas são indissociáveis. Certo que as obras de arte da Capela, assim como seu

¹²⁵ p. 318-9, processo 42558/01, Condephaat.

acervo tridimensional, permitem sua imediata fruição enquanto símbolo cultural de um processo significativo. Embora isso não ocorra de pronto com a sede da Fábrica, tão só semelhante a um simples galpão, isento de programa de uso adequado e mesmo de arquitetura personalizada, sua localização e escala permitem recuperar a conformação do conjunto, e só o conjunto documenta o singular processo histórico que ali se desenrolou e a memória da ação que ali frutificou.”¹²⁶

A argumentação ressalta o valor histórico da experiência da Unilabor no seu todo, negando que apenas a fruição do bem visível deva ser objeto da preservação. Nesse sentido, nada mais antiespetáculo que esse parecer, o qual foi habilmente elogiado pelo relator, o conselheiro José Rodolpho Perazzolo, em voto “dado na Sala do Conselho, durante sessão do mesmo, em 05 de Agosto de 2002”:

“Elejo como bens a se preservar a Capela e a Casa do Capelão, entre as edificações que ali se encontram, (à página 07, as edificações de letras A e F) visto que elas sintetizam o espírito do movimento operário católico e o trabalho conjunto entre eles e a intelectualidade, reportado com muito primor pela nossa historiadora, cujo parecer incorporo a este meu voto, como parte fundante do mesmo. Certo de que assim guardamos a memória e respeitamos a Ordem Dominicana, submeto este meu voto a este Egrégio Conselho.”¹²⁷

A habilidade do voto reside no fato de afirmar ao mesmo tempo o desejo dos dominicanos – “elejo como bens a preservar a Capela e a Casa do Capelão”, inclusive cuidando em apontar “as edificações de letras A e F” (para não haver

¹²⁶ p. 321, processo 42558/01, Condephaat.

¹²⁷ p. 348, processo 42558/01, Condephaat.

dúvidas) e, por outro lado, em abster-se de negar frontalmente o parecer da historiadora, referindo-o como primoroso e avocando sua incorporação “[n]este meu voto, como parte fundante do mesmo”.

Ora, dada a veemência do parecer técnico, não seria possível que ele fundamentasse um voto que lhe era contrário, pois o parecer, elogiado pelo relator, indicava que todo o conjunto deveria ser objeto de preservação, conforme trecho já reproduzido acima: “... a Capela [...] e a antiga sede da Fábrica constituem-se em remanescentes preciosos, cuja preservação deverá ser de rigor [...] cabendo à avaliação arquitetônica, a definição do grau de proteção das demais edificações do terreno”¹²⁸.

Seriam os outros edifícios – e não a capela e a antiga sede da fábrica – objeto de avaliação arquitetônica. Não obstante, o voto do conselheiro foi acolhido como redigido, conforme mostra a “Síntese de Decisão do Egrégio Colegiado / Sessão Ordinária de 05 de Agosto de 2002. Ata nº 1254”, assinada pelo Presidente do Conselho, José Roberto F. Melhem, que “[aprova] o parecer do Conselheiro Relator”¹²⁹. Mas a incorporação do parecer da historiadora no voto transparece dois anos depois, na decisão homologatória proferida pela Secretária da Cultura em 2 de setembro de 2004. Nessa ocasião indicam-se os galpões da fábrica como parte integrante do tombamento, por meio da preservação de sua volumetria:

¹²⁸ p. 348, processo 42558/01, Condephaat.

¹²⁹ p. 349, processo 42558/01, Condephaat.

“Deverá ser preservada a volumetria dos galpões que pertenceram a Unilabor, assim como a volumetria da construção contígua à Capela, primitiva residência do frei João Batista, que deu origem ao conjunto.”¹³⁰

Vale lembrar que a postura adotada por mim desde o primeiro momento (1992) era a crença de que a inexistência de ameaça ao conjunto da capela e edifícios da Unilabor permitia adiar o pedido de tombamento para depois da recuperação do edifício da capela, visto como o bem a preservar. Raciocínio incompleto esse, que o trabalho do Condephaat veio corrigir. Além do mais, pode-se considerar que, ao final das contas, a consideração do conjunto arquitetônico completo dotava nossa solicitação de eficácia, dando consequência prática e consistência conceitual à solicitação inicial.

Assim, foi desse modo que o primeiro tombamento, e o mais audaciosamente elaborado, dada a firmeza do Condephaat nos seus postulados conservadores, foi efetivado. A solicitação inicial dos proponentes (representando a vontade de um grupo) havia sido pelo tombamento da capela e das obras de arte, mas o resultado fora mais abrangente e, para os efeitos deste doutorado, atesta uma de suas teses, qual seja o fato de, neste caso, ter havido uma conjunção de atores sociais, agindo por vezes articuladamente, por vezes isoladamente, mas no sentido geral de retomar a Unilabor.

¹³⁰ Resolução SC, n. 42, de 2/9/04, publicada no Diário Oficial do Estado em 14/9/04, seção I, p. 75. / Há um engano, que aparece em várias ocasiões ao longo do processo, quanto ao fato de frei João haver residido na casa contígua à capela; ao que parece, de acordo com minhas pesquisas, isso não ocorreu, tendo frei João residido na edificação de letra F, no desenho já mencionado, e que era intenção da Ordem assinalar, juntamente com a capela, como as duas edificações merecedoras de proteção. De toda a forma não há engano no que concerne à ênfase na manutenção da casa contígua à capela, sendo ela entendida ou não como ex-moradia de frei João, pois tratou-se dessa questão em mais de uma oportunidade ao longo das obras de restauração nos anos que se seguiram ao tombamento, quando a autora do plano diretor de recuperação do conjunto propôs, e o Condephaat não autorizou, a demolição de parte dessa construção para liberar mais luz para o interior da nave da capela, dada a proximidade excessiva, menos de 1 metro, entre as duas edificações; na ocasião o Condephaat reafirmou seu parecer inicial de que a manutenção da casa contígua, mesmo excessivamente próxima, era necessária para a coerência do tombamento, já que ela sempre estivera ali, desde antes da empreitada de frei João, em 1950, sendo parte da configuração espacial original.

O parecer da historiadora Ana Luísa Martins focou seus argumentos na importância da história da Unilabor e do fato social que havia ocorrido ali, cuja memória (disse) era o que de fato se tinha a preservar, e que isso só ocorreria consistentemente com a proteção do conjunto arquitetônico completo: todo o lote, todos os edifícios. Esse fato se reveste de importância fundamental para este doutorado já que trata-se de fixar a primeira intervenção de um ator externo no processo que, até aquele momento, se havia desenvolvido intramuros: o capelão, os fiéis, eu como agregado, a Ordem (que eximiu-se de apoiar qualquer pedido de tombamento, quando foi instada a fazê-lo). Apesar de o processo de elaboração do mestrado (que versou sobre a comunidade, deixando rapidamente de lado a ideia inicial de uma pesquisa que giraria em torno das obras de arte da capela) já haver conduzido à compreensão da importância do acontecimento Unilabor, e não apenas da capela ali presente – mesmo com essa compreensão em mente, julguei que o pedido de proteção se deveria restringir à capela e às obras de arte e que obtê-lo já seria uma grande vitória: não houvesse o Condephaat intervindo, no entanto, propondo uma mudança essencial no que ia ser tombado, e teríamos hoje menos do que temos.

Fig. 11 – Interior de uma das oficinas da Unilabor, depois de recuperado. Hoje abriga a biblioteca padre Lebrez da Escola Dominicana de Teologia. Foto do autor.

Trabalho braçal-intelectual / ação teórica não contemplativa (Kurz)

A experiência Unilabor, como levada a efeito nas décadas de 1950-60, tem seu lugar definido pela história do desenvolvimento das forças produtivas na modernização capitalista no Brasil, que exprime localmente a dinâmica global num momento no qual se tratava de expandir aquela modernização para regiões e lugares ainda não totalmente integrados nela. Ao mesmo tempo, foi confluência de forças: a Igreja, a arte moderna, uma intelectualidade crítica, humanista e desenvolvimentista, “as esquerdas” da esquerda¹³¹, e suas direitas também, que atuavam dentro dessa lógica, não só no caso da Unilabor, mas do país. A ideia de superação estava presente em vários, senão todos, os atores sociais que dela tomaram parte.

¹³¹ LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda* - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 280 p.

Enquanto patrimônio arquitetônico e artístico, que consubstancia uma história rica, seria fácil justificar a recuperação de variadas maneiras, que não deixariam de incluir boa dose de razões legítimas, não obstante. Mas usar o espaço físico apesar de sua história, como ocorre tantas vezes ou, pior, contra a sua história, como ocorre outras tantas vezes (não faltam exemplos) seria, no caso da Unilabor, enterrar a história no passado. Por se tratar de uma ação que buscou expandir e questionar os limites do trabalho dividido ela reverbera de modo útil ainda hoje, quando se trata não mais de acolhê-la como um sucesso ou como um fracasso, mas sim de compreender os limites de sua legitimidade enquanto proposição substantiva. A Unilabor foi um acontecimento de sua época e produziu uma frustração que se pode, esta sim, atualizar: por que frustrou-se? Por que tantos ficaram frustrados? Para além das respostas circunstanciais – algumas delas a serem obtidas neste estudo – espera-se poder refletir sobre os limites sistêmicos (ontológicos) da conjuntura na qual a ação teve lugar. Como tal desafio permanece é nele, e é de sua perspectiva, que se deve considerar a utopia não realizada naquela ocasião.

Trata-se, neste estudo, de verificar que essa história não termina se uma crise substantiva se abate sobre o acontecimento, como de fato ocorreu entre 1964 e 1967, pois ainda pode continuar viva por outros meios – mas ela termina se esse acontecimento não encontra seu lugar no quadro geral do qual faz parte. Este estudo propõe um quadro para que o tombamento e o uso permaneçam como até agora vem sendo: não um festejamento simplório e espetacularizado, mas o momento e a oportunidade de recolocar a questão que ficou travada naquela ocasião, uma das oportunidades perdidas para um rompimento radical que, apesar de não se haver realizado então, permanece possível.

Este estudo retoma a história da Unilabor não porque ela tenha chegado a antecipar as questões do presente, o que seria esperar demais, mas porque terá fornecido elementos para a compreensão dos limites – estes sim ainda atuais – que teimam em adiar uma crítica radical da socialização do valor por meio do trabalho (tese de Kurz). Minha participação como agente e pesquisador é uma experiência de vida, à qual a Academia pertence.

1. A CRISE

1.1. O grupo inicial: uma associação de diferentes

A empresa inicia em agosto de 1954 num barracão de 20 por 8 metros cedido pela Ordem dos Dominicanos, com um capital de 200 mil cruzeiros conseguido por frei João em um banco e pago integralmente “em menos de dois anos de trabalho”¹³². Sua natureza jurídica, para se enquadrar na legislação, foi definida como “Ltda.”, pois era preciso escolher entre cinco ou seis tipos, nenhum plenamente adequado ao que desejavam:

"No nosso caso não cabia hesitação: tínhamos que ser externamente uma empresa industrial de responsabilidade limitada, empresa cujo capital estava em mãos de alguns sócios. E nessa qualidade fomos navegando até o dia em que resolvemos transformar a firma em 'cooperativa de trabalho', entrando assim no sistema cooperativista, intermediário entre o capitalista e o socialista, puxando embora mais por aquele do que por este, e por isso mesmo admitido pelas nossas leis." ¹³³

Desde pelo menos o início desse ano¹³⁴, no entanto, experiências práticas já se faziam com vistas a definir o ramo produtivo de atuação daquilo que, já estava então decidido, seria uma comunidade de trabalho. Produção de liquidificadores, objetos de adorno (ver fig. 12) – algumas opções foram tentadas, utilizando-se a mão de obra

¹³² Ver p. 29 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.

¹³³ Ver p. 30 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.

¹³⁴ Em texto de 1960 frei João informa que no início de 1953 já teria havido reuniões voltadas à criação da comunidade: “Obtido o capital mínimo necessário para iniciar a obra, foi convocada, em princípios de 1953, uma reunião em que esteve presente o Pe. Lebre, além de doze pessoas interessadas, e decidida a fundação de uma Comunidade de Trabalho”. / Ver: **RELATÓRIO sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro Social Cristo Operário**, 1960, documento datilografado, 3 páginas, sem assinatura mas com sintaxe da escrita e teor condizentes com autoria de frei João Batista, depositado no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte, n. DG1P33AD003.

dos indivíduos que frei João conseguira juntar em torno da ideia: o ferramenteiro Antônio Thereza, o engenheiro eletricista Justino Cardoso e o artista plástico Geraldo de Barros:

“A ideia de um tipo barato de liquidificador foi logo posta de lado por inviável. Depois surgiu, inspirada pelo Gerente de Vendas de uma grande casa comercial de S. Paulo, a ideia da fabricação de objetos de adorno. Chegamos a alinhar uma série deles. Um belo dia o Geraldo entrou no barracão sobraçando um embrulho que continha um tesouro: pedrinhas japonesas. Imaginação criadora do artista! Das pedrinhas poderiam sair fabulosos objetos de adorno... Mas não saíram.”¹³⁵

Fig. 12 – Base de abajur, em madeira, com cinzeiro em metal (latão ou cobre), acoplado, produzido na fase experimental anterior à criação da empresa. [crédito da imagem: foto do autor]

¹³⁵ Ver p. 31 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Unilabor** - uma revolução na estrutura da empresa. São Paulo: Duas Cidades, 1962. 161 p. / No entanto a ideia de objetos de adorno não desapareceu completamente pois eles estiveram presentes como complemento decorativo dos móveis vendidos nas lojas Unilabor, conforme depoimento de Alice Nigro Sobrinha, em 15 de agosto de 1997: Alice foi funcionária da loja Unilabor da praça da República (chamada Varanda) durante todo o tempo de existência dessa loja, 10 anos aproximadamente, entre 1957 e 1967; em 1963, quando da transformação da empresa em cooperativa, passou a ser sócia-cooperada, posição que manteve até a dissolução da Unilabor em 1967; quando a Unilabor encerrou as atividades a loja passou a ser sua propriedade e manteve a venda de objetos de artesanato e decoração, que eram fornecidos por terceiros, ainda durante algum tempo.

Rapidamente a estes juntaram-se Gontran Guanaes Netto, então estudante e militante do PCB, e Alfredo Lopes da Silva. A adesão de Gontran¹³⁶ deu-se por intermédio de Sabattina de Lourdes Gervásio, amiga de frei João. Alfredo Lopes da Silva, por sua vez, foi trazido por Antônio Thereza, que o conhecia da JOC. Era marceneiro, filho de marceneiro experiente e todos os irmãos também eram, trabalhando com o pai:

“E lá foi o Thereza procurar o tal rapaz, o Alfredinho. (...) tínhamos já tratado um serviço e era preciso entregar, uns elementos decorativos para a III Conferência Rural Brasileira a reunir-se naqueles dias no Hotel Esplanada. Gastamos cinco mil cruzeiros em material e ganhamos setenta e cinco mil. O Geraldo vendera uma ideia. Em matéria de decoração as ideias é que custam caro, o material é o de menos. Premidos pelas circunstâncias, realizamos um duplo milagre: fizemos com máquinas de mecânica trabalhos de marcenaria, e transformamos o ferramenteiro Thereza em oficial marceneiro. E entregamos tudo no prazo, graças à ajuda do Alfredinho e mais um irmão dele.”¹³⁷

¹³⁶ Ver adiante, no item 1.4.1 deste estudo, relato pormenorizado acerca da entrada de Gontran Guanaes Netto na Unilabor.

¹³⁷ Ver p. 33 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Unilabor** - uma revolução na estrutura da empresa. São Paulo: Duas Cidades, 1962. 161 p. / A III Conferência Rural Brasileira, marcada inicialmente para entre 6 e 10 de novembro [ver: III CONFERÊNCIA Rural Brasileira. **Folha da Manhã**, 14/8/1954, caderno Assuntos Especializados, p. 9.], foi realizada entre 6 e 12 de dezembro de 1954 [ver: III CONFERÊNCIA Rural Brasileira, em São Paulo. **Folha da Manhã**, 10/10/1954, caderno Assuntos Especializados, p. 2. / Ver também: DE 6 A 12 DE DEZEMBRO, em São Paulo, a III Conferência Rural Brasileira. **Folha da Manhã**, 12/10/1954, caderno Assuntos Especializados, p. 2. / ver também: COMBATER O PROJETO Camarinha é trair a classe rural. **Folha da Manhã**, 23/5/1955, caderno Assuntos Especializados, p. 1. / Ver também: INICIADAS AS REUNIÕES plenárias da Conferência Rural Brasileira. O Estado de São Paulo, 10/12/1954, p. 32. Diz parte do texto: “*Partindo às 9 horas do Hotel Esplanada, os participantes da III Conferência Rural Brasileira visitarão hoje, em Campinas, a Granja S. Martinho, onde lhes será oferecido um almoço pelo sr. Dario Meirelles, e, depois, o Instituto Agrônomo.*”]. O Hotel Esplanada, a que se refere frei João, funcionava no edifício situado atrás do Teatro Municipal de São Paulo e que atualmente abriga a sede do Grupo Votorantim, à praça Ramos de Azevedo, 254.

1.1.1. Frei João¹³⁸

Vindo de uma família que em seus diferentes ramos conheceu a pobreza e a riqueza, frei João Batista Pereira dos Santos combinava uma natureza prática, advinda de sua infância pobre, com a formação intelectual que obtivera entre os dominicanos, no Brasil e na França, onde estudou durante oito anos e ordenou-se padre em 1938. Em 1946 conhece Louis-Joseph Lebret, no Rio de Janeiro, e em 1947 volta a França, a convite deste, para participar da 1ª Conferência Internacional de Economia e Humanismo tendo, nessa ocasião, trabalhado como metalúrgico na cidade de Saint Étienne (próxima a Lyon) e depois conhecido a vida dos catadores nos lixos de Paris¹³⁹:

“O pe. Lebret que havia sugerido isto aos superiores, aconselhou-me a trabalhar uns tempos numa metalúrgica para sentir na carne a condição operária, e a passar uns meses com um padre-operário de Paris que trabalhava sozinho no bairro comunista de Montreuil.”¹⁴⁰

¹³⁸ 1913, Franca (SP) / 1985, Juiz de Fora (MG) / Dados biográficos sobre Frei João Batista podem ser consultados em seu livro: SANTOS, João Baptista Pereira dos (frei). **Fim de um mundo** - aleluia! São Paulo: Paulinas, 1984. 147 p.

¹³⁹ Nessa ocasião frei João é guiado por um padre-operário. A experiência dos padres-operários, que se deu com força especial na França, mais do que em outros países da Europa católica, foi condenada como arriscada para os padres que a praticavam, pelo contato com as idéias comunistas dos sindicatos, pelo papa Pio XII, no início da década de 1950 e, depois, banida da igreja católica.

¹⁴⁰ SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, (21 p.) p. 1.

Fig. 13 – Frei João Batista, em foto sem data. Acervo da Ordem dos Dominicanos.

Visita a Comunidade Boimondau, experiência cristã leiga levada a efeito com estrondoso sucesso na cidade de Valence, interior da França. Trata-se de uma comunidade de operários que se organiza para autogerir uma empresa fabricante de caixas de aço para relógios, criada a partir da experiência profissional do grupo inicial, liderado por Marcel Barbu¹⁴¹. Esse interesse pelo cotidiano operário estava na origem de Economia e Humanismo e liga-se à figura de Lebret, seu fundador, e a sua formação essencialmente prática no oficialato das marinhas mercantil e depois militar francesas, combinada com o aprendizado teórico de seu mestre dentro da Ordem dos Dominicanos (para a qual entra em 1923) um frade¹⁴² especialista no estudo da obra de São Tomás de Aquino. A aproximação de Frei João com Lebret

¹⁴¹ Ver: HOFSTEDE, Geert. **Uncommon sense about organizations** - cases, studies, and field observations. London: Sage, 1994. p. 170-90. Case study: Communauté de Travail Boimondau. / Ver também: **ERICH Fromm notes**. Victor Daniels' Website in The Psychology Department at Sonoma State University, USA. / Ver também: FROMM, Erich. **The sane society**. London: Routledge & Kegan Paul, 1956. 370 p. / Ver também: **LE LIEN** - Communauté de Travail Boimondau – Marcel Barbu. Communauté de Travail Boimondau, Valence, [s.n.], 194?-195? [notes: BnF, Bibliothèque nationale de France, n. 11, 13, 1944, n. 83, 1951; n. 108, 1954; n. 117, 1955].

¹⁴² Antonin Sertillanges, autor de “La philosophie morale de saint Thomas d'Aquin” (Paris: Alcan, 1916).

define sua vocação pastoral. Quando volta ao país, em 1948, já tem como objetivo a catequese operária:

“Reunidos, no final do curso, com o pe. Lebrecht os quatro brasileiros resolvemos, a conselho dele, partir para a criação no Brasil de uma comunidade de trabalho que fosse piloto como Boimondau, e eu cuidaria ao mesmo tempo de estabelecer em algum bairro operário de São Paulo, algo que parecesse em algum ponto com o movimento missionário francês. Foi por isto que, de volta ao Brasil em fins de 1948, eu, que passara dez anos morando no Convento do Rio, fui assinado em São Paulo, com a prévia autorização do Provincial da época, pe. M.J. Nicolas, de procurar um lugar longe de Perdizes onde pudesse fincar pé pelo resto da vida em plena massa popular.”¹⁴³

Em 1950 (tendo deixado o convento do Rio de Janeiro no início de 1949 para se fixar em São Paulo) aceita o convite para dirigir o trabalho que o Círculo Operário do Ipiranga mantinha havia aproximadamente dez anos na Vila Brasília Machado, movido pela vontade de morar num bairro operário e já com a idéia de construir uma comunidade baseada no exemplo de Boimondau.

Frei João conviveu, por muitos anos de sua vida adulta, com dificuldades emocionais que nem sempre soube, ou mesmo pôde, contornar ou superar completamente. Tais limitações, que em muitas ocasiões interferiram diretamente em seu cotidiano, foram por ele tratadas em um livro intitulado “Recordações da casa dos loucos”¹⁴⁴ – sendo o nome já um claro indicador de como, por volta de 1960, tais situações eram muitas

¹⁴³ SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, (21 p.) p. 1.

¹⁴⁴ SANTOS, João Batista Pereira dos. **Recordações da casa dos loucos**. Porto Alegre: Paulinas, 1983. 108 p.

vezes abordadas pelos especialistas. Trecho desse livro dá uma ideia da natureza do problema que vivia, quando reproduz conversa com o padre Lebreton no final de 1947:

“Falei com seus superiores daqui a respeito de seu possível engajamento em nosso movimento [Economia e Humanismo], que é de ordem socioeconômica, sem deixar de ser da Igreja. Eles estão de acordo. Mas, me avisaram que você é um religioso bastante esquisito. Incapaz de aceitar qualquer enquadramento que o limite. Duro de se amoldar a qualquer regulamento. Enfim, um religioso puxando mais para o ‘fantasque’ que para qualquer outra coisa. Aí, eu retruquei: Sabe, Pe. Lebreton, o pessoal que assim me retratou [...] não apanhou mais que a ponta visível do iceberg. Quer dar uma espiada, junto comigo, lá por baixo da linha d’água? E sem esperar resposta, arrastei-o num mergulho para aquelas profundezas que a gente esconde de todo mundo, e não gosta mesmo de sondar, pois dá vertigem... É, disse ele ao subirmos de novo à superfície. Você está mesmo por demais marcado por todo um passado que nem lhe convém lembrar. Aliás, todo mundo enfrenta mais ou menos a mesma coisa.”¹⁴⁵

Os sinais e a consciência das dificuldades eram claras para frei João desde muito cedo, à luz do que se pode vislumbrar por essa autodescrição, quando tinha 34 anos. Na pesquisa de mestrado já havia sido estabelecida uma pequeníssima biografia de frei João, porém bastante precisa, levantada com os dados disponíveis então. Trata-se, agora, de considerar que a história “esquecida”, que “nem convém lembrar”, deve eventualmente envolver sua infância de criança órfã de pai desde muito cedo, contemplado (juntamente com os irmãos) pelo avô paterno, rico fazendeiro, com

¹⁴⁵ p. 19-20 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Recordações da casa dos loucos**. Porto Alegre: Paulinas, 1983. 108 p.

cuidados na educação que estabeleciam dois mundos: o desse avô (um mundo privilegiado e rico) e o da mãe (sofredor e pobre). O avô se dispusera a cuidar da educação da prole do filho (frei João e irmãos), o que fez, mas não mantinha amizade com a nora, obrigada a sustentar a família num ambiente pobre, às custas de trabalho manual árduo, com exceção justamente da educação dos filhos.

1.1.2. Geraldo de Barros¹⁴⁶

A direção do projeto do móvel na Unilabor coube ao artista plástico Geraldo de Barros. Geraldo inicia seu aprendizado artístico nos grupos que se formaram à imagem da Família Artística Paulista¹⁴⁷; participa, porém, do momento no qual todo o esforço de uma geração de modernos – que havia lutado à margem da corrente que se tornara hegemônica – começa a ser reconhecido e aceito dentro dos círculos intelectuais. É o momento que se abre com a valorização de um Clóvis Graciano (de quem Geraldo foi aluno) e de um Alfredo Volpi, por exemplo, por Mário de Andrade. Geraldo se beneficia dessa efervescência cultural na então metrópole paulistana em formação: a abertura dos museus (MAM e MASP, 1947-49) corre paralela com as mudanças econômicas e políticas que resultariam no direcionamento dos capitais, acumulados com a política de apoio ao café e à industrialização no período 1929-45, para a criação de indústrias cada vez mais diversificadas. A ideia de que o país caminhava para a industrialização era em parte confirmada pelas oportunidades reais que muitos pequenos produtores encontravam num mercado antes restrito à produção de bens de primeira necessidade.

¹⁴⁶ 1923, Chavantes (SP) / 1998, São Paulo.

¹⁴⁷ Em 1947-48, como aluno de Yoshiya Takaoka, participa da fundação do Grupo XV com, entre outros, Antonio Carelli. Takaoka havia participado, na década de 1930, do Grupo do Santa Helena. Ver: **YOSHIYA Takaoka** - vida / obras / depoimentos. São Paulo: MASP, 1980. __ p.

Fig. 14 – Geraldo de Barros. Foto do acervo da Família.

Geraldo participa da organização do laboratório de fotografia do MASP¹⁴⁸ e lá conhece Assis Chateaubriand que, em 1951, paga a passagem para sua viagem de um ano de estudos na Europa, com bolsa do governo francês. Participa também das atividades do Foto-Cine Clube Bandeirante¹⁴⁹, importante polo de discussão e produção fotográfica e realiza, em 1951 no MASP, a exposição Fotoformas¹⁵⁰, com trabalhos que exploram o grafismo obtido a partir da manipulação dos meios (o negativo, o papel, o trabalho de laboratório, etc), assim como a super ou subexposição à luz e a busca de uma forma ambígua oposta à objetividade do tema.

¹⁴⁸ Juntamente com Thomas Farkas e German Lorca. / Ver: GERMAN Lorca. **Surpresas e consumos** - Nova York. Museu de Arte de São Paulo, 1993. [catálogo de exposição].

¹⁴⁹ No Foto-Cine Clube Bandeirante Geraldo se ligaria a German Lorca (que, adiante, fotografaria os móveis da Unilabor na medida em que eram produzidos, ao longo de vários anos), a André Manarini (que financiaria o início da Hobjeto em 1964) e a Thomas Farkas. / Ver também: COSTA, Helouise, RODRIGUES, Renato. **A fotografia moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte-Iphan / UFRJ, 1995. 212 p.

¹⁵⁰ Ver: ESPADA, Heloísa. **Fotoformas** - a máquina lúdica de Geraldo de Barros. Universidade de São Paulo, ECA, dissertação (mestrado), professor orientador: Domingos Tadeu Chiarelli, 2006. 159 p.

1.1.3. Antônio Thereza¹⁵¹

Filho de pai português (funcionário ferroviário em São Paulo), Antônio Thereza se forma ferramenteiro em cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e, desde a juventude, milita em movimentos católicos de fundo assistencial como a Associação São Vicente de Paulo e a Juventude Operária Católica (que só a partir dos anos 1950 adota um programa mais orientado à atuação política¹⁵²). Ao longo de sua vida como companheiro na Unilabor amplia sua inserção política ao se sindicalizar. Sua atuação na Unilabor denota sua ampla compreensão acerca das questões políticas e estéticas que estavam em jogo, conforme se verá ao longo deste estudo.

Fig. 15 – Antônio Thereza, em foto de 1998.

1.1.4. Justino Cardoso¹⁵³

Era presidente da Juventude Universitária Católica na Escola Politécnica da USP, certamente sendo essa a origem de sua ligação com frei João Batista. Em 1953 formou-se engenheiro mecânico eletricitista e, em 1954, participa da fundação da

¹⁵¹ São Paulo, 1923-2001.

¹⁵² Ver: MURARO, Valmir Francisco. **Juventude operária católica (JOC)**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 84 p.

¹⁵³ Nasceu em março de 1928 e faleceu em fevereiro de 1966, num acidente de trabalho.

Unilabor, da qual se desliga pouco mais de um ano depois, no final de 1955, em função de desentendimentos com Geraldo de Barros. Esses desentendimentos não foram explorados pela pesquisa, que não conseguiu informações sobre sua causa. Sempre foi próximo dos dominicanos e participava, juntamente com sua esposa, Norma Aparecida Schiavone Cardoso, de um grupo da Fraternidade Leiga de Casais fundada por frei Domingos Maia Leite¹⁵⁴.

Fig. 16 – Justino Cardoso em foto cedida pela família.

1.2. Quadro geral

“Aqui começa a história da Unilabor, que como todas as histórias, foi uma mistura inextricável de coisas boas e ruins, de coisas belas e feias, de êxitos e fracassos, pequenos e grandes, de alegrias e tristezas, culminando ao fim de treze anos na debandada geral e na mais amarga desilusão.”¹⁵⁵

¹⁵⁴ De acordo com sua viúva, Norma Aparecida Schiavone Cardoso [depoimento em março de 2004, por telefone], dessa Fraternidade fizeram parte o arquiteto Carlos Millan e outro amigo de Justino, chamado Fausto Figueira de Melo; mas o grupo não resistiu, de acordo com esse depoimento, após a morte dos três em poucos anos (Millan em 1964, Justino em 1966, Melo em 1968).

¹⁵⁵ Ver p. 8 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.

Depois de um início auspicioso do ponto de vista comercial¹⁵⁶ e humano (os primeiros quatro anos, 1954-58), a comunidade se depara, primeiro de modo contido (no lento processo de afastamento de Gontran Guanaes Netto, entre 1956 e 1958) e depois de modo mais ríspido (no veto aos colaboradores trotskistas no início de 1959), com novos limites na forma de oposições:

- cristianismo x comunismo
- democracia x personalismo¹⁵⁷
- endividamento x investimento
- macacão x gravata¹⁵⁸

As duas primeiras oposições se manifestam nos embates iniciais, indicados acima, que dizem respeito aos colaboradores que se postulam diretamente como comunistas militantes, membros de organizações operárias (PCB e POR¹⁵⁹). Já as duas últimas aparecem na crise interna da fábrica, a partir de 1964, quando cessam as fontes regulares de financiamento à produção, e a distribuição de lucros por meio de salários tem que ser revista. A ausência de poupança interna impede que a empresa resista por ao menos alguns meses até que uma nova acomodação financeira fosse

¹⁵⁶ Há muitas versões acerca da fonte emprestadora do capital inicial para a empreitada, nenhuma definitivamente comprovada; dinheiro do Jockey Club de São Paulo, de um banco, possivelmente Banespa, da própria Ordem dos Dominicanos; Antonio Bioni, em depoimento em 26 de abril de 1997, relembra: “*Parece que vinha um dinheiro de fora para o Frei e ele conseguiu um empréstimo no Banespa pois ele tinha um conhecimento com o pessoal de lá, de modo que eles cederam esse dinheiro para começar a Unilabor*”. Em documento de

¹⁵⁷ Frei João define o sistema da Unilabor como "personalista e comunitário" (ver à p. 8 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.)

¹⁵⁸ Ver p. 30 de: SILVA, Alfredo Lopes da. **Ad memorian Unilabor: nascimento e fim**. Texto datilografado, inédito, 38 p. / Ver também depoimento de **Álvaro Volpe Bacelar** ao autor, em outubro de 2012 (gravado).

¹⁵⁹ Partido Comunista Brasileiro e Partido Operário Revolucionário, este trotskista. / Para o POR na Unilabor, ver: LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda** - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 280 p.

possível e a pressão da penúria extravasa em estratégias financeiros: agiotas, banco interno, desligamento com respectiva conversão de quotas em dinheiro.

Tratava-se de decidir entre a distribuição dos lucros ou seu reinvestimento por meio de um planejamento a longo prazo, mas tal discussão não se realiza. É importante dizer que nenhum dos grupos envolvidos nesse segundo embate teve clareza da dimensão do que estava em jogo, ao contrário do primeiro embate quando as posições foram discutidas e o rompimento, embora doloroso, deu-se em bases racionais.

No caso do desentendimento entre gravata e macacão, foram os engravatados que pretenderam avançar na organização do empreendimento e em seu planejamento a longo prazo, sendo rotulados de socialistas pelos de macacão, que quiseram dividir lucros e aumentar salários, julgando assim realizar o objetivo final da cooperativa. Como se vê, às duas primeiras oposições da lista acima ligam-se as expulsões de intelectuais colaboradores; já as duas seguintes dizem respeito ao grupo de operários da fábrica e à gerência desta. Mas, como também se vê, nem sempre os engravatados optaram pela burocracia, e nem sempre os operários pela trincheira da classe.

A análise da validade dessas proposições não dispensa o recurso a elementos da conjuntura nacional (em especial política) quando se manifestam no cotidiano dessas disputas internas, seja como reflexo do clima de esperança revolucionária reinante nos meios intelectuais e operários ou, por volta de 1964, já como efeito do golpe militar. Nessa segunda ocasião os canais vigentes e regulares de crédito bancário à

empresa são interrompidos como resultado do ambiente regressivo¹⁶⁰, o que a faz recorrer a agiotas gerando um impasse financeiro do qual não consegue livrar-se.

Mas os desencontros não se devem exclusivamente a fatores conjunturais como os mencionados, pois há uma outra fonte de descompasso, fundamental e extremamente desagregadora, que se manifesta pela perda progressiva da substantividade, que havia lastreado a empreitada desde seu início. O desenrolar da vida cotidiana da empresa, com seus desafios operacionais e éticos constantes, com as “dores do crescimento”, exige uma maturidade que parece que falta ao grupo: não se desenvolveram instrumentos internos eficazes para capturar e fermentar produtivamente os interesses emergentes, conectando-os com as bases doutrinárias estabelecidas em 1954. Isso apesar de a prática de reuniões e assembleias ter sido mantida ao longo do tempo completo de vida da Unilabor¹⁶¹. Não se tratava portanto da inexistência de fórum, mas da sua eficácia. O “assembleísmo” é apontado, em vários depoimentos como responsável por desnecessária inércia e, em outros, por ineficaz ou por servir a interesses de grupos. Carta de Antônio Thereza mostra esse segundo aspecto:

“Venho por meio desta comunicar-lhe minhas insatisfações na Unilabor, eu não posso estar satisfeito num lugar onde tudo é feito por interesses particulares [...] e onde se resolvem as questões com dois pesos e duas medidas. [...] Para mandar o [nome suprimido] embora, como não conseguiram resultados pelos meios legais, recorreram a uma votação

¹⁶⁰ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu ao autor fala na existência de uma “ordem governamental” para cessar o crédito bancário à empresa. / Ver também, sobre uma pequena recessão, especialmente para pequenas indústrias: KORNIS, George Edward Machado. **Repensando o PAEG**: uma revisão das análises da política econômica brasileira - 1964/1966. UNICAMP, IFCH, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, professor orientador: Carlos Francisco Lessa, 1983. 262 p.

¹⁶¹ Conforme relatado em diversas ocasiões. É exemplo a carta que, em 30 de dezembro de 1964, escreve Antônio Thereza a frei João, com cópia para Alfredo Lopes. Diz o texto, em certo trecho: “Um balanço que foi exigido pela assembleia geral, foi preciso fazer uma guerra, e nem assim saiu.” (Documento DG2P53DO41, Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte).

porca, fora da reunião, coagindo de um a um. Para o caso do [nome suprimido], que foi excluído pela assembleia geral, não foi respeitada a vontade da quase unanimidade, ele continua aqui como se não tivesse acontecido nada.”¹⁶²

Outros depoimentos confirmam o mau funcionamento das instâncias, a certa altura. João José da Silveira Neto, ex-companheiro, afirma, em depoimento recente: “Geraldo se afastou por causa da ‘política’: as decisões das assembleias não valiam pois eram desvirtuadas nas semanas seguintes, na hora da implantação”¹⁶³. Já a aparente existência da inércia citada acima tem um indício neste depoimento de Álvaro Volpe Bacelar: “Tudo era resolvido em assembleia e para qualquer assunto se parava a produção para fazer uma assembleia; isso começou a gerar ‘partidos’ ou ‘departamentos’ separados: a turma do colarinho (da gravata) versus a turma do macacão”¹⁶⁴.

Por volta de 1964-65 essa situação já era plenamente constatável. Aqueles elementos doutrinários fundantes – a saber: a solidariedade ou, na formulação lebreitiana utilizada por frei João Batista, o binômio comunitarismo/personalismo – foram postos de lado por uma parcela dos companheiros. Como disse um deles em entrevista recente, reproduzida em outra parte deste estudo, “a Unilabor rachou”¹⁶⁵. A descrição desse “racha” pode ser conhecida a partir da análise de um pequeno mas incisivo conjunto de documentos, que serão relacionados com depoimentos que os complementam e elucidam.

¹⁶² Carta manuscrita e assinada, de Antônio Thereza para frei João Batista, com cópia para frei Alfredo, em 30 de dezembro de 1964. / Original no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte.

¹⁶³ Depoimento de João José da Silveira Neto à pesquisa, em 20 de janeiro de 2012, por telefone.

¹⁶⁴ Depoimento de Álvaro Volpe Bacelar à pesquisa, gravado, outubro 2012.

¹⁶⁵ Élio Salomão, em depoimento telefônico em 4 de fevereiro de 2004.

É importante que se faça um esclarecimento fundamental: tais documentos e depoimentos muitas vezes questionam a legitimidade de determinadas ações, levadas a cabo por indivíduos ou grupos. Fazem-no às vezes diretamente, nomeando-os, outras vezes indiretamente, por inferência. O intuito da pesquisa é compreender os desentendimentos (na medida em que tenham existido) para delimitar seus lugares no quadro da dissolução da Unilabor. A análise tenta identificar as motivações, cada uma delas certamente portadora de sua própria legitimidade, sem que seja necessário (ou mesmo possível) julgar seu acerto. Para isso os nomes são absolutamente desnecessários. Sendo assim a pesquisa se fixará estruturalmente nos acontecimentos e em seu lugar na história da Unilabor, desprezando as implicações pessoais que eventualmente tenham tido à época. Os nomes de indivíduos, quando necessário, serão omitidos, de modo que se preserve dos relatos apenas sua lógica interna.

1.3. O resplendor (1959-1963): planos para crescer

1.3.1. Novo edifício

As disputas não são suficientes para comprometer o futuro do projeto comunitário, apesar de serem indícios importantes do que virá a seguir¹⁶⁶. Elas são, do ponto de vista de frei João Batista, problemas previsíveis num percurso cujo futuro ainda parece muito promissor; as propostas formuladas nesse período, quando o sucesso dos primeiros anos da empresa mostra que podiam (ou precisavam, como disse várias vezes frei João Batista) crescer para continuar existindo, serão analisadas sob esse ponto de vista.

¹⁶⁶ Serão tratadas no subcapítulo “A preparação”.

Fig. 17 – O presidente bossa-nova, Juscelino Kubitschek (ao centro, de terno claro), conhece os móveis da Unilabor, provavelmente por volta de 1960-61, em maquete apresentada por Geraldo de Barros (à direita no extremo da imagem); aparecem na foto o diretor executivo do Grupo de Trabalho de Brasília, Felinto Epitácio Maia, o secretário do presidente da república, Bolívar Machado, João Guilherme de Aragão, além de outras pessoas não identificadas; no extremo esquerdo, de farda militar, o piloto do avião presidencial, Celso Resende Neves. [crédito da imagem: Carlos Felipe Requião / Arquivo do autor]

Fig. 18 – Detalhe da imagem anterior; pode-se ver as maquetes de uma estante de pórticos, mesa de refeição com cadeiras de estrutura de ferro e encosto com barras verticais, sofá, banqueta e poltrona Unilabor. Note-se o revestimento alternado em jacarandá e fórmica branca, nas faces da estante.

O crescimento suscita a necessidade de expansão da área de oficinas, o que é feito com a construção de um novo edifício¹⁶⁷, de quatro pisos e cerca de 900 metros quadrados, entre 1959 e 1962. Os recursos vieram de um fundo público, gerido pela Caixa Econômica Estadual, destinado à ampliação de estabelecimentos de ensino particulares. De fato havia a intenção de construir uma escola, que comporia o Instituto de Cultura Operária¹⁶⁸, e parte da documentação que tramitou nos órgãos da prefeitura de São Paulo indica a construção de uma escola técnica¹⁶⁹ para formação de profissionais para a indústria moveleira. Não foi esse, no entanto, o uso que o edifício passou a ter assim que terminado, mas sim o de servir às oficinas da Unilabor. De fato, já antes do término tal uso estava previsto; em ofício de fevereiro de 1962, de próprio punho, o autor do projeto menciona o fato de que “o prédio destina-se exclusivamente para depósito de móveis, ferro e madeira, pelo que

¹⁶⁷ O arquiteto Gastão Sandoval Marcondes é o autor do projeto das oficinas da Unilabor, de acordo com ofício de 7/11/1961, assinado por frei João Batista, solicitando à prefeitura a emissão de alvará de construção. Sobre Gastão Sandoval Marcondes, ver: ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi, PIMENTA, Célio. Arquitetura Mackenzie e o Jardim Ana Rosa em São Paulo. **Arquitextos**, Portal Vitruvius, 114.03, ano 10, nov. 2009. Acesso em 23-7-2012: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/12>. / Falecido em 11-8-2008; ver nota de falecimento em: **NOSSO Tempo**. Boletim informativo da AFACEESP, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa, ano XV, jan-fev. 2009. Acesso em 23-7-2012: <http://www.afaceesp.org.br/images/informativo/informativo20.pdf>. / A nota de falecimento indica que Gastão Sandoval Marcondes teria sido funcionário da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, o que pode ser o motivo de ser autor do projeto do prédio novo da Unilabor, em 1961.

¹⁶⁸ Ver: SENHORES Diretores de Misereor em Aachen (West-Deutschland). Carta datilografada, de 8 de fevereiro de 1963, por frei João Batista Pereira dos Santos, no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte, n. DG2P53D038.

¹⁶⁹ Discurso do deputado Franco Montoro, na Assembleia Legislativa do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 1957, solicitando financiamento público para o Centro Social Cristo Operário construir uma sede para as atividades educacionais que promove. Ver: **Diário Oficial**. Estado de São Paulo, 22-11-1957, p. 67-8, n. 262, ano 67, Poder Executivo. / Tal discurso repete parcialmente documento sem data, escrito por frei João Batista. Ver: SANTOS, João Batista Pereira dos. **O que é o Centro Social Cristo Operário**. Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte, documento DG2P38D008. [reproduzido nos anexos de: CIPOLLA, Carla Martins. **O avesso do espelho**: relações comunitárias e divisão do trabalho na experiência da Unilabor. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, dissertação (mestrado), prof. orientador Roberto dos Santos Bartholo Júnior, 2002. 238 p.] / Também documento de 7 de novembro de 1961, intitulado “Construção para escola artesanal / Memorial descritivo” e assinado pelo arquiteto Gastão Sandoval Marcondes indica a construção de uma escola.

deixamos de indicar a lotação”¹⁷⁰. Certamente trata-se de resposta a solicitação para indicação da lotação das salas da pretendida escola. Relato de frei João Batista, escrito em 1968, confirma essa versão dos acontecimentos:

“... os três outros [prédios] ocupados pela indústria, foram construídos com dinheiro doado pela Prefeitura de São Paulo, ou emprestado pela Caixa Econômica Estadual nos bons tempos do Plínio de Arruda Sampaio, do Teófilo de Andrade e do Paulo de Tarso, para servir a um Centro de Cultura Popular (está no contrato). Dinheiro do povo, portanto, para uso exclusivo não de qualquer povo, mas do povo de lá.”¹⁷¹

Fig. 19 – Prédio novo, construído com recursos da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, concluído em 1962. [crédito da imagem: ...]

¹⁷⁰ Departamento de Arquitetura, Divisão de Aprovação de Plantas de Obras Particulares, Seção de Expediente, 3-1-1962, processo 180.510/61.

¹⁷¹ Ver p. 19 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p. / Não fica clara a situação e nem a data mas há, nesse relato, referência a um outro projeto, anterior, de Centro de Cultura, que teve que ser abandonado “para não cair em mãos daquela turma do Partidão (foi até o Artigas que elaborou o ante-projeto, coisa monumental e ultra-cara)”.

O empréstimo foi intermediado pelo então presidente da Caixa Econômica Estadual sob o governo Carvalho Pinto, o advogado Teófilo Ribeiro de Andrade Filho¹⁷². Não se sabe, porém, o montante exato e nem a situação da quitação, elementos importantes para avaliar eventual impacto nas finanças da Unilabor, mas depoimentos indicam que não houve tal suposto impacto, já que a empresa tinha sólida situação financeira, não tendo dificuldade para quitar esse empréstimo. Isso se confirma, ao menos indutivamente, já que em nenhum momento, mesmo na documentação relativa à descrição da crise, esse empréstimo, ou qualquer problema relativo a ele, é citado. Perguntado diretamente sobre isso, um ex-companheiro que participou da gerência financeira da Unilabor a partir de 1962 (exatamente o ano da finalização do prédio) afirmou que não houve percalço nessa situação, ou seja, que o empréstimo foi totalmente pago¹⁷³.

1.3.2. Novo maquinário

Relato de frei João Batista¹⁷⁴, de janeiro de 1959, dá conta de uma Unilabor com boa saúde financeira e planejando expandir-se¹⁷⁵. No caso desta carta trata-se de solicitar

¹⁷² Cujo depoimento em fevereiro de 2011 confirma essa operação.

¹⁷³ Depoimento de Álvaro Volpe Bacelar ao autor, outubro de 2012.

¹⁷⁴ O texto não é assinado mas é certo – pelo contexto, assunto tratado e forma particular da escrita – que se trata de texto de autoria de frei João. Os fatos narrados permitem datá-lo de janeiro de 1959. Ver: **SITUAÇÃO da Unilabor**. Autor presumível: João Batista Pereira dos Santos, frei; data presumível: janeiro de 1959. Arquivo da Ordem dos Dominicanos, Belo Horizonte, item DG2P53DO31.

¹⁷⁵ Nesse texto, como em muitos outros sobre a empresa, frei João mostra sua erudição no tratamento de questões financeiras, apressando-se (e esmerando-se) em relacionar os aspectos particulares da situação descrita como casos da teoria econômica. Desse modo, o cotidiano da empresa é descrito sempre em termos de suas implicações doutrinárias, nenhum aspecto prático do dia a dia sendo exposto sem que seja necessário daquele ponto de vista. Isso prejudica muito o historiador, interessado também em acontecimentos, além das imprescindíveis e valiosas interpretações, para poder ele próprio opinar a respeito. Assim, ficam de fora dessas descrições elementos cruciais: as ações dos indivíduos, as mazelas do dia a dia, as discussões e os desencontros. Em outros textos, porém, quando escreve em particular para seus superiores ou colaboradores, frei João fala abertamente: descreve situações, indica datas, nomeia os participantes e argumenta sobre os acontecimentos. Tais textos serão abordados ao longo deste estudo, seguindo a regra já indicada, relativa à desconsideração de nomes.

(a uma instituição estrangeira religiosa) financiamento a juros de mercado para a compra de maquinário mais eficiente para substituir as poucas e muitas vezes improvisadas máquinas, diz o documento. Tal fraqueza teria sido, até a ocasião, amplamente sobrepujada pelo talento e maestria dos operários e pelo desenho adequado do móvel fabricado, fazendo com que, ainda segundo a carta, a Unilabor pudesse produzir móveis dentre os melhores do mercado. O fato é que em janeiro de 1965 o parque de máquinas ainda se mantém limitado, conforme é possível ver pela lista mostrada a seguir (ver fig. 20), na qual boa parte das máquinas é de alimentação manual. Não há nada que permita supor que tenha de fato havido uma modernização. A falta dela, no entanto deverá ser uma das razões para o rompimento de Geraldo de Barros, certamente interessado em novos processos e aperfeiçoamentos técnicos da produção, como mostra sua trajetória posterior à Unilabor, na Hobjeto.

unilabor Moveis UL

São Paulo, 5 de janeiro de 1965

RELAÇÃO DAS MÁQUINAS EXISTENTES NA COOPERATIVA DE TRABALHO UNILABOR

- 1- Serra Circular com carrinho de madeira 80x120, motor Búfalo de 1 HP 990 x 1100 R.P.M.
- 1- Esmeril de coluna de 1/8 HP, 3600 R.P.M., marca CAMPOS.
- 1- Prensa para compensados c/2 parafusos, marca BENECKE - 220x130.
- 1- Serra Circular c/carrinho de madeira 1 x 120, motor GE de 5 HP, - 1700 R.P.M.
- 1- Motor s/placa em tórno para madeira.
- 1- Tupia 90x90, marca INVICTA, motor GE de 3 HP e 3400 R.P.M.
- 1- Respigueira marca INVICTA, motor GE de 2 HP e 1720 R.P.M.
- 1- Tupia 80x80, motor BÚFALO de 3 HP e 2800 R.P.M.
- 1- Respigueira sem marca, motor de 2,5 HP marca C.E.B. de 1700 R.P.M.
- 1- Lixadeira 250, marca UNIVERSO, motor Arno de 4 HP e 1700 R.P.M.
- 1- Lixadeira 150 s/marca, motor sem placa.
- 1- Plana com 60 de boca, marca INVICTA, motor GE de 5 HP, 1750 R.P.M.
- 1- Esquadreadeira com motor BRASIL de 3,5 HP com mesa de 130x100.
- 1- Máquina de soldar serra, marca NEWTON.
- 1- Traveadeira manual.
- 1- Furadeira p/madeira, horizontal, s/marca, motor BÚFALO de 1,5 HP e 1700 R.P.M.
- 1- Serra Circular p/madeira com motor GE, 5 HP e 1700 R.P.M.
- 1- Aspirador manual marca ELIZARD de 1 HP.
- 3- Pressas p/compensado 60x50, sem marca.
- 1- Descompensadeira 130x32, motor BRASIL de 2 HP, 2800 R.P.M.
- 1- Cavalete com eixo, motor BRASIL de 1 HP e 1700 R.P.M.
- 1- Afiadeira de faca, motor de 1/4 HP, marca CRAFTSMAN, 1700 R.P.M.
- 1- Serra de fita c/volante de 60 cms., mesa 70x80, motor BRASIL de 2HP, 1735 R.P.M.
- 1- Furadeira de madeira 115x70, motor BÚFALO de 1 HP, 900x1100 R.P.M.
- 1- Descompensadeira 45x220, marca M.A.F., motor BÚFALO de 2 HP, 2800 a 3400 R.P.M.

- c o n t i n u a -

Pr da Republica 119 F 331818 R Augusta 2228 F 80 6248 Estr do Vergueiro 3662 F 63 5556

unilabor Moveis UL

Fl. nº 2

São Paulo, 5 de janeiro de 1965

RELAÇÃO DAS MÁQUINAS EXISTENTES NA COOPERATIVA DE TRABALHO UNILABOR.

- 1- Furadeira p/madeira, marca UNIVERSO com motor BRASIL de 2 HP e com capacidade para 1700 R.P.M.
- 1- Serra de pêndulo com 1700 R.P.M., motor BRASIL de 4 HP.
- 1- Máquina Singer 31-15 c/motor ARNO de 1/4 HP e 1750 R.P.M.
- 1- Serra de fita de 40 cms. s/marca, motor ARNO 0,75 HP-1750 R.P.M.
- 1- Balança marca FILIZOLA com capacidade para 200 quilos.
- 1- Serra Circular p/ferro, com mesa 45x45 e motor sem marca.
- 1- Tórno de bancada marca BUXFORD com Baramento Flâmático completo, motor Arno de 0,5 HP e 1700 R.P.M.
- 1- Prensa HARLO de 12 toneladas com motor BÚFALO de 1,5 HP-950 R.P.M.
- 1- Furadeira de coluna, motor ARNO de 0,5 HP e 1700 R.P.M.
- 1- Compressor marca AT de 150 libras, motor ARNO 3 HP e 2800 R.P.M.
- 1- Compressor marca UTIL RECORDE com 150 libras motor BRASIL de 2 HP de 1450 R.P.M.
- 2- Exaustor 1/2 HP.
- 1- Esmeril de 1/4 HP e 3450 R.P.M., marca DULOP.
- 1- Politriz YORK de 2 HP e 1700 R.P.M. com base de ferro.
- 1- Solda transformadora de 200 amperes, marca SUPER WELDER
- 1- Serra de pêndulo para ferro com motor BRASIL de 1 HP e 1450 R.P.M. marca FERRARI.
- 1- Serra de pêndulo s/marca com motor de 0,5 HP e 1700 R.P.M.
- 3- Máquinas de somar marca BOURBOGHS - elétricas.
- 2- Máquinas de escrever marca OLIVETTI
- 1- Máquina de escrever marca OLIVETTI (nova)
- 1- Máquina de somar marca OLIVETTI (manual)
- 1- Máquina de calcular marca SCHUBERT (manual)
- 1- Lixadeira UNIVERSO.
- 1- Máquina escrever marca TRIUMPH
- 1- Máquina escrever marca portátil.
- 1- Copiador a álcool
- 1- Copiador a gelatina
- 1- Caminhão marca CHEVROLET, ano 1959.

Pr da Republica 119 F 331818 R Augusta 2228 F 80 6248 Estr do Vergueiro 3662 F 63 5556

Fig. 20 – Lista de máquinas nas oficinas Unilabor em janeiro de 1965. Acervo da Ordem dos Dominicanos.

1.3.3. Instituto de Cultura Operária

O rompimento com o grupo da biblioteca e do teatro não significa, para frei João, que a tarefa de formação do operário era impossível, mas apenas que a via escolhida não era adequada. O estabelecimento de uma ideologia, a partir das doutrinas cristãs que o próprio frei João havia proposto na fundação da Unilabor, deveria ser o guia do programa a ser adotado nas atividades culturais que comporiam o quadro dessa formação. Antes de ser uma questão de democracia pura e simples seria uma questão de escolhas, e portanto ideológica, da qual a democracia não precisava ficar de fora, uma vez que uma base doutrinária pudesse dar o contexto. Seria de certa forma um recomeço, sob novas bases, do trabalho anterior.

Fig. 21 – Convite para cerimônia de lançamento da ideia do Instituto de Cultura Operária. Acervo da Ordem dos Dominicanos.

Neste ponto é preciso notar: uma das teses deste estudo indica que a continuação da Unilabor, superando a crise multifacetada que enfrentou, teria sido possível caso o programa adotado, fundado em Economia e Humanismo e na projetualidade como a entendiam os modernos (Geraldo e o concretismo sendo os portadores), tivesse sido flexibilizada para acompanhar as alterações no campo da produção de cultura no

Brasil, o que implicaria numa abertura maior, numa opção de certo modo radical pela democracia. Fazer isso poderia significar trazer para o centro do debate coletivo, com os operários, a disputa de ideias, ao invés de mantê-la numa esfera à parte, como ocorreu: o trabalho dos colaboradores, escola e teatro, não foi diretamente integrado aos acontecimentos da fábrica. As crianças atendidas eram as do bairro, mas não necessariamente filhas dos operários; também os adultos que faziam teatro não eram os operários (a não ser excepcionalmente), mas moradores interessados.

Além de uma pequena (não pouco valiosa, não obstante) interação na figura de um Jairo Lopes (companheiro) participando das oficinas de artes para as crianças e de um ou outro operário que participava do teatro, o fato é que o trabalho de formação cultural que se organizava em torno do Centro Social Cristo Operário era quase independente da fábrica. Uma ligação se postulava quando intelectuais pretendiam se aproximar dos operários e aí é que surgiam (surgiram de fato) as disputas. Frei João não é econômico ao descrever essa relação problemática com os colaboradores. Em texto de 1968, depois do fim da Unilabor, diz:

“Para o trabalho junto ao povo, procurei desde logo obter colaboração da A.C. principalmente da JUC e da JOC. Por influência de Lebrete e do clima geral da época a JUC estava em plena fase de descoberta do meio operário. Diversos militantes dela e dos mais pra frente de então, chegaram a tentar coisas por lá, alguns pensaram até em ir morar lá ‘uns meses’. Mas só pensaram, e quanto à ‘ação’ católica deles, ela se resumia, como eu não tardaria a verificar, em muita falação: duas ou três vezes por semana iam lá ‘falar’ aos jovens operários, marcavam reuniões a que eles próprios se esqueciam de comparecer, se desmoralizavam bastante junto àqueles pobres, até que um dia eu não aguentei mais e os mandei – eles e elas – passear; no fundo não queriam nada com nada. Iam

lá sem compromisso nenhum realmente difícil, e se vangloriavam o tempo todo nas suas rodinhas ‘avançadas’ de estarem ‘trabalhando’ com operários no Vergueiro.”¹⁷⁶

Note-se que, neste trecho, frei João se refere a um período inicial, entre 1950 e 1954. Pois no período posterior, a partir de 1954-56, deu-se a participação de um outro pequeno grupo, mas muito ativo, composto por Cynira Stocco Fausto, Sabattina de Lourdes Gervásio e Flávio Império. Cynira e Sabattina fixaram residência no bairro e, por isso (mas não só) eram muito consideradas por frei João. O que não impediu que um desentendimento doutrinário ocorresse, já que aqueles iam aos poucos elaborando uma crítica à forma organizativa da Unilabor, classificada como uma experiência limitada por não avançar na discussão de questões de fundo do sistema capitalista e, portanto, prejudicial aos operários. Por fim, o trabalho de catequese de frei João se dirigia não aos operários mas, mais uma vez, aos moradores e às famílias do bairro.

Ao invés de se indispor frontalmente com os colaboradores, frei João poderia (hipoteticamente) ter proposto a absorção radical da discussão por meio da democratização da disputa a qual, no entanto, se deu entre quatro paredes, de modo privado, envolvendo quase apenas os diretamente implicados. Uma hipotética coletivização da disputa logo em seu início, levando-a ao coletivo dos companheiros, poderia significar uma mudança radical, coerente com uma abertura aos ventos da época, mas não se deu. Tratava-se de um momento de ebulição na cultura moderna

¹⁷⁶ Ver p. 3 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p. / O trecho acima se localiza, no texto, sob a rubrica 1950 a 1954; no entanto os fatos relatados, em especial a expulsão dos colaboradores, não condizem com esse período mas, conforme expresso em outros documentos do próprio frei João, citados nesta pesquisa, a acontecimentos de 1958-59 (ver: “Cynira”, carta manuscrita por frei João Batista a Cynira Stocco Fausto, Arquivo da Ordem dos Dominicanos, Belo Horizonte, sem data, item DG2P53DO35).

brasileira que, sintonizada com a modernização do país (e Brasília era um símbolo) tratava já de avançar para o problema da subjetivação do ator social das lutas operárias num outro nível, que não desse conta apenas de uma exterioridade técnica ou política – necessária, mas não suficiente – e discutisse a inclusão das subjetividades pós-modernas (a questão só ficaria exposta um pouco adiante no tempo, a partir de 1964, com o trabalho de Hélio Oiticica) no cotidiano da vida política.

Para que a questão não fique absolutamente abstrata: o programa do neoconcretismo permite uma abertura nesse sentido e o trabalho de Hélio Oiticica, com seu interesse pela favela da Mangueira e a incorporação de elementos desse universo em sua obra, por exemplo, nos Parangolés, mostra isso: o neoconcretismo, conforme dito em outra parte deste estudo, faz uma crítica à centralidade do objeto técnico como portador de significados morais e propõe o sujeito como assunto central da arte, sem abandonar de todo a perspectiva moderna construtivista, pois compreendendo que a transformação social é o que está em jogo. O programa que frei João tem para o Instituto de Cultura Operária fala de uma cultura de predominância audiovisual, que vem a ser elemento de polarização da época que se abria, pós-moderna:

“O Instituto de Cultura Operária promoverá então cursos especiais para operários, sessões de Cinema Educativo e de Teatro, visando uma cultura de predominância Áudio-Visual, e porá à disposição dos companheiros uma biblioteca e uma discoteca, assim como um salão de festas e reuniões. Todas as atividades de cultura nas quais os operários da Unilabor tomarem parte, serão consideradas como horas de trabalho e portanto remuneradas. Com as novas instalações mais modernizadas e

com métodos de trabalho mais racionalizados, será possível cuidar da redução das horas de trabalho em benefício das horas de cultura.”¹⁷⁷

A este programa tão prático, tão aberto e tão avançado em sua enunciação faltou (sem prejuízo das condições objetivas como dinheiro e coesão entre os companheiros) uma ideologia que permitisse ampliar o horizonte inicial da comunidade Unilabor: de uma organização cujo objetivo era desalienar, formando sujeitos modernos, para uma organização cujo objetivo fôsse adensar a capacidade introspectiva do indivíduo, preparando-o para os embates objetivos de modo fraternal; derivaria daí uma situação como a que hoje se coloca (pelos autores tratados neste estudo) como “força fraca”. O neoconcretismo, que sucede o concretismo no Brasil, se alinha com essa proposta.

1.3.4. Fundo comunitário

A criação de uma reserva monetária é descrita por frei João para funcionar como um fundo para capital de giro da empresa, para não depender dos bancos ou de agiotas, formado com o lucro do capital, já que todos se contentariam apenas com o salário mensal:

“... de comum acordo fora estabelecido entre os companheiros que todos se contentariam com o salário mensal, aliás, bem mais elevado que o das outras firmas. Quanto ao lucro mensal produzido pelo trabalho coletivo, lucro esse que numa firma capitalista é atribuído ao dono do capital, na nossa ficaria depositado num fundo comunitário, creditado embora no

¹⁷⁷ Ver: **RELATÓRIO sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro Social Cristo Operário**, 1960, documento datilografado, 3 páginas, sem assinatura mas com sintaxe da escrita e teor condizentes com autoria de frei João Batista, depositado no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte, n. DG1P33AD003.

nome de cada companheiro de acordo com as horas trabalhadas, só podendo ser retirado em caso de saída. Ficava assim constituído o nosso capital de giro, ou seja, aquele dinheiro vivo disponível a qualquer momento com que as firmas contam para financiar seu próprio movimento, sem recorrer a empréstimos bancários ou particulares.”¹⁷⁸

Tal fundo comunitário, no entanto, transforma-se em seguida numa espécie de investimento de risco no mercado de capitais, e recebe dentro da Unilabor o nome de “banquinho”. Ele será tratado adiante, no subcapítulo 1.4.2.

1.3.5. Cooperativa

Uma cooperativa de trabalho, de acordo com estudiosos dos aspectos jurídicos do tema, forma-se quando trabalhadores associados “reúnem o capital necessário para o funcionamento de uma empresa, eliminando a figura do patrão (cooperativa de produção) [e] pode ser formada também para prestação de serviços por seus associados a outras empresas (cooperativa de serviços)”¹⁷⁹.

O movimento cooperativista era estudado por Paulo Nogueira Filho¹⁸⁰, à época, de um ponto de vista cristão e muito semelhante ao adotado por frei João Batista. Contrariamente à informação obtida na pesquisa de mestrado, aparentemente não é correto dizer que apenas em 1963 a legislação brasileira sobre cooperativas passou a

¹⁷⁸ p. 37-8 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.

¹⁷⁹ p. 85 de: MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de trabalho**: direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000. 111 p.

¹⁸⁰ NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Autogestão**: participação dos trabalhadores na empresa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 397 p. / O autor evidencia sua postura anti-comunista e muito pouco anti-capitalista; afirma-se portador de ideologia de terceira via; cita a Communauté Boimondau, a Entente Communautaire, a Unilabor e o livro de frei João; diz que a Unilabor é similar às comunidades francesas (p. 234); faz um histórico de empresas brasileiras que já praticariam a autogestão em algum nível (p. 231-9. Participação e comunitarismo no Brasil.)

aceitar a existência de um tipo urbano de cooperativa de trabalho. Verificando-se a legislação cooperativista percebe-se que desde 1931 tal possibilidade já existia. O fato é que não foi encontrada na literatura pertinente nenhuma menção ao fato de que houvesse tal proibição até 1963. Se é verdade que a ênfase da legislação recaía sempre na cooperativa rural, não é verdade, no entanto, que se proibía a de tipo urbano. Conforme relata Pinho (1964):

“Em 1931, o decreto 19.770, considerado ‘a primeira iniciativa sistemática no sentido da organização racional do trabalho em nosso país’, estendia o direito de associação a qualquer empregado – com exceção de funcionários públicos e domésticos. Ampliava, assim, a permissão do dec. 979, de 1903, que limitava aos trabalhadores rurais a possibilidade de formar associações para a defesa de interesses profissionais. Esse decreto conferia aos sindicatos o direito de organizar e administrar cooperativas, esboçando um movimento sindicalista-cooperativista que tentaria se concretizar de 1933 a 1938, mas que encontraria séria oposição do cooperativismo-rochdaleano.”¹⁸¹

Percebe-se, pelo texto acima, que a data correta é 1931, quando a legislação passa a contemplar cooperativas de tipo urbano. Entre 1903, portanto, e 1931, apenas as de tipo rural eram contempladas pela lei. Em 1938, ainda de acordo com Pinho, o estratagema cooperativista é reforçado, pois a vinculação entre cooperativa e sindicato, existente na legislação anterior, é desfeita, de modo que este poderia apenas deter a iniciativa de constituí-la, mas ela seria autônoma, “com personalidade

¹⁸¹ p. 84 de: PINHO, Diva Benevides. **Sindicalismo e cooperativismo** - evolução doutrinária e problemas atuais. São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, 1964. 119 p.

jurídica distinta de qualquer corporação iniciadora”¹⁸². Por outro lado é interessante notar como outras fontes comungam da mesma visão acerca da dificuldade da roupagem institucional em 1963:

“As comunidades de trabalho são a forma perfeita de empresa comunitária. São organizações de produção, industrial ou agrícola, que realizam a perfeita comunhão entre trabalho e capital. A comunidade pertence a todos que nela trabalham e por eles é dirigida. Todas as decisões são assumidas comunitariamente. A legislação brasileira não prevê ainda para eles modelo jurídico específico. Assim, elas devem, por enquanto, se acomodar a alguns dos modelos existentes, por exemplo, de cooperativa ou de sociedade com responsabilidade limitada.”¹⁸³

A Unilabor se transforma em cooperativa em 9 de março de 1963¹⁸⁴ e tem seu registro jurídico como tal efetivado em 21 de maio desse ano¹⁸⁵.

¹⁸² Artigo 11, decreto 22.239, de 1932, de acordo com: **ENCICLOPÉDIA e dicionário internacional**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, sem data. vol.XVI; apud: PINHO, Diva Benevides. **Sindicalismo e cooperativismo** - evolução doutrinária e problemas atuais. São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, 1964. (119 p.) p. 85.

¹⁸³ p. 156 de: ÁVILA, Fernando Bastos de. **Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1963. 176 p. / É oportuno notar que o autor assinala a existência da Comunidade Unilabor, à p. 156: "Existem no Brasil e em outros países experiências de comunidades de trabalho. No Brasil, a experiência mais convincente é a UNILABOR, de São Paulo."

¹⁸⁴ Ver **ATA DA ASSEMBLEIA** geral de constituição da Cooperativa de Trabalho Unilabor, realizada no dia 9 de março de 1963. [Arquivo do autor].

¹⁸⁵ Ver registro no banco de dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Fig. 22 – Caderneta do cooperado, de 1964. Acervo do autor.

COOPERATIVA DE TRABALHO UNILABOR

RELACÃO DOS COOPERADOS

-Data de Admissão: 02/03/1964-

(Valor de cada cota: parte 0\$100,00)

Nº	Nome do Cooperado	Nº Cotas	Total Cotas
1	Antonio Theresza	5.610	561.000,00
2	José Lopes da Silva	5.000	500.000,00
3	Geraldo de Barros	2.810	281.000,00
4	Alfredo Lopes da Silva	1.860	186.000,00
5	Manoel Lopes da Silva	5.510	551.000,00
6	Abel Pinto de Oliveira	5.090	509.000,00
7	Alice Nigro Sobrinha	4.610	461.000,00
8	Altamirundo dos Santos Bonfim	5.020	502.000,00
9	Alvaro Volpe Bastelar	1.490	149.000,00
10	Antonio Hélcio Sampaio de Moura	2.010	201.000,00
11	João Baptista Pereira dos Santos	4.240	424.000,00
12	Edmarco Póvaz	5.300	530.000,00
13	Elio Salomão	5.230	523.000,00
14	Jacinto Afonso Amaral Sobral	4.540	454.000,00
15	Jairo Lopes da Silva	5.390	539.000,00
16	Joaquim Edson Lopes da Silva	5.170	517.000,00
17	José Garcia da Oliveira	3.200	320.000,00
18	José Roberto Pinatti	5.020	502.000,00
19	José dos Santos	5.010	501.000,00
20	Manoel Lopes da Silva Filho	4.880	488.000,00
21	Marciano Soares de Almeida	5.000	500.000,00
22	Miguel Pinatti	4.450	445.000,00
23	Pedro Paulo Ribeiro	5.140	514.000,00
24	Pedro Henrique de Almeida	5.450	545.000,00
25	Shizpei Michimata	5.060	506.000,00
26	Waldemar Ferreira Japyassú	3.110	311.000,00
27	Walter Lopes da Silva	4.580	458.000,00
28	Aires Duarte	1.280	128.000,00
29	José Cavallari	1.090	109.000,00
30	Lourenço Ballesterio Crespo	1.090	109.000,00
31	Maria de Lourdes Bissacot	920	92.000,00
32	Pedro Basílio Maia	1.120	112.000,00
33	Roberto Luis Pinto Guedes	920	92.000,00
34	Salvador Jerez Records	940	94.000,00
35	Virgílio Quintino da Silva Filho	3.850	385.000,00
			Cr\$-13.095.000,00

Fig. 23 – Relação dos cooperados em 2-3-1964 [imagem pesquisa 2200]

1.4. A preparação (1958-1963): rompimentos e descapitalização

1.4.1. Expulsão de comunistas e trotskistas (1958-59)

Gontran¹⁸⁶ foi aluno do curso de artes gráficas da escola de artesanato¹⁸⁷ do MAM-SP e trabalhou, ainda estudante, na organização da exposição do IV Centenário da cidade de São Paulo¹⁸⁸, no parque do Ibirapuera, juntamente com Cynira Stocco¹⁸⁹ e Sabattina de Lourdes Gervásio, sob coordenação de Agostinho da Silva¹⁹⁰. Conheceu frei João Batista nessa época¹⁹¹, apresentado por Sabattina, que levou-o a sua casa, no bairro paulistano do Brooklin. Frei João lhe disse que “precisava de um comunista na Unilabor”:

“Nós sabemos que você é comunista e nós temos informações que você é sincero e é como tal que nós te propomos se engajar conosco, sem nenhum compromisso ideológico... a palavra ideológico naquela época

¹⁸⁶ Nascido em 17 de fevereiro de 1933, na cidade de Vera Cruz, estado de São Paulo, filho de Pedro Guanaes e Izabel Guanaes Lima. / Informações em ficha disponível no Arquivo do Estado: ficha policial 105.410 (prontuário), caixa 103. / Não foi encontrada ficha de Gontran no registro de empregados da Unilabor (no arquivo da ordem dominicana em Belo Horizonte) mas há menção ao seu nome em publicação de agosto de 1956 (Diário Oficial Estado de São Paulo, Poder Executivo, ano LXVI, n.185, p. 4, domingo, 19 de agosto de 1956, Resumo da Sessão de 3/7/56, ratificado pela sessão de 6/7/56, Contratos sociais, rubrica 196.531).

¹⁸⁷ Ver: LOURENÇO, Maria Cecília França. **Operários da modernidade**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1995. (322 p.) p. 219.

¹⁸⁸ A exposição não foi aberta na data de aniversário da cidade, 25 de janeiro, mas em agosto de 1954.

¹⁸⁹ Sobre Cynira Stocco Fausto, ver o livro do historiador Boris Fausto, que foi com ela casado: FAUSTO, Boris. **Memórias de um historiador de domingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (287 p.) p. 145-93. Cynira e sua história.

¹⁹⁰ Sobre a participação de Cynira nesse evento, como monitora da exposição sobre a colonização portuguesa, organizada por Agostinho da Silva, ver p. 173 de: FAUSTO, Boris. **Memórias de um historiador de domingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 287 p. / Maria Thereza Vargas (depoimento ao autor, janeiro de 2012), lembra que quem inspirou o “excelente”, diz, trabalho educacional de Cynira e Sabattina foi uma portuguesa, Maria Judith Zuzarte Cortesão, filha do professor Jaime Cortesão (coordenador geral da exposição do IV Centenário) e casada com Agostinho da Silva, já citado.

¹⁹¹ Depoimento de Sabattina de Lourdes Gervásio, dado a Murilo Leal Pereira Neto em 4 de maio de 1996, informa que ela mudou-se para o bairro apenas em 1956, estando Cynira já instalada: “Cynira nesa época já tinha uma casa, estava no Vergueiro já.” (p. 2); isso não impede que em 1954 (trabalhando na exposição organizada por Agostinho dos Santos) já não conhecesse frei João Batista e não o tivesse levado à casa de Gontran, tendo algum tempo depois, após um período trabalhando em São José do Rio Pardo e em Campos de Jordão (ao longo de 1955), resolvido se integrar ao trabalho de frei João.

não existia... sem nenhum compromisso outro que o de trabalhar honestamente junto com a gente.”¹⁹²

Frei João “era a sinceridade na cara” e imaginava que os comunistas¹⁹³ eram “desonestos”. Gontran aceitou o convite, mesmo assim:

“Então eu fui até o Ipiranga e aceitei me mudar para lá, aluguei uma casa pequena de um espanhol, pois eu estava casado e ia nascer a minha filha: uma sala, dois quartos e cozinha, uma rua acima da fábrica, era só descer e ir. Então eu continuava indo ao Ibirapuera à tarde e pela manhã trabalhava na fábrica.”¹⁹⁴

No Ipiranga contatou os comunistas locais. Atuou na greve da Arno, uma das greves da greve dos 300 mil, em março-abril de 1953, mas nunca dentro da Unilabor, pois lá tinha que manter uma certa “neutralidade”:

“Então, a primeira coisa que eu fiz foi entrar em contato com os comunistas do bairro. Isso é importante dizer, pois a população do bairro, que aliás não difere muito da periferia hoje... a pobreza, o lixo na rua, o esgoto, tudo isso, naquela época era [assim] no bairro... porque agora virou um bairro de classe média, mas na época era o bairro que a gente vê hoje na periferia de São Paulo, sem condições de esgoto, etc... Não se dava o processo favelado atual, mas era operário, gente simples, que trabalhava e tal... É importante dizer isso porque, de um lado, estava havendo o trabalho na fábrica e de outro lado – por exemplo, na greve da

¹⁹² Depoimento de Gontran Guanaes Netto ao autor.

¹⁹³ Haveria outros “comunistas” na comunidade, participando como companheiros, entre eles: Cláudio e Rubens (p. 14 de: SILVA, Alfredo Lopes da. **Ad memoriam Unilabor**: nascimento e fim. São Paulo, datilografado, inédito, 1998, 38 p.). Rubens era “pintor respeitado nos meios artísticos”, encarregado na Unilabor de “fazer os projetos das encomendas e de móveis que faziam parte dos projetos de decoração” (p. 15).

¹⁹⁴ Depoimento de Gontran Guanaes Netto ao autor.

Arno – operário era preso, torturado. Eu estava informado, na mesma região, do processo de repressão às lutas operárias. Eu participava, vendia o jornal ‘Notícias de Hoje’ não muito longe da igreja e o padre ficava muito zangado pois sempre tinha umas senhoras já mais idosas que ficavam escandalizadas de ele me deixar vender jornal do partido. O que é então interessante avaliar é que no domingo os operários se reuniam na base do partido, se mobilizavam para ir vender o jornal, para passar uma mensagem de luta...”¹⁹⁵

¹⁹⁵ Depoimento de Gontran Guanaes Netto ao autor. Em outra ocasião, Gontran completa: “Nesta época, juntamente com João Sacoani, um operário da construção civil, vendíamos nossa quota de jornais aos domingos.” Ver: GUANAES NETTO, Gontran. **Relatos de uma existência**. Texto inédito, cedido pelo autor em 28-11-2011. Formato digital. 3 páginas.

Fig. 24 – Capa do jornal “Notícias de Hoje”, edição de 28 de novembro de 1954. Note-se a beleza moderna desta página, com o incrível desenho de autoria de Renina Katz precisamente alocado no centro e abaixo da porção vertical intermediária da página, como se a fizesse girar a partir do olhar da figura retratada. Note-se, ainda, a relação equilibrada entre as manchas de texto, os títulos e a imagem central. Percebe-se, folheando sua coleção, que Notícias de Hoje pode figurar entre as mais belas produções gráficas do período no Brasil. [Arquivo CEDEM – Centro de Documentação e Memória, UNESP]

Frei João queria, diz, com o convite, “abrir a faixa de representantes de outras tendências sociais” na Unilabor, além da JOC, representada por Antônio Thereza, um dos quatro fundadores da empresa. Gontran relata que presenciou a fundação da Unilabor, em agosto/setembro de 1954, já como colaborador de frei João Batista, porém não foi convidado a integrar o grupo fundador¹⁹⁶. Seu trabalho era cuidar do escritório, atender o telefone, conversar com os clientes e com os operários e, nessas

¹⁹⁶ DEPOIMENTO de Gontran Guanaes Netto ao autor. São Paulo, 21 de fevereiro de 2012.

tarefas, substituía Geraldo, que trabalhava pela manhã no Banco do Brasil¹⁹⁷. À tarde Gontran partia para seus outros afazeres (assistente de Clóvis Graciano na pintura de murais e membro da equipe de produção e montagem da exposição do IV Centenário). Gontran ingressa na Unilabor, ao menos oficialmente, quando sai Justino Cardoso, em data certamente anterior a 3 de julho de 1956, como mostra registro de alteração do contrato social da empresa, no Diário Oficial do Estado em agosto desse ano (ver fig. 25).

**196 531 — Unilabor Industria de
Artefatos de Ferro, Metais e Ma-
deira Ltda. — Capital — Retira-se
Justino Cardoso. — Capital elev
p/ 300.000.00 em p/ iguais entre
Gontran Guanaes Netto — Alfredo
Lopes da Silva — Sebastião Oliv-
eira de Carvalho, brasileiros, admi-
tidos — Antonio Thereza e Geraldo
de Barros, remanescentes.**

Fig. 25 – Diário Oficial Estado de São Paulo, Poder Executivo, ano LXVI, n.185, p. 4, domingo, 19 de agosto de 1956, Resumo da Sessão de 3/7/1956, ratificado pela sessão de 6/7/1956, Contratos Sociais, rubrica 196.531. [imagem pesquisa 2198]

Sobre essa alteração de contrato¹⁹⁸ Gontran disse que teve um significado negativo do ponto de vista da proposta comunitária pois “as pessoas se sentiram proprietárias”:

¹⁹⁷ Geraldo trabalhava na “mecanizada”, setor do Banco do Brasil responsável pela computação de dados e que utilizava cartões perfurados, como os que ele veio a empregar a certa altura em suas Fotoformas. Antonio Bioni (em depoimento ao autor) é quem dá conta da expressão “mecanizada”. Sobre as Fotoformas, é interessante notar que, de acordo com conversa com Lenora de Barros em 9-10-2004, Fotoformas é o trabalho que Geraldo fez entre 1946 (as primeiríssimas) e 1950. Isso não quer dizer que fotos de depois não possam ser incluídas, diacronicamente, mas conceitualmente as Fotoformas são as imagens que Geraldo fez e expôs no MASP antes de viajar em 1951 para a França – ele fez de propósito para registrar seu trabalho antes da Europa para que ninguém depois pudesse dizer que as Fotoformas tivessem sido por causa da Europa.

¹⁹⁸ Nas páginas 92-3 de seu livro “A revolução do Cristo” frei João Batista fala longamente de Gontran Guanaes Netto, sem mencionar seu nome: conta a história de um comunista “sincero e leal”, que havia convidado para fazer parte da comunidade e que respeitava; cita, inclusive, a alteração de contrato mostrada neste capítulo.

“Nessa alteração a gente percebeu que as pessoas se sentiram proprietárias, o que era um fato positivo, mas ao mesmo tempo a espontaneidade das pessoas já se modificou. Passou a haver uma progressão no sentido de proprietário mesmo, no sentido que a gente estava contra...”¹⁹⁹

Gontran permanece cerca de quatro anos na Unilabor, distribuídos em duas fases: a primeira entre 1954 e 1957, servindo na fábrica, e a segunda entre 1957 e 1958, na loja da praça da República²⁰⁰. No entanto, registro público (ver fig. 26) dá conta de que apenas em maio de 1960 teria se desligado formalmente da empresa. Nessa mesma data também Geraldo de Barros teria se retirado da sociedade (na sua versão jurídica “limitada”) mas este, no entanto, é certo que permanece como companheiro até março de 1964, do que se pode ter certeza por inúmeros documentos escritos e testemunhos, inclusive o dele próprio:

“Em 1964 eu deixei o grupo por circunstâncias pessoais, dificuldades de liderança, etc... Deixei o grupo já transformado em cooperativa de trabalho e funcionando perfeitamente. E não queria mais me preocupar com esse tipo de coisa.”²⁰¹

¹⁹⁹ Depoimento de Gontran Guanaes Netto ao autor.

²⁰⁰ Sua ficha de registro como empregado não foi localizada por esta pesquisa. Dezenas de outras, como a de Geraldo de Barros, por exemplo, foram, mas isso diz mais a respeito da descontinuidade na documentação arquivada da Unilabor.

²⁰¹ Ver p. 3 de: MENEZES, Aureliano. **Entrevista com Geraldo de Barros**, sócio da Hobjeto, em abril de 1976. São Paulo, 12 páginas datilografadas, cópia cedida pelo autor em 12-1-2002.

250.951 — Unilabor Indústria de
Artefatos de Ferro, Metais e Ma-

DIÁRIO O
Estado de São Paulo (Estado)

reira Ltda. — Capital — Retiram-
se Geraldo de Barros e Gontran
Guanaes Netto — Capital elevado
para 2.105.000,00 entre Manoel
Lopes da Silva, português admi-
tido com Cr\$ 180.000,00; Antonio
Thereza com 19.000,00; Alfredo
Lopes da Silva com Cr\$ 100.000,00;
Sebastião Oliveira de Carvalho o
120.000,00, remanescentes.

Fig. 26 – Diário Oficial Estado de São Paulo, Poder Executivo, ano
VXX, n.111, páginas 10 e 11, 20 de maio de 1960, Seção
“Documentos deferidos”, subseção “Contrato social”, rubrica
250.951. [imagem pesquisa 2199]

O afastamento de Gontran se dá em dois momentos: primeiro é transferido para a loja da Praça da República, onde passa a trabalhar com Alice Nigro Sobrinha, em 1957, assim que a loja é criada. O relato de Gontran interpreta esse deslocamento como um afastamento prévio, uma maneira de deixá-lo fora do contato com os operários. Até que ele próprio decidiu abandonar a comunidade, em 1958, por julgar que não tem espaço de atuação política. Frei João, no entanto, considera Gontran um exemplo de lealdade:

“Embora soubesse de suas ideias comunizantes tinha minhas razões para estimá-lo como sincero e leal. De fato, quando se tratou de levar o nome dele para a Junta Comercial ele me procurou para dizer que se sentia na obrigação de confessar que era membro ativo do P.C.B., fichado no DOPS como tal, e tinha receio que isso viesse algum dia a me acarretar aborrecimentos graves. Então eu perguntei a ele: ‘V. quer dizer que a Polícia política pode vir até aqui me chatear?’ – ‘É isto sim’ – ‘Bom, meu amigo, saiba que medo de Polícia eu não tenho nenhum. Se ela vier eu escoro. A você eu somente peço que cumpra a lei interna, ou seja, a

Constituição da Comunidade. O resto deixe comigo’ – A Polícia de fato nunca veio. Mas, algum tempo depois eu percebi que o rapaz andava doutrinando os outros companheiros em horas de folga do serviço e convidando até alguns deles à sua casa para umas inocentes reuniões que teriam fatalmente que acabar em autênticas células comunistas. Alertei logo o Geraldo, que se encarregou de chamar a atenção dele para o caso. Fez-lhe compreender sem dificuldade que constituía uma certa deslealdade para com os companheiros atraí-los para a discussão política e doutrinação ideológico sem que eles pudessem oferecer a mínima resistência, dado o desnível de cultura e preparo existente de parte a parte. De mais a mais as discussões políticas, sociais e até religiosas não eram proibidas em absoluto dentro da UL; ele poderia trazê-las para as reuniões semanais onde o debate é aberto e onde ele encontraria quem pudesse refutar e discutir, com proveito para todos, os argumentos que ele próprio aduzisse. O rapaz concordou plenamente, nunca mais agiu daquela forma porque era honesto e leal.”²⁰²

Além do PCB, por meio de Gontran, havia uma grande participação dos grupos ligados à Ação Católica: JOC, JEC e JUC estavam presentes desde o início, a convite e com o incentivo do próprio frei João. Os anos iniciais, na verdade, foram de uma certa desorganização do ponto de vista dos colaboradores, tendo a experiência da capela do Cristo Operário, logo a partir de 1950-51, tornado-se um fato da mídia e atraído, de acordo com frei João, pessoas cujo comprometimento era pequeno. Muitos jucistas²⁰³, entre 1950 e 1954 (antes portanto da criação da fábrica Unilabor), genuinamente interessados em contribuir, não eram constantes em sua contribuição.

²⁰² Ver p. 62-3 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Unilabor** - uma revolução na estrutura da empresa. São Paulo: Duas Cidades, 1962. 161 p.

²⁰³ Entre eles, certamente, Jorge da Cunha Lima.

A certa altura, frei João considera que tal participação, não organizada, não interessa à comunidade e rompe com esses jucistas, permanecendo apenas com alguns que considerava mais comprometidos, entre eles Cynira Stocco Fausto, ligada à JUC, e Antônio Thereza, este último fundador da Unilabor, oriundo da JOC. Não por acaso (em determinado texto²⁰⁴) frei João faz questão de ressaltar o respeito que mantinha por Cynira e por Sabattina, mesmo na hora do rompimento, pois, diferentemente de todos os outros colaboradores, haviam escolhido morar no bairro, e não apenas visitá-lo:

“As moças vinham do ‘Sedes Sapientiae’ e ganharam minha total confiança sobretudo por terem feito o que gente de A.C. jamais tivera coragem de fazer: estabeleceram residência no bairro, comiam e bebiam com a gente do lugar, especialmente o pessoal da UL.”²⁰⁵

Entre o final de 1958 e o início de 1959, possivelmente fevereiro, o rompimento se dá entre o pessoal da “escolinha”, chamada Biblioteca Infantil Cristo Operário, justamente Cynira e Sabattina (além de Ilsa Leal Kawall Ferreira) e frei João. O motivo é um desentendimento descrito por frei João como psicológico, doutrinário, político e ideológico (não com essas exatas palavras, a não ser psicológico) em vários escritos. Cynira contesta o “paternalismo” de frei João assim como a liderança de Geraldo de Barros junto aos operários. Nessa altura aparentemente todos, inclusive colaboradores, participavam das assembleias da comunidade, junto com os companheiros operários e, naturalmente, frei João e Geraldo, além de convidados externos eventuais. Frei João reconhece que o trabalho da Biblioteca Infantil Cristo

²⁰⁴ Ver p. 10 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.

²⁰⁵ SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, (21 p.) p. 10.

Operário é sério e consistente, porém identifica várias incompatibilidades com o projeto da comunidade, que passam pela empatia necessária, porém inexistente neste caso:

“Não se trata pois de heresia nem das relações de vocês com as crianças e as famílias do bairro que eu sou o primeiro a reconhecer que são boas, trata-se de uma situação psicológica interna de relações entre nós”²⁰⁶

A esta altura a presença, além do PCB, também de grupos trotskistas do POR (Partido Operário Revolucionário) atuando no bairro²⁰⁷, era um fato a mais a ser considerado por frei João na sua decisão de suspender aquelas atividades. Em relato de 1968, no qual faz um balanço da experiência Unilabor, frei João descreve a saída de Cynira, Sabattina e Flávio Império:

“Em 1958 tive que excluir – por ordem de fr. Mateus, aqueles três elementos perniciosos – mão boba do Partidão lá no meu meio. Mas a saída deles lá do meu terreno e prédios, pois, continuaram no bairro e sempre sob a direção do ex-fr. Jacinto, determinou a saída de todos os elementos sobretudo jovens, inclusive os de JOC e JOCF que trabalhavam comigo na Capela e no Centro Social; todos, menos um, mandaram me dizer que não contasse mais com eles para nenhuma ação social, cultural ou religiosa.”²⁰⁸

²⁰⁶ Documento DG2P53DO35, no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas.

²⁰⁷ ver: LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda** - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. (280 p.) p. 135-40. Militantes do POR na Capela do Cristo Operário.

²⁰⁸ SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, (21 p.) p. 12.

O terceiro elemento a ser considerado é o surgimento de lideranças não partidárias, ligadas à JOC ou mesmo desligadas de agremiações políticas. É o caso dos integrantes da família Lopes (Manoel e filhos), que a certa altura ganham proeminência, certamente pelo número de integrantes, associado ao respeito de todos pela figura do pai Manoel (o mais experiente marceneiro da Unilabor) e pela proximidade de um dos filhos, Alfredo, com a ordem dos dominicanos (era seminarista) e com frei João. A esse grupo se integram outros companheiros que, aos poucos, por sua experiência profissional, ganham também importância. É o caso, especialmente, de Waldenes Ferreira Japyassu, que chega a ser gerente e presidente da Cooperativa Unilabor, quando esta é instalada em março de 1963. A esse grupo se opunha, quase sistematicamente, aquele liderado por Mauro [ou Mário], da serralheria [ou marcenaria]. De acordo com um dos companheiros que viveu essa situação, na assembleia “ficava sempre um grupo contra o outro” e se votava de acordo com quem tinha mais argumento:

"Geraldo de Barros se afastou por causa disso: porque não dava ... porque, vamos supor: o salário ... chegou certa época, que o salário de um ajudante de caminhão, vamos dar um exemplo, assim: [o salário de] um motorista [era] tanto quanto o de um presidente. Foi onde foi sumindo o dinheiro ... então não [se] sabia para onde ia: para onde é que vai? Qual é a despesa daquilo? Então foi aparecendo uma coisa errada atrás da outra."²⁰⁹

²⁰⁹ Depoimento de João José da Silveira Neto, por telefone, gravado, ao autor, em 27-1-2012.

Fig. 27 – Reunião na Unilabor. Note-se Geraldo de Barros sentado ao fundo, à esquerda. Foto do arquivo da Ordem dos Dominicanos.

Também frei João Batista descreve aspectos da discussão por salário, mas de outro ponto de vista, como uma conquista:

“Tratava-se da votação de um aumento geral de salários para o pessoal da firma (...) Toda essa gente discutia reunida para fixar um aumento que satisfizesse à justiça bem como às necessidades de todos”²¹⁰

A questão dos salários iguais era um fator de desestabilização, de acordo com alguns testemunhos, gerando descomprometimento. Na opinião de Antonio Bioni, que conhecia e frequentava a Unilabor, o desentendimento era generalizado. Perguntado se a saída de Geraldo tinha sido decisão de frei João ou do grupo, disse:

²¹⁰ p. 43 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **A revolução do Cristo**. [capa de Alexandre Wollner]. São Paulo: Herder, 1963. 81 p.

“Não. Foi o grupo, a assembléia. O frei João não tinha voz ativa para nada. Ele não era um ditador que dava ordens de cima para baixo. Se ele tinha uma idéia ele colocava dentro do grupo. Se ele tinha dois votos num empate, tudo bem ... mas ele tinha um voto também que decidia junto com o pessoal. Era o grupo que decidia. Então aquela ciúmeira boba, o desentendimento que já acontecia entre a família Lopes (o José, o pai, o Joaquim, o Alfredo, o Walter...) que se desentenderam até entre eles, entre pai e filhos (é uma coisa que talvez nem tenha necessidade de ouvir ...). Quem dispensou o Geraldo, segundo consta, foi um grupo dentro, uma máfia que tinha dentro; porque tinha grupinhos que se isolavam e que tentavam sabotar as idéias.”²¹¹

Mas, diz Bioni, a ideia de comunidade e a doação para o coletivo só funcionou por algum tempo:

“Sim, funcionou enquanto eles tinham isso como idéia. Na medida em que cada um começou a fazer seu patrimônio particular, começando a ganhar algum dinheiro e se desinteressando pela coisa ... Então eles queriam dividir o que? ... um lucro que não havia! Um lucro que estava em equipamento! Porque não é todo lucro de balanço que se divide numa empresa – e eles não entendiam bem isso. Vamos dividir uma máquina em pedaços, que foi comprada com os lucros da empresa? Isso é indivisível. Só quando você fecha uma empresa é que se pode fazer esse tipo de divisão. Então eu acho que se perdeu esse sentido original, perdeu-se o rumo, esse foi o grande pecado da empresa.”²¹²

²¹¹ Depoimento de Antonio Bioni, gravado, ao autor, em 26-4-1997.

²¹² Depoimento de Antonio Bioni, gravado, ao autor, em 26-4-1997.

Em fevereiro de 1959 frei João suspende a colaboração de Cynira Stocco e Sabattina de Lourdes Gervásio que desenvolviam, havia anos, trabalho de educação com as crianças do bairro. Para tal haviam se mudado para lá. Cynira chega em 24 de agosto de 1954 e fica até 1962²¹³, permanecendo mesmo depois da interrupção do trabalho junto a frei João, nessa altura já casada com Boris Fausto e tendo nascido o primeiro filho do casal²¹⁴. Os motivos do desentendimento giram em torno da liderança de frei João Batista, da liderança de Geraldo de Barros²¹⁵, da politização da educação infantil, do marxismo, do comunismo e do cristianismo. Todos esses temas são trazidos à baila nas discussões que se travam entre Cynira e frei João, ao longo de semanas, ou meses.

Fig. 28 – Ambiente onde se realizavam as atividades da escolinha, chamada informalmente Biblioteca Infantil Cristo Operário. Note-se à direita estante produzida pela Unilabor. [foto: Geraldo de Barros]

²¹³ Ver: FAUSTO, Boris. **Memórias de um historiador de domingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 287 p.

²¹⁴ Ver: FAUSTO, Boris. **Memórias de um historiador de domingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 287 p.

²¹⁵ Sobre Geraldo e seu papel na Unilabor, diz frei João Batista em texto de 1963: “A esse desenhista, Geraldo de Barros, a Providência confiou a missão de animar por dentro a comunidade, de fazê-la passar de embrião a organismo adulto.” (p. 39 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **A revolução do Cristo**. [capa de Alexandre Wollner]. São Paulo: Herder, 1963. 81 p.)

Paralelamente se estabelece um segundo conflito (extensão do primeiro) envolvendo Flávio, Cynira e Sabattina, de um lado, e Maria Thereza Vargas, de outro, que diz respeito ao modo de conduzir as atividades do grupo de teatro²¹⁶. Flávio havia sido levado à comunidade por Maria Thereza, em 1956, para ocupar seu lugar na direção do grupo de teatro amador, quando ela precisa se ausentar. Mas há maior identificação entre Flávio e a dupla Cynira/Sabattina que havia entre esta e Maria Thereza. Os elementos de fundo dessa identificação têm que ser buscados na formação desses então jovens profissionais: Cynira, oriunda do curso de psicologia do Sedes Sapientae, é influenciada pelas ideias de Judith Cortesão²¹⁷ no campo da pedagogia. Flávio, recém-ingressado no curso de arquitetura da USP, vinha de uma família de ativistas políticos. Maria Thereza Vargas era (e é) católica e socialista.

O ponto simbólico do desentendimento foi um episódio cotidiano, mas que marcou os campos, esteticamente: no Natal de 1958 tanto Maria Thereza quanto Flávio escrevem, cada um, um “auto de Natal” para ser encenado pelo grupo. O texto de Flávio é escolhido por Cynira e Sabattina, “apesar de o meu ser melhor”²¹⁸, diz Maria Thereza Vargas. Sem deixar um minuto sequer de reconhecer a superioridade de Flávio nas concepções cenográficas, “pois Flávio era um homem de teatro”, Maria Thereza sente-se definitivamente preterida nesse momento e se desliga do grupo. Não é, como frisa, um rompimento pessoal, tanto que permanece amiga de Flávio, frequentando as peças nas quais trabalhou e dialogando. Havia, diz Maria Thereza, uma afinidade entre Flávio, Cynira e Sabattina que determinava a escolha destas por

²¹⁶ O grupo de teatro funcionava na casa contígua à capela. Depoimento de Maria Thereza Vargas ao autor indica esse local: “Tinha, junto com a casa do padre, esse salãozinho, colado no mesmo bloco, no bloco antigo ... uma varanda, uma porta, um salãozinho e ali tinha um palco ... cabiam umas 50 pessoas. Então a gente adaptava muito. Isso: olhando da rua é essa casa a esquerda.”

²¹⁷ Filha de Jaime Cortesão, coordenador geral da exposição do IV Centenário.

²¹⁸ Depoimento de Maria Thereza Vargas ao autor, fevereiro 2012.

Flávio. Mas o âmago dessa discórdia deve ser buscado no campo das escolhas doutrinárias de ambos os lados e se resumem, para efeitos práticos, no dilema entre espiritualismo e materialismo. O que não seria nada excepcional, pois não impediria um trabalho conjunto, unindo mentes diversificadas, abertas e informadas, não houvesse um outro elemento em jogo: o papel de frei João Batista atuando no direcionamento dos acontecimentos para garantir o que julgava ser a integridade do projeto original da comunidade.

Isto posto, passemos à análise do principal testemunho factual desse entrevero, uma carta²¹⁹ manuscrita por frei João Batista, dirigida nominalmente a Cynira, mas que usa várias vezes o plural “vocês”. As outras pessoas com quem frei João estaria conversando por meio desse seriam os outros integrantes da “escolinha”, pelo contexto da carta: Sabattina de Lourdes Gervásio e Ilsa Leal Kawall Ferreira. Sabattina, na posição de corresponsável pelo trabalho, juntamente com Cynira, deve ser de fato a segunda pessoa, já que a posição de Ilsa era a de uma colaboradora²²⁰, mas não dirigente do trabalho.

O texto menciona uma discussão havida no dia anterior, outra havida “antes do Natal”, e certa indisposição recíproca que já perdura um ano. A carta é curta e pode se encaixar no contexto do dia seguinte a uma discussão. Não é um texto ensaístico ou filosófico sobre as questões em pauta, mas um bilhete cujo objetivo é reforçar aspectos da discussão recente, colocando pingos em is e dando um tom mais acabado e afirmativo a certas decisões e argumentos. Afirma, em resumo, a necessidade de um rompimento.

²¹⁹ Documento DG2P53DO35, uma folha, manuscrita, frente e verso, sem data.

²²⁰ Ver depoimento de Ilsa Leal Kawall Ferreira ao autor.

Inicia pela objeção à intenção de Cynira de “politizar as crianças”, afirmação que ela teria feito “diante do Pe. Provincial, de mim e do Dr. Luís naquela reunião de antes do Natal”. Suponho que seja o de 1958. Em seguida complementa essa afirmação com outra, que Cynira teria feito ao Dr. Carlos, cujo teor seria, nas palavras de frei João, que “a orientação que V. segue é diferente da minha; e em segundo lugar que você não tolera em mim um certo paternalismo”. Frei João menciona relatório anterior, de autoria de Cynira sobre a escola, “[entregue] ao Carlos²²¹”, que conteria claros elementos de crítica à Unilabor como um todo e à atuação de Geraldo de Barros em particular. Percebe-se que a esse relatório, de Cynira, deve ter-se seguido um outro, “da Unilabor”²²². A carta deixa claro que a indisposição entre frei João e Cynira vigora desde o início do ano anterior, que deve ser o de 1958.

“Você tem dentro de si qualquer coisa que a impede de ver a realidade total [segue um trecho riscado mas legível: ‘e que a faz agir ou falar de um ... ou exprimir os seus sentimentos profundos de um modo que não denota formação cristã profunda’]. É isto que eu queria dizer quando lhes pedia o ano passado que agissem com justiça e caridade pois vocês estavam faltando a uma e outra. Mas vocês não podiam me ouvir, tanto mais que logo depois eu me deixava de novo envolver. Foi preciso que eu fosse humilhado para compreender que há coisas em que eu não posso ceder.”

O que está em jogo é a orientação política, e “não suficientemente cristã”, da formação das crianças. Além, possivelmente, de algo que não é mencionado nesta carta mas que possivelmente estava em jogo; trata-se de atividades de orientação

²²¹ Certamente trata-se de Carlos Pinto Alves, amigo de frei João e de Cynira, e marido de Moussia Pinto Alves.

²²² Nenhum dos dois foi localizado por esta pesquisa.

sexual, conforme é relatado por uma das educadoras, Sabattina: “Até orientação sexual conseguimos dar. Então, nós conseguimos duas aulas de orientação com um carinho que era do... eu me lembro dele [...] falar com as mães. Elas estavam muito envergonhadas mas acabaram achando que era uma grande coisa”²²³. Em outra ocasião frei João relata:

“Para ilustrar tudo isto contei a R. um caso acontecido aqui, há pouco mais de um ano, na época em que a tal linha divergente que ‘coexistira’ uns tempos aqui dentro e acabara sendo reconhecida e afastada, ainda procurava de longe, mediante ação sorrateira e conivências talvez inconscientes influenciar o espírito do pessoal da Unilabor, desses ‘infelizes operários-patrões que estavam sendo traídos’, como eles diziam. Tanto fez um desses elementos, coniventes com a linha, que acabou trazendo aqui, para falar aos operários, um marxista declarado. Para isto eu nem fui consultado, pois já tinha oposto um veto formal ao convite que se pretendia fazer a um dos cabeças do P.C.B. [...] E como eu finquei pé, gente do P.C.B. não veio de fato, mas um belo dia, em uma das reuniões apareceu, trazido pela mão desse companheiro da Unilabor (que aliás, alguns meses depois se retirou, não sem me acusar de uma ‘certa ingerência totalitária’ na UL) o tal marxista, que se dizia trotskista; vinha falar aos operários sobre ‘luta de classes, revolução e ditadura do proletariado’.”²²⁴

²²³ Depoimento de Sabattina de Lourdes Gervásio à pesquisa, 15 de fevereiro de 1997.

²²⁴ p. 47-8 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **A revolução do Cristo**. [capa de Alexandre Wollner]. São Paulo: Herder, 1963. 81 p. / É possível que o trotskista a que se refere frei João seja o historiador Boris Fausto, marido de Cynira.

1.4.2. Resgate de quotas e aumentos de salários (1962-63)

O próprio frei João se ocupou em mobilizar e trazer amigos seus, simpatizantes da Unilabor²²⁵, que também depositaram suas economias no “banquinho”. Não se tratava mais, aqui, de grandes doadores ou ricos amigos, mas dos mais humildes. Todos pensam: ajudamos a Unilabor de um modo mais barato que os bancos fariam. Com esse espírito, o fundo mútuo se avoluma, mas não resiste à retirada simultânea de cerca de 15 companheiros, todos proprietários de quotas. De acordo com relato de frei João:

“Pois em certa fase crítica de nossa caminhada, em menos de dois anos resolveram retirar-se nada menos de quinze sócios, levando naturalmente a sua quota acumulada em anos de trabalho: sofreremos assim uma descapitalização brutal, mas o que mais me doía era a declaração feita por eles dos motivos da saída: não que estivessem descrentes do comunitarismo, faziam questão de afirmar, mas um dizia querer sair para comprar um carro a fim de abrir uma autoescola que lhe daria mais dinheiro, outro solicitava seu desligamento para poder trabalhar ‘por conta própria’, como se ali tivesse trabalhado por conta de algum patrão.”²²⁶

Tal descapitalização leva a empresa ao seu pior momento: numa conjunção de inexperiência administrativa e, certamente, ilusão quanto ao funcionamento do mercado paralelo de capitais, recorrem não mais aos bancos mas a agiotas. Por outro lado, e complementarmente, é interessante notar que o resgate de quotas e aumento do

²²⁵ Ver: **“Meu caro Pe. Provincial”** / carta manuscrita de frei João Batista dirigida ao padre provincial, frei Alexandre / sem data mas posterior a 1965, provavelmente início de 1966 / Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas (Ordem dos Dominicanos), Belo Horizonte, item DG2P53D033.

²²⁶ p. 37-8 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.

valor de retiradas (em salário ou em forma de pro-labore, dependendo do caso, se sócio ou empregado) dava-se sempre às expensas de uma dívida inicial, nunca paga ou mencionada (como se fôsse a acumulação primitiva da empresa), na forma do lote e dos edifícios cedidos pela Ordem dos Dominicanos e jamais computados como passivos a serem resgatados.

1.5. A realização (1963-1967): descapitalização e descontrole contábil

1.5.1. O macacão versus a gravata (1964): capitalistas versus comunistas

"Nós, da UNILABOR, já passamos por muitas dificuldades. Uma, e a mais importante, era o problema da unidade. Não só a fábrica estava dividida em prédios diferentes e distantes uns dos outros, como também o pessoal estava dividido com ideias diferentes. O pessoal esteve dominado por um individualismo intransigente, cada um para si e nada mais. Agora é diferente, nós caminhamos para a UNIDADE. Já se percebe o pessoal respirar um ar comum. Isto não quer dizer que não haverá dificuldades e contratempos, haverá, porém agora é diferente. Nós procuraremos solucionar os nossos problemas de maneira unida – todos estão prontos para isso. Nós sabemos perfeitamente que os dois maiores fatores da crise de união pela qual passamos, [foram] de um lado a crise econômico-financeira e de outro lado a situação geográfica da firma. A firma instalada em prédios diferentes distantes uns dos outros, mais o problema econômico, [causaram] todos os distúrbios pelos quais passamos."²²⁷

Note-se que o texto se refere à crise no passado, dando a entender que ela já estaria superada. Mas o tom geral não passa essa certeza, mesmo porque detalhes da crise

²²⁷ **COMUNIDADE** - órgão das comunidades de trabalho. São Paulo, n. 1, outubro 1962.

não são fornecidos, ela não é explicada. Há algumas versões para os desacordos acerca dos ganhos cada vez mais diferenciados, na comunidade. Uma delas teoriza sobre a existência de um grupo que se encastela na administração e se desliga da produção. Outra, para a mesma situação, propõe que o trabalho dos comunistas desarticula a comunidade. Conforme explica Roberto Romano:

“Nos anos 60, em nosso Brasil, Frei João Batista Pereira dos Santos (1913-1985) dirige a fábrica de móveis modernos chamada Unilabor, inspirada no pensamento de Le Bret, do movimento Economia e Humanismo. As bases mais profundas daquela indústria encontram-se na doutrina social da Igreja e no socialismo cristão. Um livro publicado por Frei João Batista tem o título onde se condensa a ótica eclesiástica: Capitalismo e Comunismo, os dois chifres do Diabo. Quando a Unilabor, endividada, interrompe suas atividades, os idealizadores acusam Roberto Campos, cuja política à frente do governo militar privilegia negativamente as médias e pequenas indústrias brasileiras. Mas graves acusações são endereçadas aos comunistas, porque esses teriam boicotado a comunidade dos trabalhadores. Esta queixa, a ouvi pessoalmente do frade, nos tempos em que tive a honra de pertencer à Ordem dominicana.”²²⁸

Os dois primeiros anos da empresa, 1954 e 1956, parecem ter sido consumidos no esforço legítimo de instalação e todos pareciam ter energia apenas para construir uma obra. Naturalmente, com a conquista da estabilidade inicial novas questões puderam ser tratadas, na medida em que surgiam, como exigência do aprimoramento e da complexificação da estrutura e das relações entre as pessoas que participavam. O

²²⁸ ROMANO, Roberto. **Notas sobre a Spes Salvi**. Internet em 26-2-2012: http://robertounicamp.blogspot.com/2007_11_14_archive.html

primeiro caso foi o de Gontran Guanaes Netto, já descrito acima, desligado da comunidade em função de sua militância no PCB. As apreciações são divergentes, no entanto: frei João conta como ponto positivo o fato de a comunidade admitir a pluralidade de ideias e interesses, desde que o maior, o interesse coletivo e humanitarista fosse preservado, descrevendo o afastamento como resultado de uma avaliação madura das partes em benefício do interesse maior de todos. Gontran, por seu lado, tanto se orgulha (é evidente até hoje em seu discurso sobre a Unilabor que preza sua participação) de seu papel na Unilabor e no bairro (aqui como militante do PCB), como critica o que chama de falta de uma real democracia, à qual teve que se curvar. O embate com Gontran iniciou em 1957: primeiro foi afastado das oficinas, sendo deslocado para a recém-inaugurada loja da praça da República. Depois, em 1958, não vê melhores condições de praticar o que considerava ser sua tarefa de militante e resolve sair da comunidade.

1.5.2. O apoio financeiro desaparece (1964)

Informação de Sabattina de Lourdes Gervásio no depoimento a Murilo Leal Pereira Neto, diz que frei João...

“... conseguia muito dinheiro por meio dos deputados. Naquela época os deputados tinham as verbas, os estaduais, para ajudar as obras deles. Então o frei conseguia dinheiro dessa forma também. E eu sei que até que ele conseguiu três mil lá para me dar [por mês], para eu continuar a trabalhar lá. Se não eu não podia continuar.”

Para comprovar essa informação há esta carta de frei João:

“... D. Dulce Barbosa de Oliveira, ramo pobre dos Quartim Barbosa, donos da Willys Overland e do Banco Comércio e Indústria [...] ela que

me ajudou tanto e ajudou tanto a UL pois foi secretária dos secretários da Fazenda durante 30 anos e me arranjava subvenções [...ilegível...] pagamento [...ilegível...] do Estado...”²²⁹

Fig. 29 – Em junho de 1965 frei João publica carta aberta ao presidente da República criticando a política econômica que sufoca pequenas empresas. [Arquivo dos Dominicanos]

Darcy Paulillo dos Passos, observador direto da Unilabor, nota o percurso da Unilabor, entre 1954 e 1964, é paralelo à gestação do golpe de 1964, que inicia justamente 10 anos antes. Nesse espaço de tempo, diz Passos, frei João (na Unilabor) consegue se isolar da esquerda que o apoiava e só mantém os apoios à direita.²³⁰

²²⁹ “Meu caro Pe. Provincial” / carta manuscrita de frei João Batista dirigida ao padre provincial, frei Alexandre / sem data mas posterior a 1965, provavelmente início de 1966 / Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas (Ordem dos Dominicanos), Belo Horizonte, item DG2P53D033.

²³⁰ Entrevista de Darcy Paulillo dos Passos, por telefone, em 29/9/2004.

1.5.3. A descapitalização e o recurso a agiotas

“Outra coisa que jamais fizemos em nossa comunidade: a dupla escrituração. Uma escrita para uso interno, outra bem diferente para ser apresentada à fiscalização. É assim que 'trabalha' o patrão capitalista. Fiel ao mandamento básico do sistema, vivido, não falado nem escrito: 'Tapeai-vos uns aos outros'. Consequência lógica da lei suprema: o que interessa é o lucro, não o homem que o produz.”²³¹

Neste ponto é preciso fazer muitas ressalvas: é correto dizer que a Unilabor nunca fez dupla escrituração pois a confusão era tão grande na época da crise que, na verdade, não havia escrituração organizada; o que aparentemente foi feito, mas que é muito próximo da dupla escrituração, foi uma tentativa de fazer a contabilidade zerar para esconder não pagamento de impostos e pagamentos a agiotas. No fim das contas, aconteceu algo muito próximo da empresa capitalista criticada nesse trecho do texto.

“No final de 1964, as coisas já não iam bem”, relata Alfredo Lopes²³². É importante frisar que os relatos (como esse) ouvidos ao longo da pesquisa têm em comum a dificuldade de localizar um início claro, demarcado, para os desentendimentos políticos e os problemas financeiros na comunidade. Em parte essa atitude reservada é intencional, já que as “brigas” parecem ter sido extremamente sérias (e levadas muito a sério) e desgastantes para os envolvidos. Em parte também porque deve ter havido, no calor dos desentendimentos (e certamente objetivando cada um a preservação de valores legítimos, porém em descompasso entre si), troca de

²³¹ ver p. 33 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.

²³² p. 27 de: SILVA, Alfredo Lopes da. **Ad memoriam Unilabor**: nascimento e fim. São Paulo, datilografado, inédito, 1998, 38 p.

acusações que muitos não querem – com toda razão do ponto de vista da sensatez da vida cotidiana – ver reproduzidas e muito menos amplificadas (por exemplo, por esta pesquisa). De toda forma o cotidiano da comunidade, com suas assembleias semanais (ou mensais), com a multitude de indivíduos com ideias próprias sobre “humanismo” e, não menos importante, com o sucesso comercial da empreitada²³³, provocou desgaste a partir de um momento, ligado aos seguintes fatos:

- dificuldade de absorção de ideias frontalmente contrárias à religiosidade do projeto
- exigências de frei João Batista acerca do programa de ação dos colaboradores
- voluntarismo acerca da divisão igualitária dos ganhos, sendo essa, aparentemente, a porta através da qual adiante passou a haver uma inflação de ganhos em quotas para todos, descapitalizando a empresa quando da saída de alguns poucos

A saída de alguns “sócios mais pesados” (especialmente o patriarca Manuel Lopes e um de seus filhos, Jairo²³⁴), parece ter tido papel patrimonialmente desestabilizador, além de gerar ressentimentos:

“[...] foi oferecido para o sr. Manuel a seção da Willys, como quitação. E ele aceitou, com máquinas e o contrato de concessão [entre Unilabor e Willys, para produzir elementos de madeira para automóveis de luxo, como o modelo Itamaraty]. O que tinha mesmo fisicamente eram só as máquinas, mas o que valia no duro era o contrato. E o sr. Manuel montou a empresa dele que até hoje [1997] ainda existe e que tem o nome de Uti.

²³³ ... e sobre isso são quase unânimes os depoimentos, ver, por exemplo, Bioni e outros.

²³⁴ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu.

É uma empresa autônoma, sem vínculo nenhum com a Unilabor. Chama-se Uti Móveis.”²³⁵

Cada saída, diz, era uma derrota para os que ficavam:

“Ora saía o Percy, ora saía o Altamirando, ora saía este... e o vazio ficando para os que [sobravam]. Eu imagino que tudo isso foi causando um desgaste muito grande nos que ficavam também... em mim sobretudo, que era muito jovem, muito inflamado e as vezes até ciumento. Eu tinha muito ciúmes da Unilabor. Talvez era porque eu tinha uma bronca velada do Geraldo. O Geraldo estava em outra, era um cara muito mais escolado, mais vivido, sabia o que queria, [enquanto que] nós estávamos impulsionados pelo idealismo, o que é diferente.”²³⁶

Para frei João a situação é mais grave, e a descrição da situação se faz de modo muito mais dramático:

“E para agravar a situação, que desgraça pouca é bobagem, um certo clan de falsos operários acabou predominando na fábrica, exigindo para si altíssimos salários (uma greve branca em janeiro de 64 por um destes [...] paralisou a produção por um mês, fazendo descer a produção de 35 milhões a 5 apenas, isto é, matando a firma, e tudo para obter salários mensais de 460 mil quando na época aqui fora ninguém ganhava mais de 180 mil e ainda com horas extras). Não há firma que aguento um baque

²³⁵ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu ao autor, 1997. / Documentação obtida junto à Jucesp indica que a empresa Uti Móveis e Utilidades de Madeira Ltda., NIRE matriz: 35201101253, iniciou atividade em 31/8/1965 e que a certa altura (não especificada, podendo ser desde o início da atividade) teve como sócios Alfredo Lopes da Silva, Edson Lopes da Silva, Joaquim Edson Lopes da Silva e Manoel Lopes da Silva Filho; a última movimentação registrada na Jucesp é uma alteração de capital para 8 milhões e 12 mil cruzeiros reais, em 17/6/1994. Ver: **Junta Comercial do Estado de São Paulo**, <http://www.jucesponline.sp.gov.br>, autenticação 24667882.

²³⁶ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu.

destes. Eu [...] não pude atuar como devia contra o clan. Um deles [...] chegou mesmo a assumir a direção em 64 causando em poucos meses uma descapitalização de 50 milhões dados em dinheiro vivo a elementos por ele excluídos e devidamente indenizados e a alguns dos quais ele fazia convites para entrar com ele de sócio nalguma firma cá fora. Isto sem falar da traição das traições cometida por aquele que eu mais exaltara nos meus livros e que fingindo trabalhar com a gente, bandeou-se para outra firma, entregando a elas desenhos e linhas novas de produtos pagos pela UNILABOR. Estes e outros fatos graves fizeram com que desde 1959 o desastre fosse se delineando como inevitável. No final, nos dois outros últimos anos, foi o salve-se quem puder [...].”²³⁷

Frei João relata, em texto de 1982, uma extensa mágoa no fim da Unilabor:

"Acho que hoje não daria mais para eu sentir a amargura que tomou conta de mim muitos anos atrás, quando estava para falir a minha primeira comunidade de trabalho, penosamente erguida na zona sul de São Paulo. Encontrou-me por acaso um operário metalúrgico que me devia o pão que comera anos e anos e ainda, à sua saída, carregara consigo a título de indenização toda uma secção da fábrica; ele só achou esta observação para me lançar no rosto: 'isto aqui tinha mesmo que ir por água abaixo, pois o senhor já foi internado três vezes como louco, louco tem mesmo é que fracassar'. Hoje eu lhe dou razão, e fico até alegre só de pensar que antes, muito antes de mim, um outro louco fracassou ainda mais redondamente, e foi até condenado como subversivo e crucificado entre dois ladrões. Que bom eu ter ganhado também este último qualificativo:

²³⁷ Ver p. 11 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.

andaram espalhando por aquelas bandas que eu tinha ficado rico com a falência daquela pequena comunidade de trabalho ... Foi muito bom para mim que tenha fracassado naquele primeiro esforço de criação de comunidade produtiva. Cuidei mais de fazer um grupinho de homens produzir riquezas, quando deveriam é produzir valor: ser mais homens e não só ter mais coisas ou mais dinheiro para viver melhor."²³⁸

²³⁸ p. 16-8 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos (frei). **Hanseníase** - doença física ou chaga social. São Paulo: Paulinas, 1984. 127 p.

2. DA UNILABOR À HOBJETO: O DESENHO NO CENTRO²³⁹

2.1. A saída de Geraldo (a linha nova, os limites da Unilabor)

“Não. Foi o grupo, a assembléia. O Frei João não tinha voz ativa para nada. Ele não era um ditador que dava ordens de cima para baixo. Se ele tinha uma idéia ele colocava dentro do grupo. Se ele tinha dois votos num empate, tudo bem... mas ele tinha um voto também que decidia junto com o pessoal. Era o grupo que decidia.”²⁴⁰

"Não era só agiota, ia no banco: Banco Cooperativo, que dava apoio para a empresa [...] eu lembro pouco disso, porque não era meu setor. O custo da empresa ficou mais alto do que estava entrando. E as lojas, tinha caso, que dava muita margem, por exemplo, na República, que vendia bem, na Augusta, muito mais, então o Geraldo de Barros começou a ser desvalorizado, e [era] a cabeça dele que engrenava tudo. Então foi apertando o cerco, até ele cair fora... ele caiu fora e entrou na Hobjeto.”²⁴¹

“Quem dispensou o Geraldo, segundo consta, foi um grupo dentro, uma máfia que tinha dentro; porque tinha grupinhos que se isolavam e que tentavam sabotar as idéias.”²⁴²

A liderança de Geraldo ia enfraquecendo na medida em que se constituía um patrimônio coletivo que era em parte transformado em ganhos individuais, gerando

²³⁹ A sugestão de que a explicação da saída de Geraldo de Barros da Unilabor devia ser procurada em dificuldades na implantação de mudanças de desenho e tecnologia na produção dos móveis foi feita por Angélica Santi, que conheceu e trabalhou na Unilabor, ainda estudante, no período após a saída de Geraldo de Barros, sob a coordenação de Ideo Bava, entre 1965 e 1966. Agradeço a Angélica por essa contribuição fundamental para o estudo.

²⁴⁰ Depoimento de Antonio Bioni à pesquisa, em 26 de abril de 1997, em Pilar do Sul, SP.

²⁴¹ Depoimento de João José da Silveira Neto à pesquisa, em 20 de janeiro de 2012, por telefone.

²⁴² Depoimento de Antonio Bioni à pesquisa, em 26 de abril de 1997, em Pilar do Sul, SP.

uma expectativa em desconformidade com o espírito da empresa e da comunidade. Nesse ponto é que entra a contestação tanto à figura de frei João quanto à de Geraldo, até então líderes incontestáveis. No que diz respeito à empresa (culminando com sua saída em março de 1964) Geraldo pretendia modernizar a produção, alterando processos e, certamente, com isso causando apreensão. Do lado dos fundamentos solidários da comunidade frei João tinha que enfrentar reivindicações acerca dos lucros, e perdia na assembleia quando se discutia reinvestimento ou distribuição de quotas. Mas há elementos que indicam, no entanto, que mesmo frei João Batista não teria tamanha clareza do que fazer, em termos de gerenciamento, quando a situação real se apresentava. Apesar de escrever com muita precisão e propriedade acerca das tarefas da comunidade, veja-se o programático texto de 1960²⁴³, a própria posição de frei João quanto às decisões financeiras da empresa é dúbia pois, conforme registra em outra ocasião, ele mesmo emprestara à Unilabor montante sob sua administração²⁴⁴, para ser, através do “banquinho”, repassado a agiotas na esperança de um retorno financeiro em benefício da Unilabor e uma remuneração normal para o emprestante, e chamara seus amigos pessoais a fazê-lo também:

“E eles ainda não acertaram o pagamento de amigos meus (o meu recebi em 3 parcelas) [...] Fiquei furo da vida quando soube que a minha melhor

²⁴³ **RELATÓRIO sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro Social Cristo Operário**, 1960, documento datilografado, 3 páginas, sem assinatura mas com sintaxe da escrita e teor condizentes com autoria de frei João Batista, depositado no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte, n. DG1P33AD003.

²⁴⁴ Não se trata de dinheiro pessoal de frei João Batista mas sim, possivelmente, de dinheiro obtido de doações de simpatizantes para o Centro Social Cristo Operário; dinheiro, portanto, sob a administração de frei João e do qual ele poderia legitimamente, em nome do Centro Social Cristo Operário, dispor.

amiga, que eu fiz entrar no banquinho, [nome suprimido], foi lesada por eles...”²⁴⁵

Geraldo deixa a Unilabor em março de 1964 e se associa a Antonio Bioni²⁴⁶, antigo colega marceneiro, com quem passa a produzir os móveis que vinha desenhando, ainda na Unilabor, para aquilo que seria sua “linha nova”. A saída de Geraldo interrompe esse trabalho de renovação e ajuda a precipitar uma crise que já vinha se estabelecendo, acrescentando a ela um importante ingrediente, agora de natureza estética. Trata-se de verificar até que ponto o grupo poderia prescindir de um de seus líderes (o outro era frei João Batista) e tomar para si as rédeas do desenho do móvel, mostrando que tinha havido um aprendizado, ao longo dos dez anos anteriores, e que aqueles artesãos (marceneiros, ferramenteiros, serralheiros, estofadores, montadores, lustradores, etc) haviam se tornado, também, projetistas. De certa maneira Geraldo havia, ele sim, feito o caminho inverso e adquirido um saber de ofício que, no início da Unilabor, não possuía. Mas isso não ocorreu com os companheiros a não ser, talvez, em casos isolados, como o de Antônio Thereza: em 1965, logo depois que se desliga da Unilabor, Thereza abre sua própria firma, a Metalúrgica Neutrom²⁴⁷, e projeta seus próprios móveis (ver fig. 30); se bem que muito semelhantes aos da Unilabor, isso importa menos, neste momento, mas sim perceber como consegue se

²⁴⁵ “**Meu caro Pe. Provincial**” / carta manuscrita de frei João Batista dirigida ao padre provincial, frei Alexandre / sem data mas posterior a 1965, provavelmente início de 1966 / Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas (Ordem dos Dominicanos), Belo Horizonte, item DG2P53D033.

²⁴⁶ Antonio Bioni era amigo de longa data de Geraldo e teria sido, já na época inicial da Unilabor, convidado à ela se integrar como companheiro, mas optou por permanecer no seu emprego na Sears, onde era responsável pelo departamento de displays desde 1950. Manteve, não obstante, amizade com Geraldo e frequentou a Unilabor, onde conheceu frei João Batista: “Me convidaram para participar do movimento, mas eu estava empregado e acabei desistindo. Eu era apaixonado pela idéia, achava que era revolucionária e cedi [provavelmente em 1955-56] minhas máquinas para eles: uma serrinha circular, uma serra de fita... e acompanhei o desenvolvimento do pessoal durante todo o tempo.” (Entrevista em 26-4-1997, Pilar do Sul, SP)

²⁴⁷ Certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo informa 6-7-1965 como data de constituição [certidão emitida em 22-2-2012].

manter coerentemente dentro de uma maneira moderna, mostrando que havia adquirido esse vocabulário, que passava a experimentar.

Fig. 30 – Cadeira e mesa lateral, produzidas na Metalúrgica Neutrom, de Antônio Thereza. / Foto: acervo da família de Antônio Thereza.

Na nova empresa, associado a Bioni (marceneiro experiente), Geraldo pôde por em prática a reformulação que, na Unilabor, não era viável, dadas as desavenças de princípio entre os companheiros, ele incluído: tratava-se, para Geraldo, de aperfeiçoar, modernizar, expandir, automatizar, o que implicaria em mudanças, em novos aprendizados e em mexer com um processo produtivo estabelecido e, embora já de caráter industrial, ainda bastante dependente de etapas manuais²⁴⁸. O nome Hobjeto é usado por Bioni & Companhia para a linha nova e aparece nas lojas e para

²⁴⁸ Ver a pesquisa anterior, de mestrado: CLARO, Mauro. **Unilabor**: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Senac, 2004. 190 p.

o público; posteriormente, em maio de 1968, constitui-se juridicamente a empresa Hobjeto²⁴⁹.

HOBJETO

Bioni & Cia Ltda Ind e Com de Móveis
Av Jabaquara 1666 F 7 35 61 recados São Paulo SP

Fig. 31 – Marca da Hobjeto, em seus primeiros anos, 1964-66.
Acervo do autor.

Fig. 32 – Anúncio no jornal Folha de São Paulo em 17-12-1964, p. 21 / Acervo Folha: <http://acervo.folha.com.br>

²⁴⁹ Móveis Hobjeto: empresa criada por Geraldo de Barros em associação com os colegas Antonio Bioni e Sebastião Amâncio Salgado; além desses fundadores a empresa também teve como sócios, em diferentes períodos de sua longa vida: Pascoal Onélio Morandi, Nelson Giuliano Rey e Epaminondas de Andrade. A empresa inicia juridicamente em 7-5-1968 (ver certidões disponíveis na Junta Comercial do Estado de São Paulo: <http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br>); em 1997 já não funcionava mais, mas ainda existia, e nesse ano a marca foi vendida, tendo como comprador Móveis Corazza S.A, que a utiliza ainda hoje (ver: **HOBJETO agora é marca registrada da Corazza**. Internet, http://www.becapi.com.br/impressao/corazza_print.htm, em 14-11-2001).

Waldenes Ferreira Japyassu afirma que toda a linha inicial da Hobjeto foi testada na Unilabor e esse foi um dos motivos de seu desentendimento com Geraldo:

“Bem, não tem muito o que falar. Eu nem cheguei a brigar com o Geraldo por causa disso. Mas, teve uma das reuniões em que eu disse claramente que o Geraldo estava sendo desleal com a empresa, com a Unilabor, uma vez que ele estava ganhando prêmio na UD com móveis testados na Unilabor. Eu acho [... inaudível ...] no meu modo de ver ... eu achava que aquilo devia ser prêmio para a Unilabor, não para [a empresa d]o Bioni, mas não convenci. Aí começou a minha implicância com isso, porque a Unilabor era um verdadeiro laboratório. Ficavam testando, testando ... quando eu subia lá na parte da [... inaudível ...] e perguntava o que era aquilo, diziam que eram testes. Isso era teste, aquilo lá era teste ... Mas, de quem eram? Era do Geraldo, respondiam. Então quando tinha uma UD, o Bioni tinha sido premiado. Então, eu olhava e eram móveis que a gente conhecia. Não quero dizer que eu chamo isso de roubo, mas acho que houve um certo aproveitamento... e me dava um certo ciúmes, talvez... uma certa bronca, um excesso de zelo. E eu fiquei naquela minha implicância e estava causando mal estar. Aí então o José, o Álvaro, todos se sentiram chateados com aquilo. Então frei João me chamou e foi quando nós resolvemos que eu deveria sair mesmo. Porque quando estão faltando as coisas todo mundo briga, não é? Como diz aquela tirada: ‘quando falta pão todo mundo briga, ninguém tem razão’. Mas, como a Unilabor estava em crise e eu via ela testando, mil testes... e é a parte cara do móvel. Você bola um móvel. Enquanto ele não é testado, feito uma vez, duas vezes, três vezes... essa mesa que nós temos aqui foi testada umas dez vezes, até ela chegar... e é desenho do Geraldo. Ele era fogo, era um bom desenhista. (...) Era uma mesa que vendia demais. Estava sempre em produção e vendia todas. Eu não tiro o mérito do Geraldo, de

forma nenhuma. A comunidade aceitou que ele fizesse aqueles testes, tudo bem. Eu, particularmente, achava que não devia e criei uma guerrinha [... inaudível ...] e deu nisso: a minha saída. Esse foi um dos fatores sérios da minha saída, não digo o principal.”²⁵⁰

Na mesma linha vai frei João Batista, que reclama que Geraldo levou os desenhos da linha nova, que produziu na Unilabor, para outra firma²⁵¹.

2.2. Propriedade e dividendos: disputa

Na nova empresa Geraldo passou a produzir móveis cujo desenho havia recentemente desenvolvido dentro da Unilabor. Mas, em 6 de abril de 1966, as duas empresas assinam um “convênio de produção da nova linha de móveis” que estabelece o direito da Unilabor produzir esses mesmos móveis, mediante pagamento de comissões à Bioni & Companhia. Depoimento de Marcel Marmor dá conta de que nos dois primeiros anos da Hobjeto a empresa fabricou exatamente a “linha nova” da Unilabor²⁵².

²⁵⁰ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu. O fator principal talvez estivesse ligado ao desgaste na gestão da comunidade, da qual Waldenes participava ativamente. / Observação lateral: a expressão “quando falta pão todo mundo briga, ninguém tem razão” é usada em texto de frei João Batista (SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.), quando descreve essa mesma crise e também foi usada por Álvaro Volpe Bacelar, em entrevista em outubro de 2012, também para se referir à mesma crise.

²⁵¹ Ver p. 11 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.

²⁵² Depoimento de Marcel Marmor ao autor em 10-2-2012, gravado.

Fig. 33 – Mesa Bergmiller (produzida na Unilabor e na Hobjeto) e cadeira Hobjeto dos primeiros anos da empresa. [crédito da imagem: Acervo da Família de Geraldo de Barros]

Fig. 34 – Camas de solteiro que podem ser empilhadas para uso como cama-beliche, integrantes da “linha nova”, desenhadas na Unilabor mas produzidas apenas na Hobjeto. [crédito da imagem: Acervo da Família de Geraldo de Barros]

Isso reforça e dá sentido à constatação de que a saída de Geraldo se deveu a insatisfação com a derivação excessivamente gestonária da comunidade, o que diminuía o espaço para a discussão e tomada de decisões quanto à produção do móvel. Ademais, a falta de capital de giro e de planejamento a médio prazo, que apesar de figurarem nos planos de frei João não se realizavam na prática, tornava sua permanência desinteressante pois, para Geraldo, não fazia sentido um trabalho que não se transformasse. Geraldo era alguém inquieto, depuseram pessoas que com ele conviveram intimamente, não conseguia permanecer inativo, não era alguém de esperar que as situações se resolvessem por si²⁵³.

A semelhança pode ser verificada mediante comparação dos móveis Unilabor da fase madura (Padrão UL) com os primeiros móveis produzidos por Hobjeto, entre 1964 e 1965 (ver figs. 26, 27) e reside na configuração retilínea, no uso de componentes e subcomponentes de medidas complementares (característica que permaneceu ao longo de décadas na Hobjeto) e na possibilidade de combinação entre as partes (com a produção de caixas, conjuntos e subconjuntos). A diferença, talvez a única, reside no fato de a “linha nova” abolir o uso do tubo metálico estruturante, substituído por perfis de madeira maciça. Os dois tipos são conhecidos por meio de exemplares encontrados em uso até hoje, por fotos de anúncios publicitários e catálogos²⁵⁴, além de desenhos técnicos.

²⁵³ Depoimento de Michel Favre, genro de Geraldo de Barros, em conferência pública na exposição “Geraldo de Barros - modulação de mundos” no SESC Pinheiros (São Paulo) em setembro de 2009.

²⁵⁴ Sobre a data do catálogo Unilabor desenhado por Wollner, que tenho como sendo 1958, ainda é necessário certificar-se: a empresa Planegraphis [Planejamentos Gráficos Planegraphis, ver: PRÊMIO Ampulheta-1965. **Folha de São Paulo**, 21-2-1965, p.11, caderno Assuntos Diversos. / ver também: CALVO, Manuel. **Exposição no Museu de Arte Contemporânea**. Planegraphis, São Paulo, 1965. / ver também: Diário Oficial da União, 27 de janeiro de 1969, p. 828, Seção III.], que é creditada como a casa impressora, talvez não existisse à época, sendo (CONTINUA ...)

Fig. 35 – Acima: estante Hobjeto, em pórticos de madeira, com caixas independentes, possibilitando configuração de acordo com a vontade do comprador [crédito da imagem: Acervo da Família de Geraldo de Barros] / abaixo: estante multifuncional Unilabor [crédito da imagem: German Lorca / Acervo da Família de Geraldo de Barros]

posterior; informações dão conta que foi fundada por Geraldo de Barros e Alexandre Wollner, tendo como sócios de capital membros da família do artista plástico Nelson Leirner, senão o próprio. A questão é saber: quando?

Mas em 6 de abril de 1966 as duas empresas assinam um “convênio de produção da nova linha de móveis”, que dá à Unilabor o direito de produzir tais peças mediante pagamento de comissão a Bioni & Companhia. Antonio Bioni informa²⁵⁵ que o intuito desse contrato era o de auxiliar a Unilabor num momento de dificuldade financeira mas que, devido à enorme “má vontade” dos donos da Unilabor, não chegou a ser posto em prática, pois não foi possível acordar detalhes operacionais “por puro ciúme”, diz. “Rasguei o contrato, de raiva”.

Fig. 36 – Anúncio da “nova linha” da Hobjeto. Notar a estante e sua construção em caixas e pórticos, estes agora em madeira e não em metal, como eram na Unilabor, assim como a presença das “caixas” nos bufês horizontais e na estante. Atente-se também, complementarmente, para a construção da frase com um misto de imagem, texto e sinais de pontuação, numa alusão à poesia concreta. [crédito da imagem: Revista Casa & Jardim, n.136, abril de 1966, p.28]

²⁵⁵ Entrevista de fevereiro-março de 2012 ao autor.

A autoria não é contestada por ninguém pois todos, na época e hoje, são unânimes em apontar Geraldo de Barros como autor; porém, dada a situação coletiva da qual é fruto o móvel, a autoria da obra de arte na época da indústria é coletiva, e poderia ser hipoteticamente atribuída ao grupo, o que faria justiça ao programa moderno da arte incorporada na indústria, do qual o concretismo e Geraldo em particular, são tributários. Portanto não foi a autoria, que nesse momento não é colocada em dúvida, mas sim a propriedade do desenho o que esteve em disputa. A disputa pelo direito de produção não traz à tona uma reivindicação de autoria por parte da Unilabor em relação a Geraldo, ou a Bioni, ou à Bioni & Companhia, ou à Hobjeto até porque todos os companheiros, em registros da época e em depoimentos posteriores, se referem aos móveis em questão como sendo desenhados por Geraldo, tanto os da “linha nova” da Hobjeto quanto os anteriores, da fase do Padrão UL²⁵⁶, reconhecendo-o explicitamente como o único autor. Quanto a isso não parece que tenha havido disputa, ao contrário. Geraldo era benquisto e admirado por todos ou a maioria dos companheiros. A questão que se colocava dizia respeito a um arranjo ao qual se viram obrigadas as partes e que consistia na possibilidade de a Unilabor produzir a linha nova desde que pagasse uma comissão a Geraldo, considerado o responsável por sua criação.

O que é possível dizer é que a Hobjeto, ao longo das décadas seguintes (1970 e 1980) tornou-se uma empresa desejável do ponto de vista do emprego de designers e arquitetos, que a consideravam²⁵⁷ um excelente lugar para se trabalhar. A Hobjeto talvez tenha sido uma Unilabor que deu certo.

²⁵⁶ Padrão UL foi o nome dado ao conjunto de móveis da fase madura da Unilabor, a partir de 1958 aproximadamente, a partir de quando a empresa deixa de produzir sob encomenda.

²⁵⁷ Ver depoimento de Ruth Ruttman.

O trabalho de concepção foi feito na Unilabor, tendo-se utilizado sua estrutura material e humana; sendo assim os ex-companheiros, mesmo não autores no sentido estrito, julgavam ter algum direito sobre o desenho resultante, ao menos o direito de produzir os móveis correspondentes e lucrar com eles. O contrato mencionado reconhece esse direito, enquanto o pagamento de comissão a Bioni & Companhia reconhece a autoria de Geraldo de Barros. Do ponto de vista do direito empresarial contemporâneo a questão de autoria compartilhada pode talvez ser colocada. Porém não se colocou à época.

Frei João usa o fato de um beliche (ver fig. 37), desenhado por Geraldo, haver sido premiado na VI UD, em 1965, para alardear, em carta que pede a entidades estrangeiras apoio financeiro para a Unilabor, já na época das dificuldades narradas no capítulo 1, que a Unilabor tinha peças premiadas na UD.

Fig. 37 – Beliche da Hobjeto, Prêmio Roberto Simonsen, VI UD.
Foto: acervo Alcântara Machado Feiras e Exposições.

2.3. Rompimento neoconcreto e limites do concretismo

2.3.1. As certezas de Geraldo de Barros / concretismo, indústria, desenho

A certeza do programa da poesia concreta: 1) autonomia da linguagem poética; 2) recusa do caráter ornamental²⁵⁸; no caso dos móveis da Unilabor tal recusa ocorre mesmo se levando em conta o uso da folha de jacarandá no revestimento de portas e tampos, no lugar de outros elementos disponíveis e de caráter completamente industrial como a fórmica, usada também, não obstante, ao lado do jacarandá; por que o jacarandá, se a fórmica já dá conta da função protetora que o jacarandá apenas reafirma e repete? Além do mais é madeira nobre, marca de distinção de classe no Brasil. Ora, a resposta está no fato de que o arabesco dos veios da madeira nobre é recortado em retângulos precisamente desenhados, forçando uma justaposição geométrica causadora de estranhamento. O uso de publicidade em revistas de decoração na Hobjeto, pode ser listado como um outro elemento das certezas objetivas que guiavam Geraldo por este novo mundo da produção (e das vendas) em larga escala, na Hobjeto (anúncios provocativos dirigidos a um público de classe média, ver fig. 38).

²⁵⁸ Ver p. 337-8 de: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura** - São Paulo no meio do século 20. Bauru: Edusc, 2002. 482 p.

Geraldo de Barros, designer da Hobjeto, tem umas verdades a dizer sobre o trabalho dos arquitetos.

Nós que integramos a indústria de produtos para decoração de interiores, temos consciência de que dependemos do arquiteto, de sua linha de pensamento, sugestões e ideias para a realização de ambientes.

Um fato lamentável, que nos mostram as estatísticas, é que as obras assistidas pelos arquitetos, não chegam a 5% do total de obras construídas. É muito importante que um trabalho iniciado com a construção de uma obra seja completo. Isso mesmo: completo.

Mantendo a mesma unidade por dentro e por fora.

Na verdade, deveria existir um maior interesse por parte do cliente, para que não houvesse um desacordo entre o que foi planejado e o que vai ser executado.

O ideal, seria o arquiteto acompanhar o seu cliente até à escolha dos objetos decorativos de uma casa.

Assim, gostaríamos que os arquitetos tivessem maiores informações sobre o que Hobjeto pode oferecer em todos os sentidos.

Hobjeto, acima de tudo, é um design que vive dentro de uma realidade de consumo e de poder aquisitivo.

Não raras vezes, o arquiteto tem de se submeter a uma verba limitada para a execução de um projeto.

Levando em conta esses casos, Hobjeto sempre se preocupou em ser uma opção válida.

Um bom design, dentro de uma realidade em que o mundo vive.

Quer dizer: dinheiro, dinheiro e mais dinheiro.

Enfim podemos dizer que compreendemos e respeitamos a importância do arquiteto. Afinal, nosso trabalho é um prolongamento do trabalho dele. Por isso, Hobjeto conta com um departamento especial de atendimento aos arquitetos, para oferecer informações sobre todas as nossas linhas de móveis.

Assim, solicitamos aos arquitetos que nos escrevam ou telefonem, para entrarmos em contato. A presença do arquiteto não é apenas privilégio de um grande projeto.

Ainda, que seus honorários sejam pagos pelas próprias indústrias fornecedoras de materiais para execução de um projeto.

HOBJETO
o móvel inteligente

Av Faria Lima 960 F 210 2707/210 0095 S Paulo
Escritório Central

Fig. 38 - Anúncio da Hobjeto, cerca de 1970 [crédito da imagem: Arquivo do autor]

O espírito construtivo da obra de Geraldo de Barros, em especial sua época na Unilabor, que compreende a fase inicial de sua vida profissional como artista e designer, deve ser buscado na sua relação intelectual com Mário Pedrosa (grupo de estudos na casa deste no Rio de Janeiro), com Otl Aicher (uma rápida passagem no ateliê deste artista em Ulm), com Stanley William Hayter (gravura em Paris) e com os colegas de ofício em São Paulo: Sacilotto, Cordeiro, os irmãos Campos, entre outros. Suas referências internacionais são Gropius, Hannes Meyer e Paul Klee.

Geraldo aplica sua sensibilidade e sua inteligência estética numa ação prática e bastante técnica, que é a produção de objetos na indústria.

2.3.2. As dúvidas de Hélio Oiticica / concretismo, neoplasticismo, espaço

Já Oiticica trilha vertente bastante diferente, que se consubstancia na guinada anunciada no Manifesto Neoconcreto. De certo modo, e para se fazer um contraste correto com a obra de Geraldo de Barros, razão da análise presente, pode-se imaginar que Hélio Oiticica duvida, pois “traciona” a geometria do construtivismo para dentro do sujeito, procurando desconstruir as automaticidades adquiridas.

O rompimento neoconcreto deve ser considerado do ponto de vista da questão crucial que coloca: o deslocamento do objeto para o sujeito como elemento de consideração central para a construção da modernidade; note-se que a origem construtivista do neoconcretismo permanece e se manifesta exatamente nessa pretensão política, reformista, dirigida à lógica social, se bem que não pela via técnica mas por um atalho subjetivo (Hélio Oiticica, Lygia Clark). Nesse momento, em 1959, ao formular seu programa definindo a ‘não-coisa’²⁵⁹ – um acontecimento desprovido de significado – o neoconcretismo indica a questão central que fundamentaria, anos depois, a própria crítica internacional à utopia projetual: faz uma crítica à centralidade do objeto técnico como portador de significados morais. Tratava-se de perceber que a lógica do sistema estava mudando de uma base industrial (portanto técnica) para uma base cultural, como viria, mais tarde, a explicar Fredric Jameson: a lógica da produção da riqueza no capitalismo tardio é uma lógica cultural, não mais industrial.

²⁵⁹ GULLAR, Ferreira. **Etapas da arte contemporânea** - do cubismo à arte neoconcreta. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999. 301 p.

A ruptura neoconcreta mantém o trabalho desses artistas ainda nos limites do construtivismo, mas demonstra um viés subjetivista, que é sua característica e ponto de distinção; ao fazê-lo estabelece um primeiro momento, no Brasil, de crítica da hegemonia moderna do objeto técnico, expresso nas várias experiências modernas de construção do ambiente (das quais Brasília é o mais famoso exemplo); inaugura uma etapa (para a qual outras forças como o tropicalismo serão fundamentais) pós-moderna na arte brasileira, quando identifica a insuficiência do controle do objeto técnico (base do concretismo), através de sua projeção, como elemento da transformação social e participa (o neoconcretismo brasileiro), assim, da crítica pós-moderna que internacionalmente articulava-se acerca dos limites da ação projetual – não para concordar com sua vertente conservadora (neo-liberal), diga-se. Uma leitura da passagem do concretismo para o neoconcretismo, na arte brasileira, a partir de determinados autores (Tadeu Chiarelli²⁶⁰, Nicholas Brown²⁶¹), revela, em combinação com uma análise do quadro político local e mundial (e da indicação do golpe de 1964 no Brasil como um dos marcos da pós-modernidade ocidental, por Brown), que o concretismo não estava equipado, programaticamente, para o advento de uma crise de confiança no programa moderno, como ocorre então, e da qual, no Brasil, foi o neoconcretismo (por meio de uma leitura aprofundada do programa neoplasticista) o melhor portador.

2.3.3. A contribuição de Roberto Schwarz / modernismo e pós-modernismo

A análise que faz Schwarz da deriva de Sérgio Ferro em torno da industrialização da construção no Brasil dos anos pós-ditadura militar mostra que este contrapõe, ao

²⁶⁰ CHIARELLI, Tadeu. **Arte internacional brasileira**. São Paulo: Lemos, 1999. 311 p.

²⁶¹ BROWN, Nicholas. **Utopian generations**: the political horizon of twentieth-century literature. Princeton: Princeton University Press, 2006. 248 p.

discurso “arejado” e “enxuto” do arquiteto moderno, a realidade suja e autoritária do canteiro de obra, que Ferro escolheu como seu “teste do racionalismo arquitetônico e de suas pretensões”²⁶²:

“Quando, a partir de 64, o racionalismo arquitetônico mostrou ser compatível com as necessidades da ditadura e da modernização capitalista do país, Sérgio resolveu examinar mais de perto as suas razões.”²⁶³

Um paralelo se pode estabelecer com a prática fabril na Unilabor, de matriz construtivista (por Geraldo de Barros), na medida em que não contém uma reflexão acerca da condição operária, mas apenas acerca da condição técnica da produção, por meio do desenho esteticamente informado.

²⁶² p. 220 de: SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrécia** - ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 312 p.

²⁶³ p. 220 de: SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrécia** - ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 312 p.

3. A FALÊNCIA

Vista de fora, a falência da Unilabor pode parecer bastante mais prosaica, e não sem certa dose de razão. Pode-se sem dificuldade ver nela apenas o destino que uma empresa qualquer teria, se pequena, descapitalizada e sem métodos de gestão confiáveis, conforme explana Gutierrez²⁶⁴. A seguinte fala refere-se ao início dos anos 1980 quando, no Brasil, no quadro da abertura política, “a autogestão aparece como um objeto de interesse e de pesquisa a partir dos acontecimentos de maio de 68 na França”²⁶⁵:

“A questão da autogestão parecia, já naquele momento, pouco desenvolvida no Brasil, seja no campo teórico, ou na realidade concreta. O fato de experiências fracassarem, apesar da decepção ideológica e o sofrimento pessoal dos envolvidos, não queria dizer muita coisa. O mais famoso fracasso da época foi a fábrica de móveis Unilabor, retratada no livro *Batismo de Sangue* de Frei Betto (1982). Tratava-se de uma empresa autogestionária dirigida por um padre cuja maior credencial em administração era ter atuado numa pastoral operária na França. O Brasil vivia um período de forte instabilidade econômica, com estagnação do crescimento e inflação ascendente. Uma fábrica pequena de móveis, pouco capitalizada, sem tecnologia de ponta, tinha grandes possibilidades de falir, independente da forma de gestão adotada.”²⁶⁶

²⁶⁴ GUTIERREZ, Gustavo Luis. Trinta anos pensando a forma da empresa autogerida. **ORG & DEMO**, Marília, v. 13, n. 1, p. 23-36, jan./jul., 2012

²⁶⁵ Ver p. 24 de: GUTIERREZ, Gustavo Luis. Trinta anos pensando a forma da empresa autogerida. **ORG & DEMO**, Marília, v. 13, n. 1, p. 23-36, jan./jul., 2012.

²⁶⁶ Ver p. 25 de: GUTIERREZ, Gustavo Luis. Trinta anos pensando a forma da empresa autogerida. **ORG & DEMO**, Marília, v. 13, n. 1, p. 23-36, jan./jul., 2012.

Por mais que se possa pedir uma compreensão mais abrangente sobre os acontecimentos na Unilabor, é verdade também que, do estrito ponto de vista da teoria da gestão da empresa, talvez a Unilabor não tivesse as condições clássicas de sobreviver, justamente pelos motivos apontados acima²⁶⁷. Frei Betto descreve assim o fim da Unilabor:

“A Unilabor falira deixando o saldo de uma dívida que se alongou pelos anos e a certeza de que é uma ilusão a atividade empresarial justa dentro de um sistema iníquo. Fundada por Frei João Batista, a fábrica de móveis era dirigida, na aplicação do capital e na partilha dos lucros, por seus próprios empregados. Discípulo do padre Lebrez e do Economia e Humanismo – o movimento que pretendia reformar o capitalismo pela aplicação da doutrina social da Igreja –, Frei João trabalhara como padre-operário na França. Ao regressar ao Brasil, sacrificou-se pela Unilabor durante vinte anos. Restaram-lhe os cabelos brancos, as dívidas, a desilusão, o firme convencimento de que não basta cortar o chifre do diabo, é necessário suprimir o mal pela raiz.”²⁶⁸

Teófilo Ribeiro de Andrade Filho informa²⁶⁹ que tentou evitar a falência da Unilabor e no final das contas nem sabe se ela faliu ou não. Diz que na Unilabor o fato de todos serem donos fazia com que a disciplina não fosse muito eficiente, de modo que muitas vezes as pessoas chegavam e saíam na hora que queriam. Isso certamente

²⁶⁷ O pesquisador Sigmar Malvezzi, professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP, cuja área de pesquisa é a relação Homem-Trabalho, e que frequentou, quando jovem, a Unilabor, tendo conhecido frei João Batista, avalia (em conversa breve, mas que pode ser anotada aqui com o um índice), pelo que pôde acompanhar à época, que à Unilabor faltou planejamento de médio e longo prazo. [Entrevista não gravada, 8 de março de 2012].

²⁶⁸ p. 72 de: BETTO, Frei. **Batismo de sangue** - os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 283 p.

²⁶⁹ Entrevista em 14-7-2010, por telefone.

contribuiu para desorganizar a Unilabor; pode não ter sido a única causa, mas contribuiu; estranha a Unilabor não ter dado certo, pois era apoiada por muitos, inclusive empresários: as pessoas compravam móveis deles para ajudar, davam preferência, para ajudá-los pois simpatizavam com a ideia.

3.1. Socorro infrutífero

3.1.1. Comunidade Scott Bader (1963) / exemplo de ajuda de amigos

A solicitação de contribuição financeira a Scott Bader Commonwealth não diferiu do padrão de frei João de buscar continuamente (e obter) contribuições ou empréstimos de amigos e instituições que eram cativados ou que frei João procurava cativar. A diferença do caso Scott Bader é que há um registro dramático da deterioração das relações entre o emprestante e frei João quando o empréstimo deixa de ser pago. Ocorre que é realizado em 1963 e alcança, ao longo de 1964, a crise financeira da Unilabor, sendo que deixa de ser possível a esta quitá-lo.

Documentos manuscritos por frei João Batista mostram que o empréstimo feito pela Scott Bader Commonwealth (cooperativa autogestionária inglesa cujo fundador se tornara amigo de frei João e da Unilabor, tendo conhecido e frequentado a empresa por vários meses seguidos) não foi feito diretamente à Unilabor mas sim ao Centro Social Cristo Operário, através da empresa brasileira Alba S.A., indústria química subsidiária da comunidade inglesa²⁷⁰.

²⁷⁰ Documento não numerado, Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas (Belo Horizonte). [cópia na pesquisa: fichário 2]

3.1.2. Agiotas (1964) / recursos mais vultosos

O fato de que o corte mais ou menos súbito e simultâneo, no ano de 1964, das contribuições de diversas origens com as quais sempre contara a Unilabor, e do crédito bancário na forma do desconto mensal de hipotecas²⁷¹ coloca a empresa em crise, tendo de imediato que recorrer a agiotas, demonstra que não dispunha de reserva, a ponto de não ter fôlego para aguentar sequer alguns meses de dinheiro curto, até que as coisas se rearranjassem financeiramente, que o crédito bancário retornasse (talvez), que os apoiadores de sempre achassem outra forma de contribuir ou que se achassem novos apoiadores como, por exemplo, Scott Bader. Esses fatos denotam, como notou o depoente Sigmar Malvezzi²⁷², falta de plano a médio e longo prazos. Na verdade, como se sabe, houve também uma “greve branca” em janeiro de 1964 que contribuiu para desestabilizar a produção e, ao longo de 1964, a retirada de quinze sócios com respectivas cotas em dinheiro. José Suares de Oliveira, funcionário em 1964, mas que não participava da gestão da empresa, sente a crise na falta de pagamento:

“Na área que eu trabalhava, a marcenaria, a gente não sentia a crise. A gente cuidava da produção, de fazer os móveis, de executar aquilo que era determinado para fazer. Então a gente só ficava sabendo quando chegava o dia de receber e começava aquela [história]: ‘hoje não tem vale, só amanhã [é] que tem...’ e amanhã não tinha. Então começou essa fase muito ruim e a gente foi percebendo, mas não sabia o porquê disso tudo. Só sabia que no dia de receber não recebia e depois não

²⁷¹ Títulos bancários de curto prazo que adiantam montante a ser recebido por conta de negócios contratados mas ainda não consumados.

²⁷² Depoimento de Sigmar Malvezzi ao autor, fevereiro 2012.

conseguiram mais normalizar. E começou a ir um para um lado, outro para o outro... acabou dando no que deu, não vigorou mais nada.”²⁷³

Adicionado aos gastos crescentes com salários, relatados em registros contábeis da empresa, é de se perguntar a respeito da viabilidade de um acréscimo importante nos compromissos financeiros a serem saldados a cada mês. Depoimentos de companheiros e mesmo registros a mão de frei João Batista relatam as dificuldades vividas pela empresa a partir de 1964. Depois do golpe de Estado em março desse ano a Unilabor passou a sofrer com a escassez de crédito²⁷⁴. Em 1965, de acordo com uma compradora dos móveis, “a Unilabor já estava em crise”. Dava para perceber, diz, porque eles atrasavam na entrega e a qualidade já não era tão boa²⁷⁵. Por volta de 1965 a crise era um fato. Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu, gerente da Unilabor nesse momento, expõe trâmites de negociações com credores:

“Na concordata branca, a gente convidava os fornecedores para uma reunião na qual se expunha toda a situação da empresa com muita transparência. Ele [estando] a par da situação a gente propunha: podemos pagar e manter a linha de crédito aberta. Pagamos assim: x agora e x parcelado. O restante parcelado em 3, 4, 5 meses, desde que o crédito

²⁷³ Depoimento de José Suares de Oliveira ao autor.

²⁷⁴ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu: “A Unilabor estava muito bem, tinha a sua folha de pagamento em dia, seus fornecedores em dia. De repente com a revolução de 64, percebemos que os bancos... desapareceu o crédito: o Banco do Estado, o Banco do Brasil. Primeiro foi o Banco do Brasil ... depois foi o Banco do Estado de São Paulo, depois foram até os bancos particulares, incluindo o Banco América, o Banco Comércio e Indústria. Finalmente, um dia, o Herbert Levy abriu o jogo e contou para o frei João: o nosso crédito estava sendo cortado por ordem de cima, o que vale dizer o Banco Central.” / Ver também depoimento de frei João Batista: “Com a Revolução de 64 ... os bancos foram proibidos de descontar duplicatas à vontade, em favor da pequena indústria. Chegamos então ao absurdo de ter que trabalhar com nada menos de 21 bancos diferentes, cada um não concedendo mais que uma linha de crédito de dois a três mil cruzeiros. Resultado: o monte [sic] mensal de duplicatas para as quais não havia crédito ia fatalmente parar nas mãos dos agiotas não-oficiais ... que arrancavam das firmas que a eles recorriam juros sobre juros, um modo rápido de as devorar por uma perna. A saída não podia ser outra: a falência.” (p. 36 de: SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.).

²⁷⁵ Depoimento de Vera Malzone Santos, em 1 de junho de 2004.

continuasse aberto às compras de imediato do aqui e agora, do mês que vem, do outro. E continuamos pagando, a concordata branca foi efetuada com a unanimidade dos fornecedores e honrada. Pelo menos até a minha saída estava tudo honrado. Não só com os fornecedores, mas também com o Estado, sobretudo com o INPS.”²⁷⁶

Acusações mútuas quanto à lisura das operações com agiotas e à quitação dessas dívidas também minaram a confiança e o espírito de colaboração. Frei João tem dificuldade de gerenciar as disputas, como confirmam suas cartas aos superiores da ordem. Em certa ocasião tem que ser internado para tratamento médico e se ausenta da comunidade. Relatório interno, elaborado por ele em meio à crise financeira, revela sua magnitude. Sobre o desequilíbrio entre receita e despesa, diz:

“... a nossa escrita se complicava cada vez mais. Foi preciso que eu voltasse de Juiz de Fora para promover uma reunião final para pedir a dissolução da firma que já não pagava mais ninguém nem tinha dinheiro vivo para pagar os sócios e os empregados. Estes em maior número acabaram saindo todos [e] movendo [...] uma ação trabalhista contra a Cooperativa. Mas a escrita que mais me incomodava não consegui baixar a 0 já que o interventor das cooperativas nos obrigava a confessar 87 milhões devidos ao agiota. Isto naturalmente deu alta de caixa pois foi dinheiro que realmente não entrou, mas [constatamos] que em outubro a alta subia a 170 milhões.”²⁷⁷

Por volta de 1965-66 a situação já era insustentável. A comissão enviada pelos dominicanos para realizar um rearranjo produtivo na empresa estava trabalhando,

²⁷⁶ Depoimento de Waldenes Ferreira Japyassu; o maior fornecedor (e portanto credor) era a empresa Madeirex, diz.

²⁷⁷ Documento DG2P53DO33, Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas (Belo Horizonte).

porém sem grandes resultados²⁷⁸, e em meio a tal clima de apreensão. Mais adiante, o mesmo documento de frei João informa sobre a possibilidade de mesmo a dissolução da empresa ser sustada, em vista de débitos fiscais com o Estado (União e Prefeitura):

“Mas disse [o DAC, Departamento de Assistência ao Cooperativismo] que de forma alguma aprovará o fechamento da matriz, antes que a UL pague os atrasados do IAPI 20 milhões e mais 5 do imposto de renda ilegalmente retidos na fonte. Quanto aos 45 milhões de imposto de consumo cobrados dos fregueses e não recolhidos vão estudar se se trata de crime fiscal ou penal. Conforme for a UL continuará aberta para pagar aquele e este.”

A descrição acima pode ser tomada como uma visão abrangente da crise.

3.1.3. Ordem dominicana (1965) / apagar o incêndio

A modalidade de compra de automóvel (em si um bem desejável, promovido nos meios de comunicação como símbolo de status e da “modernidade” do país) em consórcios era uma novidade na época. A ordem dos dominicanos ensaia o lançamento de um, destinado a levantar fundos para o socorro financeiro à ordem como um todo, chamado “Aprovei”. Conta para isso com sua penetração na classe média profissional liberal, que lhe garantia ampla rede de simpatizantes e

²⁷⁸ Ideo Bava informa, em depoimento ao autor, que a então estudante do curso do IADÊ, Angélica Santi e o arquiteto Eduardo de Almeida, amigo dos dominicanos, frequentam nesse momento a Unilabor para fazer o balanço final (inventário geral), entregar as últimas encomendas e fechar a fábrica.

colaboradores²⁷⁹. A empreitada, no entanto, não é bem sucedida, gerando muitos problemas e nenhuma solução²⁸⁰.

Sabe-se que as finanças da Ordem estiveram em certo período sob exame. Institui-se uma comissão, que dura alguns anos, para reordená-las. Dela fazem parte: frei José Freitas Neves, frei Jorge Cid de Camargo Perez, frei José Renato da Silva, Armando de Campos Toledo, aos quais, no capítulo de fevereiro de 1973, se agradece “o valioso esforço em vista do saneamento das finanças da Província e o seguro encaminhamento de um planejamento racional nesse setor”²⁸¹.

3.2. Recuperação pelo desenho: Ideo Bava e Angélica Santi (1965)

O ponto de vista de Ideo Bava, profissional encarregado de recuperar a operacionalidade empresarial da Unilabor, em meio à crise, em 1965, em depoimento em 11 de março de 1997: Geraldo tinha pretendido se valer de direitos que a Unilabor não podia cobrir; frei João quase fora da Unilabor, em função de doença; comunidade não existe mais. Geraldo foi visto pelos dominicanos como alguém que queria ganhar mais do que a produção da Unilabor podia render. O momento do Geraldo era de fazer uma opção: ele não era religioso e o seu idealismo era de um outro tipo. A questão da Unilabor (as dívidas, a impossibilidade de continuar) era uma questão da Ordem inteira, todos estavam atingidos pelos acontecimentos.

²⁷⁹ “O MPL também tinha mais acesso à militância cristã, principalmente a que atuava na Ação Católica, e especialmente os profissionais liberais: engenheiros, advogados, médicos, professores. Chegaram a formar um Consórcio de carros para ajudar os dominicanos, chamado ‘Aprovei’.” (VALENÇA, João Antônio Caldas. 1960. Obtido em 9-2-2012 em: <http://www.carlos.marighella.nom.br/1960.htm>)

²⁸⁰ Depoimento de Magno Vilela ao autor dá conta da ocorrência de um golpe, por meio do qual parte ou a totalidade do fundo financeiro do consórcio é ilegalmente desviada, e que desarticula a empreitada.

²⁸¹ p. 10 de: ATAS do Capítulo Provincial da Província de São Tomás de Aquino do Brasil, Belo Horizonte, fevereiro de 1973. 28 p.

A própria tentativa do consórcio de carros (Aprovei), foi uma iniciativa que brotou dentro desse idealismo, uma tentativa para salvar a Unilabor, diz. Achavam que podia dar certo e gerar o dinheiro necessário para a Unilabor e também para a ordem. Havia duas Unilabor: a dos intelectuais e artistas e a dos operários. Uma se dedicava à produção dos móveis, tout court. A outra era a do projeto utópico, muito idealista, religioso e ideologicamente revolucionário. Para mim [Ideo Bava falando] era uma coisa utópica e muito importante. Mas o conflito era na área econômica: fazer um móvel barato e sobreviver. Não era possível resolver com tanto idealismo. A coisa tinha que ser resolvida pelo desenho. Não foi chamado à Unilabor porque fosse um expert no assunto móveis e engenharia, que de fato era, mas em primeiro lugar porque era amigo dos dominicanos.

O depoimento de Angélica Santi²⁸², que ocorreu a pedido de Ideo Bava para auxiliar trabalhando de graça, dá conta de que Geraldo “era um mito” na Unilabor e sua saída deixou a empresa sem rumo. De acordo com Angélica, o desenho é a alma da Unilabor e a saída de Geraldo desestrutura-a completamente. Geraldo avança comercialmente muito mais na Hobjeto, onde conseguiu ser mais livre em termos comerciais que os outros concorrentes, pois acompanhou mais o mercado. Sair da Unilabor foi um avanço para Geraldo, diz.

3.3. Desativação

3.3.1. Análise da situação por frei João

“Até que em maio de 66 sobreveio a maior das graças: a derrocada da UL. A bem dizer, a morte da empresa anunciada por mim já em 65, em

²⁸² Depoimento de Angélica Santi ao autor.

manifesto também assinado pela FNT, causou ao país um impacto de certo modo maior que a sua fundação em 54. O manifesto foi distribuído por todo o país em 25 mil exemplares; traduzido em inglês por americanos, foi divulgado na Inglaterra em 5 mil exemplares, correu a América Latina toda [...] chegou às mãos de Robert Kennedy, Eugene McCarthy e W. Fullbright [...], jornal Le Monde [...]. Amigos do exterior mandaram-me, logo após a publicação, 5 mil dólares para lutar contra a falência; de South Bend, Indiana, EEUU, veio uma carta de um americano – voluntário do Papa e muito anti-capitalista que me visitara pouco antes – com um cheque em dólares e mais a proposta de um empréstimo de 100 mil dólares por três anos a 3,5% ao ano, juros normais de lá e finalmente, um brasileiro – entusiasta do ideal da UL – procurou para oferecer duzentos milhões de cruzeiros a juros baixos e prazo indefinido: ‘Uma coisa como esta não pode morrer assim, por falta de dinheiro’, disse ele. Eu acabava de sair do hospital, e só teria aceitado propostas tão tentadoras se fosse realmente louco. A coisa toda merecia morrer. Nunca a palavra do Evangelho: se o grão não cair em terra e não morrer... me pareceu tão válida. E escrevi ao americano e disse ao brasileiro que haviam chegado tarde demais.’²⁸³

O texto acima é de 14 de setembro de 1968 e mostra uma avaliação posterior ao fim da Unilabor. Sua importância, além de mostrar o espírito que dominava frei João nesta fase crítica, está em delimitar maio de 1966 como a data do início da derrocada. Duas outras cartas de frei João, sem data, manuscritas, encontradas no arquivo da ordem em Belo Horizonte e dirigidas ao padre provincial, são peças centrais na

²⁸³ Ver p. 13-4 de: SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, 21 p.

compreensão da crise que levou ao fim da Unilabor. Nelas frei João faz uma série de solicitações, esclarecimentos e conjecturas, tentando arranjar o quebra-cabeças de responsabilidades, valores monetários e providências práticas que a situação falimentar da Unilabor havia estabelecido. De uma delas se tem apenas a página inicial²⁸⁴ mas da outra existe a íntegra²⁸⁵ (14 páginas manuscritas), embora não seja possível estabelecer a ordem correta de algumas páginas, ou falem algumas páginas. A seguir um relato de seus conteúdos.

3.3.1.1. Documento DG2P53D034

Pela leitura dessa carta fica-se sabendo que há uma ação de despejo, movida pela Ordem contra a Unilabor. A Ordem quer despejar a Cooperativa Unilabor dos edifícios que lhe pertencem, como forma de resguardar o que é seu, para evitar que os edifícios, de propriedade dos dominicanos, fossem envolvidos na quitação de dívidas. Há uma ação trabalhista contra a Unilabor movida pelo advogado Mário Carvalho de Jesus, representando companheiros que precisavam interpelar a Unilabor para ter alguma esperança de receber suas respectivas partes. O DAC deverá sustar ambas para permitir que a Unilabor permaneça em sua sede até pagar as dívidas:

- IAPI e Receita Federal (imposto de renda), num total de 20 milhões
- 30 milhões ou mais de imposto de consumo atrasado
- 20 milhões de vendas e consignações

²⁸⁴ SANTOS, João Batista Pereira dos. **Padre Provincial**. Carta manuscrita, sem data [c.1965-66]; Arquivo da Ordem dos Dominicanos, Belo Horizonte, item DG2P53D034.

²⁸⁵ SANTOS, João Batista Pereira dos. **Meu caro Pe. Provincial**. Carta manuscrita dirigida a frei Alexandre; sem data [posterior a 1965, provavelmente início de 1966]; Arquivo da Ordem dos Dominicanos, Belo Horizonte, item DG2P53D033.

→ 10 milhões para a Prefeitura

3.3.1.2. Documento DG2P53D033

Esta carta, também dirigida ao “padre provincial”, tem 14 páginas. É posterior à analisada acima. Sua leitura permite obter as seguintes certezas sobre os acontecimentos:

- Miriam Braga, Alice Nigro Sobrinha, Dorival Geres e o Centro Social Cristo Operário são sócios na loja da Praça da República
- o gerente da Cooperativa tem um salário de 500 mil cruzeiros
- reunião na Unilabor à qual comparecem Nelson Abrão, Miriam, Alice, Dorival, com os sócios, mas Mário Carvalho de Jesus não comparece, embora fosse esperado
- a Cooperativa já aprovou uma ata de dissolução, não aceita pelo DAC pois desobedece seu próprio estatuto (da cooperativa) que manda que o liquidante deve ser nomeado pela cooperativa, o que não ocorreu; Cooperativa por fim nomeia Alfredo Lopes como liquidante²⁸⁶
- Alfredo é irmão do presidente da Cooperativa [trata-se de José Lopes, cuja assinatura como presidente aparece em inúmeros documentos
- o presidente da coopeativa muda de endereço residencial e passa a propriedade do imóvel para os filhos para se precaver contra possível penhora, a conselho do advogado [nome suprimido]

²⁸⁶ Isto é confirmado por Alfredo em seu texto: SILVA, Alfredo Lopes da. **Ad memoriam Unilabor**: nascimento e fim. São Paulo, datilografado, inédito, 1998, 38 p.

- empresa não paga mais ninguém e “[nem tem] dinheiro vivo para pagar os sócios e os empregados”; estes últimos se demitem e movem ação contra a Cooperativa através de Mário Carvalho de Jesus
- a Cooperativa tem um interventor que exige que a escrita fiscal seja posta em dia de acordo com a realidade, o que significa declarar os 87 milhões devidos “ao agiota”
- esse valor, uma vez incluído na escrita fiscal da Cooperativa, “deu alta de caixa, pois foi dinheiro que realmente não entrou”, diz frei João; mas em outubro [provavelmente de 1966] a alta já estava em 170 milhões; frei João e [nome suprimido] não conseguem fazer chegar todos esses valores a zero pois não havia documentos que permitissem

3.3.2. Mas a empresa foi encerrada?

A produção foi interrompida completamente em fevereiro de 1967. Mas é difícil determinar, pela inexistência de documentos e testemunhos esclarecedores, as condições sob as quais ocorreu o encerramento da empresa. Em depoimento de agosto de 1994²⁸⁷ Geraldo de Barros afirma que pressões políticas externas, da conjuntura do país, assim como brigas internas (não só políticas, mas também por dinheiro) inviabilizaram a empresa. A Unilabor “explodiu”, diz, e Geraldo foi embora antes da falência²⁸⁸. A empresa encerrou completamente suas atividades em fevereiro de 1967²⁸⁹. Não se tem, no entanto, notícia de seu encerramento jurídico

²⁸⁷ GERALDO de Barros. Entrevista gravada em vídeo. Entrevistador: Carlos Romani. **Museu da Imagem e do Som**, São Paulo, 17 de agosto de 1994, 100 minutos, tombo VH-00706/94 Geraldo de Barros.

²⁸⁸ Geraldo se desliga da empresa em março de 1964, de acordo com depoimento de Antonio Bioni.

²⁸⁹ É certo que na data de 17 de abril de 1967 a cooperativa ainda não estava juridicamente encerrada, como mostra a existência de procuração passada por Alfredo Lopes a frei João Batista (arquivada no 1º Registro de Títulos e Documentos, Rua Roberto Simonsen 106, São Paulo) nomeado nessa oportunidade “liquidante da (CONTINUA ...)

que pode, eventualmente, não ter ocorrido. Os acontecimentos relativos ao fim podem ser elencados como sendo:

1. o crescimento da empresa, especialmente entre 1958 e 1962, leva a um processo interno de discussão a respeito da administração do lucro²⁹⁰ cujo resultado é a produção de um “racha” (uma divisão sem volta) entre os companheiros; as opções que se colocam são o reinvestimento na modernização das oficinas ou sua conversão em dividendos para os quotistas e aumento salarial para os não quotistas; Geraldo de Barros e frei João Batista, além de outros companheiros, posicionam-se pela primeira opção, mas outro grupo, majoritário, opta pela segunda; isso provoca a saída de Geraldo de Barros em março de 1964
2. a retirada de 15 sócios da cooperativa, depois de uma greve branca no início de 1964, descapitaliza a empresa, que não se recupera totalmente, tendo que recorrer a agiotas e, nesse processo, se endivida de forma incontrolável
3. o golpe de 1964 provoca a suspensão do apoio financeiro com o qual contava a Unilabor, proveniente de simpatizantes sinceros ou mesmo apoiadores de ocasião, caudatários da penetração social que a ideia de uma autogestão operária de fundo humanista e católico suscitava numa conjuntura ambígua e incerta, na qual essa poderia parecer, das saídas para o futuro imediato do país, a menos pior, pois ainda oposta à alternativa comunista; com o golpe, o apoio a uma comunidade operária deixa de ser viável, ou de fazer sentido, para tais atores sociais

‘Cooperativa de Trabalho Unilabor’, situada à Rua Vergueiro 7236, podendo receber, dar quitação, transigir, acordar, recorrer e substabelecer a [sic] advogado com os poderes ‘ad-Judicia’”. (Ver documento arquivado nos arquivos da pesquisa, fichário 2.).

²⁹⁰ Ver menção a esta hipótese na pesquisa anterior, de mestrado.

Apesar de haver documentos que confirmam a existência de dívidas²⁹¹ (credores reclamando pagamentos), não há indício de sua eventual solução. Mesmo no caso da Scott Bader Commonwealth (a comunidade autogestionária inglesa que ocorreu em socorro da Unilabor em 1963 e que, depois de reclamar da falta de pagamento do empréstimo, se reconcilia), apesar de estar preservada uma intensa troca de cartas mostrando a aproximação amistosa, depois o rompimento e por fim uma reconciliação – mesmo nesse caso não há notícia esclarecedora do porquê da reconciliação, mas apenas o registro do perdão da dívida. Parece que uma parte da história falta. No entanto e de todo modo, esse não terá sido o principal credor que a Unilabor terá deixado de pagar (se houve outro), já que a quantia emprestada não era a maior dívida da empresa, embora não fosse desprezível: tratava-se de cerca de 11 milhões de cruzeiros no segundo semestre de 1966²⁹².

Por outro lado sabe-se, por depoimentos atuais, que muitos ex-companheiros, que se sentiram financeiramente prejudicados ao fim da Unilabor por não terem podido reaver cotas (no caso dos cooperados) ou direitos trabalhistas (no caso dos contratados), não procuraram a empresa depois da falência, preferindo arcar individualmente com os prejuízos²⁹³. Mas a empresa foi processada por credores externos e os ex-companheiros cooperados, que eram quotistas e portanto proprietários, antes de reivindicar o ressarcimento de alguma perda, tinham que

²⁹¹ Ver carta de 2 de fevereiro de 1967 do Escritório Alcântara Ltda Administração e Participações à Ordem dos Dominicanos e à Cooperativa Unilabor (reclamando pagamento de empréstimo, sem citar valores) arquivada em: Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte.

²⁹² Conforme indica anotação financeira manuscrita por frei João Batista (ver documento DG2P53DO54 no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte). Para comparação: o salário mínimo em São Paulo em julho de 1966, em moeda corrente, era Cr\$ 84.000.

²⁹³ Há depoimentos a respeito: Helena, esposa de Eduardo Póvaz, Élio Salomão.

responder solidariamente a esses terceiros. Assim, diz Élio Salomão²⁹⁴, um ex-companheiro quotista: "Não tenho lembranças físicas da Unilabor", não me deu prazer o final da Unilabor. Eu era sócio, tive que contratar advogado para me livrar dos problemas da Unilabor; saí da Unilabor sem nada, fiquei seis meses desempregado e depois tive que trabalhar durante quinze anos numa firma "rígida, capitalista", para poder completar o tempo de serviço da aposentadoria. A Unilabor não deu certo também por causa "[...] da ditadura militar [...]. Eu tive um livro daqueles do frei João e até meu advogado pediu o livro para poder me defender nos processos no final da empresa". Trabalhei na Unilabor durante dez anos [entre 1957 e 1967], diz. "Não quero participar de encontros" a respeito da Unilabor. "Falando português claro: houve um 'racha' na Unilabor [...]. A Unilabor é uma coisa morta. Tem coisas que é bom a gente esquecer".

²⁹⁴ Depoimento telefônico em 4 de fevereiro de 2004, ao autor.

Fig. 39 – Símbolo da Unilabor, desenhado por Geraldo de Barros por volta de 1957. Sobre o fato de o desenho remeter à cruz cristã e ao martelo do movimento operário soviético, frei João afirma em um de seus livros desejar que, no futuro, com a criação de comunidades de trabalho no campo, se pudesse acrescentar também a foice.

CONCLUSÃO

As descobertas e interpretações corretas e produtivas para a compreensão do projeto Unilabor contidas nesta pesquisa só são possíveis, naturalmente (como em toda pesquisa) depois de determinado afastamento temporal, ao longo do qual a época que se estuda tenha sido interpretada por muitos pesquisadores, tornando possível e disponível um arsenal analítico. No entanto é importante lembrar que, ao realizar essa tarefa, o pesquisador corre o grande risco de diminuir, por vezes, o valor e a coragem daqueles que agiram com os elementos que tinham à mão, porque eventualmente tecerá críticas a suas escolhas, o que esta pesquisa tentou não fazer.

Ao longo da pesquisa, desde 1992 até hoje, conversei com muitas pessoas que testemunharam a existência da Unilabor, fizeram parte de sua construção, ou compraram seus móveis. De toda forma, pessoas que carregam um pouco da Unilabor consigo. Me resta a certeza de que, talvez diferentemente do que o mestrado disse, aqueles operários, companheiros, aqueles frequentadores da capela, aqueles moradores do bairro, descritos nos livros de frei João, mencionados nos artigos em jornais e revistas em muitas décadas diferentes e, por fim, descritos em meu mestrado e agora neste doutorado, não tenham tido, como eu inicialmente pensei, amor incondicional pela Unilabor ou por seus móveis. Uma desconfiança desse tipo foi se insinuando na medida em que muitos depoimentos me faziam pensar se o que eu ouvia era um relato pessoal ou era a história que frei João Batista construía para a Unilabor. Mais recentemente a minha própria pesquisa, por meio do livro e da exposição, e do tombamento e restauro com os quais estive intimamente relacionada, foi em algumas ocasiões referência que voltou para mim pela boca de meus entrevistados.

As questões que ficam em aberto, ao final da pesquisa, dizem respeito à construção da memória da Unilabor. Para ser completamente coerente com o programa inicial apresentado só há um modo, para mim como pesquisador participativo, que é prosseguir e fazer deste estudo um momento de uma força fraca. Para isso a pesquisa deverá ser aberta e ao mesmo tempo aprimorada tendo como meta compreender de modo mais profundo ainda, mais pessoal e mais agregador, os acontecimentos que, na Unilabor, acabaram por separar tantos indivíduos.

Será necessário, numa fase posterior do estudo, prosseguir com uma série de proposições fundamentais para o enriquecimento da construção da história da Unilabor. A primeira delas é de caráter coletivo e depende da disposição dos vários pesquisadores que, direta ou indiretamente, têm a Unilabor ou elementos de sua história como assuntos em suas respectivas pesquisas²⁹⁵. São, atualmente, poucos pesquisadores, porém a qualidade das pesquisas que já produziram e produzem justifica amplamente um investimento numa ação coletivizadora, na forma de um encontro inicial que discuta justamente essa possibilidade. Trata-se de ampliar o trabalho de sistematização de objetos, documentos e vestígios, já iniciado pelas

²⁹⁵ BANDEIRA, João. **Geraldo de Barros** - modulação de mundos. São Paulo: SESC-SP, 2009. Catálogo de exposição, de 20-4 a 28-6-2009. sem paginação. / CIPOLLA, Carla Martins. **O avesso do espelho**: relações comunitárias e divisão do trabalho na experiência da Unilabor. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, dissertação (mestrado), prof. orientador Roberto dos Santos Bartholo Júnior, 2002. 238 p. / ETCHEVERRY, Carolina Martins. **Geraldo de Barros** - entre pintura, fotografia e design. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, junho 2011. 9 p. / FAUSTO, Boris. **Memórias de um historiador de domingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 287 p. / LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda** - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 280 p. / MECA, Osvaldo. **Geraldo de Barros e a Unilabor**: uma subversão dentro dos parâmetros do desenvolvimento. Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de História. Texto inédito, datilografado, cedido pelo autor em 24-1-2012. 18 p. / MORI, Eva Kaiser. **Estudo da paleta de cores do artista Alfredo Volpi utilizando métodos de análise física não-destrutivos por meio dos equipamentos de espectrofotômetro, espectômetro de energia dispersiva EDXRF e microscópio eletrônico de varredura MEV**. Universidade de São Paulo, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geociências, área de Mineralogia e Petrologia, segundo semestre 2012, 8 p. / SILVA, Valdirene Fátima da. **As cores de Alfredo Volpi**: o caso das obras murais da Capela do Cristo Operário. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, dissertação (mestrado), professor orientador Agnaldo Aricê Caldas Farias, 2007. 155 p. (+ anexos). / SIQUEIRA, Elcio. **Melhores que o patrão**: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963). Unicamp, IFCH, Departamento de História, professor orientador: Michael McDonald Hall, 2009. 379 p.

pesquisas em andamento, e propor a construção de um fundo comum, na forma de um banco de dados que posteriormente seja publicizado. Tal trabalho de pesquisa deve oferecer condições para que um centro de memória Unilabor, que possua inclusive peças do mobiliário Unilabor em seu acervo, venha a se constituir dentro da EDT, possivelmente como um setor da Biblioteca padre Lebrecht. É importante lembrar que a EDT funciona nas instalações originais da Unilabor e que é instituição de pesquisa e ensino, características que a fazem abrigo preferencial desse futuro centro, caso seja um dia criado.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993. 86 p.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010. 92 p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007. 95 p.
- ANDREWS, Christina W. **Emancipação e legitimidade** - uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Unifesp, 2011. 158 p.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.
- ARANTES, Beatriz Fiori, ARANTES, Paulo Eduardo. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992. 149 p.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 280 p.
- ATAS dos Capítulos Provinciais O.P. Brasil 1952/81**. [volume encadernado com atas e outros documentos do período indicado, em sequência cronológica; sem paginação geral; Biblioteca da Escola Dominicana de Teologia, São Paulo].
- ÁVILA, Fernando Bastos de. **Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1963. 176 p.
- BADER, Godric. **The Scott Bader Commonwealth**: putting people first. Long Range Planning - International Journal of Strategic Management and Corporate Planning, Pergamon Journals Ltd., vol. 19, n.6, December 1986. p. 66-74.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Governo João Goulart** - as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. São Paulo: Unesp, 2010. 483 p.
- BARROS, Geraldo de. (sem título). Nota para divulgação de exposição, São Paulo, 4 junho 1991. **Arquivo Vanda Svevo da Bienal Internacional de São Paulo**.
- BARROS, Geraldo de. 35 fotografias - g. Iorça. **Museu de Arte Moderna de São Paulo**, junho 1952. [folheto de exposição].
- BARROS, Geraldo de. A sala de fotografia. **Boletim Foto-Cine**, São Paulo, Foto-Cine Clube Bandeirante, fev-mar 1954, ano VII, n. 87, p. 12-7.
- BARROS, Geraldo de. Correspondência com Pietro Maria Bardi sobre exemplares de fotografias integrantes da exposição Fotoformas e outros assuntos. **Arquivo do Museu de Arte de São Paulo**, 1966.
- BARROS, Geraldo de. Da produção em massa de uma pintura (quadros a preço de custo). São Paulo, **Galeria Seta**, 28 junho 1967.

BARROS, Geraldo de. Da retomada de alguns objetos-forma da arte concreta. **XV Bienal Internacional de São Paulo**, 1979.

BARROS, Geraldo de. Fotografias. **Habitat**, São Paulo, p. 64, n. 1, outubro-dezembro 1950.

BARROS, Geraldo de. Página datilografada, com texto em primeira pessoa, com anotação a mão ao pé da página: "Geraldo de Barros". [data: 4 junho 1991]. **Arquivo Vanda Svevo da Bienal Internacional de São Paulo**.

BARROS, Geraldo de. Palestra no Museu de Arte Moderna, 17 de maio de 1977. [relatório da palestra por Maria Vanêssa R. Cavalcanti]. **Prefeitura do Município de São Paulo**, Centro Cultural São Paulo, Divisão de Pesquisas, documento DT-1300.

BARROS, Geraldo de. Texto de divulgação da empresa Hobjeto sobre prêmio recebido (Certificado de Boa Forma - Prêmio Roberto Simonsen - VI UD), assinado por Geraldo de Barros. **Arquivo do Museu de Arte de São Paulo**. [sem data].

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** - rumo a uma outra modernidade. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 383 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p.

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política**: história da JUC e da AP. Petrópolis: Vozes, 1984. 190 p.

BERNSTEIN-JACQUES, Paola. **Estética da ginga** - a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 144 p.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue** - os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 283 p.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. In: **Estudos Avancados**, Universidade de São Paulo, vol. 9, n. 25, p. 275-93, set./dez 1995.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia** - temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 442 p.

BULGARELLI, Waldírio. **Elaboração do direito cooperativo**: um ensaio de autonomia. São Paulo: Atlas, 1967. 168 p.

BULGARELLI, Waldírio. **Regime jurídico das sociedades cooperativas**. São Paulo: Pioneira, 1965. 235 p.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão** - o governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983. 156 p.

CEVASCO, Maria Elisa (org.), OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 402 p.

CIPOLLA, Carla Martins. **O avesso do espelho**: relações comunitárias e divisão do trabalho na experiência da Unilabor. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, dissertação (mestrado), prof. orientador Roberto dos Santos Bartholo Júnior, 2002. 238 p.

CLARO, Mauro. **Unilabor** – desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Senac, 2004. 190 p.

DESROCHE, H.C. e outros. **Caractères de la communauté**. Ecully: Economie et Humanisme, sem data. (___ p.) p. ___-___. Introduction. / p. 25-34. Analyse de la communauté.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006. 899 p.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria** - um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 301 p.

EAGLETON, Terry. **Ideologia** - uma introdução. São Paulo: Boitempo/Unesp, 2007. 204 p.

EAGLETON, Terry. **O debate sobre Deus** - razão, fé e revolução. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 167 p.

ESPADA, Heloísa. **Fotoformas** - a máquina lúdica de Geraldo de Barros. Universidade de São Paulo, ECA, dissertação (mestrado), professor orientador: Domingos Tadeu Chiarelli, 2006. 159 p.

FAUSTO, Boris. **A célula trotskista de Sorocaba**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 9-8-2009, p. 6-7.

FAUSTO, Boris. **Memórias de um historiador de domingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 287 p.

FERRO, Sérgio, ARANTES, Pedro Fiori (org.), SCHWARZ, Roberto (posfácio). **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac-Naify, 2006. 452 p.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado** - por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac-Naify, 2007. (222 p.) p. 51-8. A não-coisa (1). / p. 59-65. A não-coisa (2).

FREITAG, Barbara (org.), ROUANET, Sérgio Paulo (org.). **Habermas**. São Paulo: Ática, 1993. 216 p.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos**. [ed. standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXI, 1927-1931]. Rio de Janeiro: Imago, 2006. 299 p.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos** - volume XIII (1913-1914). [edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud]. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 277 p.

GAVIÃO, Fábio Pires. **A "esquerda católica" e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dissertação (mestrado), professora orientadora Vavy Pacheco Borges, 20-9-2007. 187 p.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005. 106 p.

GULLAR, Ferreira. **Etapas da arte contemporânea** - do cubismo à arte neoconcreta. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999. 301 p.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Trinta anos pensando a forma da empresa autogerida. **ORG & DEMO**, Marília, v. 13, n. 1, p. 23-36, jan./jul., 2012. Disponível em: <http://200.145.171.5/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/2577/2034>

HABERMAS, Juergen. Um perfil filosófico-político - entrevista com Juergen Habermas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, set. 1987, p. 77-102.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência - a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990. 350 p.

HOBBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo** - Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 423 p.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo** - a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997. 431 p.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. São Paulo: Forense Universitária, 1990. 146 p.

KURZ, Robert. **A teoria de Marx, a crise e a abolição do capitalismo** - perguntas e respostas sobre a situação histórica da crítica social radical. Entrevista com Robert Kurz em 13-5-2010. Acesso em 28-11-2010: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz363.htm>

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Editora da UFJF / Pazulin, 2004. 293 p.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 395 p.

KURZ, Robert. **Razão sangrenta** - ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010. 298 p.

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda** - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 280 p.

LEBRET, L.-J., DESROCHES, H.-Ch. **La communauté Boimondau**. [Cahiers de la Communauté, Documents Économie et Humanisme, 4, préface d'Alexandre Dubois]. 2ème ed. L'Arbresle: Économie et Humanisme, 1946. 55 p.

LEBRET, L.-J., GATHERON, J.-M. **Principes et perspectives d'une économie humaine**. [Cahiers d'Économie et Humanisme, Centre d'étude des complexes sociaux, n.4]. Écully: Économie et Humanisme, 1947. 81 p.

LIMA, Jacob Carlos (org.). **Ligações perigosas** - trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007. 314 p.

MAGALHÃES, Mariza Catarina. **A atuação política da ordem dominicana na cidade de São Paulo no período de 1963 a 1973**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dissertação (mestrado), prof. orientadora Maria Angélica V.M. Careaga Soler, 2002. 140 p.

MANIFESTO contra o trabalho - Grupo Krisis. São Paulo: Conrad, 2003. 101 p.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia** - introdução à sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Globo, 1954. 310 p.

MARTINS, José de Souza. **Uma arqueologia da memória social** - autobiografia de um moleque de fábrica. Cotia: Ateliê, 2011. 464 p.

MARX, Karl. **O capital** - crítica da economia política; livro primeiro: o processo de produção da mercadoria; volume 1. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 571 p.

MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. **O cooperativismo**: uma economia humana. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1966. (328 p.) p. 64-71. O cooperativismo no Brasil.

MENEZES, Aureliano. **Entrevista com Geraldo de Barros**, sócio da Hobjeto, em abril de 1976. São Paulo, 12 páginas datilografadas, cópia cedida pelo autor em 12-1-2002.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo / Brasília: Brasiliense/CNPq, 1985. 652 p.

MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de trabalho**: direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000. 111 p.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Autogestão**: participação dos trabalhadores na empresa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 397 p.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho" - volume 1 - A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215 p.

OITICICA, Hélio, FIGUEIREDO, Luciano (org.), PAPE, Lygia (org.), SALOMÃO, Waly (org.). **Aspiro ao grande labirinto** - seleção de textos. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 134 p.

PELLETIER, Denis. **Économie et Humanisme** - de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1966). Paris: CERF, 1996. 518 p.

PINHO, Diva Benevides. **Sindicalismo e cooperativismo** - volume I: Evolução doutrinária e problemas atuais. São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, 1967. 138 p.

POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination**: a reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 424 p.

RAMOS, Pedro Hussak van Velthen. **Sobre A comunidade que vem de Giorgio Agamben**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 13 p. Acesso em 16-9-2012:
http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/etica-alteridade/artigos/Pedro_Hussak.pdf

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. **Negatividade e ruptura**: configurações da crítica de Robert Kurz. Universidade de São Paulo, FFLCH, dissertação (mestrado), professor orientador: Ricardo Musse, 2010. 113 p.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Fim de um mundo** - aleluia! São Paulo: Paulinas, 1984. 147 p.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Hanseníase** - doença física ou chaga social. São Paulo: Paulinas, 1984. 127 p.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Recordações da casa dos loucos**. São Paulo: Paulinas, 1983. 108 p.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Uma saída para o desemprego** - comunidade de trabalho na cidade ou no campo. Petrópolis: Vozes, 1982. 90 p.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Unilabor** - uma revolução na estrutura da empresa. São Paulo: Duas Cidades, 1962. 161 p.

SANTOS, João Batista Pereira dos. **A revolução do Cristo**. [capa por Alexandre Wollner]. São Paulo: Herder, 1963. 81 p.

SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, 21 p. / Documento localizado em: Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Belo Horizonte, n. DG1P33A

SANTOS, João Batista Pereira dos. **Histórico da experiência do Vergueiro**. São Paulo, 1968, datilografado, inédito, 21 p.

SANTOS, João Batista Pereira dos. **Os chifres do diabo** - capitalismo e comunismo. [capa por Geraldo de Barros]. São Paulo: SAL, 1964. 158 p.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas** - forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000. 236 p.

SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrécia** - ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 312 p.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 152 p.

SCHWARZ, Roberto. Posfácio. In: ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova** - Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002. (254 p.) p. 225-32.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras** - ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 249 p.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene, CLARO, Mauro. Between capitalism and socialism: a French model of a self-managing network of companies in the Brazilian industrialization of the mid-twentieth century. [paper apresentado]. IEHC 2006, **XIV International Economic History Congress**, Helsinki, Finland, 21-25 August, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009. 132 p.

THIOLLENT, Michel. Revendo caminhos de pesquisa e de ação. **Revista Dominicana de Teologia**, Escola Dominicana de Teologia, São Paulo, ano III, n.5, julho-dezembro 2007, p. 53-65. ISSN: 19801963

Entrevistas

- Cynira Stocco Fausto, por **Murilo Leal Pereira Neto**
- Doroti Massola, por **Murilo Leal Pereira Neto**
- frei João Batista Pereira dos Santos, por **Domingos Figueiredo Esteves Guimarães**
- Angélica Santi
- Antonio Bioni
- Domingos Zamagna

- frei Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira
- frei João Xerri
- frei Reginaldo (Amadeu) Fortini
- Gontran Guanaes Netto
- Ideo Bava
- João José da Silveira Neto
- José Suares de Oliveira
- Magno Vilela
- Maria Thereza Vargas

Arquivos consultados

- Arquivo da Família de Geraldo de Barros
- Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas, Ordem dos Dominicanos, Belo Horizonte: <http://www.dominicanos.org.br>
- Arquivo Público do Estado de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: <http://www.usp.br/sibi>
- Biblioteca Nadir Gouvêia Kfour, PUC-SP: <http://lumen.pucsp.br>
- Biblioteca Padre Lebre, Escola Dominicana de Teologia, São Paulo: <http://www.dominicanos.org.br>
- Bibliotecas da Universidade de São Paulo: <http://www.usp.br/sibi>
- Bibliotecas da Universidade Presbiteriana Mackenzie: <http://www.mackenzie.br/bibliotecas.html>
- Capes, Portal de Periódicos: <http://www.periodicos.capes.gov.br>
- Diário Oficial do Estado de São Paulo: <http://www.cidadao.sp.gov.br>
- Jornal Folha de São Paulo: <http://acervo.folha.com.br>
- Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp): <http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br>
- Jus Brasil: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/navegue/DOSP>

ANEXOS

Anexo 1. "Entrevista com frei João Batista dos Santos - Idealizador da Capela de Cristo Operário" / por Domingos Figueiredo Esteves
Guimarães, 10 de outubro de 1974 / Arquivo do autor

artistas deste ou daquele naipe. Eu tinha somente o objetivo de substituir uma capelinha muito antiga que havia lá, (era exígua demais) ~~por~~ uma um pouquinho maior. Acontece que no local da capela existia um pequeno armazém do Sesi, ante de comprar o terreno. Tive uma idéia. Como o dinheiro faltava, ocorreu-me a idéia de construir a partir do que já estava feito. Então foram arrancadas as duas portas de ferro do armazém, foi construído no fundo o que é atualmente o altar, e a parte de trás da capela. Desenhei uma pequena torre ao lado direito. Quando já havia acabado de construir, passou por lá o célebre arquiteto Rino Lewi. Ele estava de passagem para Santos. Desceu e me perguntou quem tinha construído aquela capela, falei que fora eu mesmo. - "Você precisou de arquiteto, de construtor arquiteto ou engenheiros?" - "Não, não consulte ninguém, rabisquei aqui (no papel)". E disse: "- Essa capela me dá uma idéia: as proporções arquitetônicas são tão boas, estão exatas". (Estou me gabando um pouco...)"

D.G.: Pode continuar.

Frei: O que estava dizendo....

D.G. Que as proporções são exatas

Frei: - As proporções são exatas. "E eu sugeriria que o senhor decorasse a sua capela com alguns motivos de arte moderna". Eu lhe disse que não conhecia os meios artísticos de S. Paulo, não estava ligado a ninguém. Ele voltou com frei Benevenuto que era amigo dele e os dois tiveram a idéia de estabelecerem contato com o Cecillo Matarazo, presidente do....., diretor do Museu de Arte Moderna. Cecillo esteve lá junto com Rino Lewi e se prontificou a financiar as obras de arte que seriam realizadas ali nas paredes e o Rino Lewi, sugeriu ao Cecillo o nome do pintor Alfredo Volpi, e também o nome de Bruno Giorgi como escultor. Eles se puseram a trabalhar e saiu o que eu batizei de Capela de Cristo Operário.

D.G.: Como foi o seu relacionamento com os artistas? Como eles chegaram a encarar este projeto?

Frei: Ele ficaram entusiasmados, vieram vários artistas, e depois de pronta surgiu uma dúvida: as duas estátuas que o Bruno Giorgi tinha feito me pareceram que não seriam aprovadas pelo povo do lugar. Sabe, o povo é muito atrozado em matéria de arte, mas tem uma certa intuição, eles gostaram imediatamente da Capelinha, a inauguração foi muito bonita. A decoração muito bela, de fato o povo estimou, mas ninguém ligava para aquelas duas estátuas. Eu disse

ao Bruno Giorgio: - vou deixar (aquelas duas estátuas) dois anos. ANOS
B.
Giorgio
Se o povo ao cabo de dois anos se acostumar com as duas estátuas, muito bem, elas ficarão, mas se não se acostumarem eu preciso dar um jeito, voce compreende. Então ele me disse - "tenho a certeza que o povo gostará".

D.G.: E como eram essas estátuas?

Frei: Era uma estátua de Nossa Senhora Mãe dos Homens. E a outra - era uma estátua de São João Batista. Ele colocou toda a arte dele nisso, mas aí eu fiquei na dúvida, resolvi pedir a opinião de um dos artistas do Museu, convocar a maioria dos artistas e o próprio diretor do Museu, que era o ...l... (na época, como era o nome dele, já é falecido(?))

D.G.: Qual era o Museu?

Frei: O Museu de Arte Moderna, o diretor do museu, voce não sabe quem era?

D.G.: Ele já Morreu?

Frei: Ele já morreu, Esqueci o nome.....

D.G.: Qual foi o artista que te aconselhou?

Frei: Foi o Geraldo de Barros, que era muito ligado ao M.A.M. Ele deu-me esse conselho para me tirar da dúvida.

D.G.: Isso foi em que ano?

Frei: Foi em 1952. - Aí desfilaram todo um rosário de artistas plásticos, né, e, foram, dando as suas opiniões, até que o diretor artístico do Museu chegou lá uma vez... Pois é, esqueci o nome

D.G.: Ah! Desse é que voce se esqueceu?

Frei: Não me ocorre no momento, eu me lembraria... Só sei que começa por L.... Como é gente? Estou com a memória muito ruim, mas isso não vem ao caso... Era uma autoridade incontestável, incontestada na época. O que é ou não é arte sacra? Ele foi, ficou meia hora observando de todos os ângulos - afinal deu o veredicto dele, né. - "Olha, que isto é arte é Arte, mas não é arte sacra". Aí compreendo porque o povo tem tanta dificuldade...

D.G.: Quais eram as características dessas imagens? Eram abstratas ou figurativas?

1952

Frei: Não. Eram figurativas mas com o toque do Bruno Giorgio.

D.G.: E qual o tipo do material que ele usou? Foi mármore ou gesso?

Frei: Foi de gesso.

D.G.: E a onde foram parar essas imagens?

Frei: Ah! Uns amigos logo ficaram com elas.

D.G.: E as atuais imagens foram feitas por quem?

MAURÍIA
X
B. GIORGI

Frei: A Capela ficou um ano inteirinho sem imagens. Sem essas duas estátuas. Até que o Carlos Pinto Alves, sugeriu que eu falasse com a senhora dele, Mussia Pinto Alves, para ver se ela - aceitava trabalhar para a Capela. E ela aceitou, embora me dizendo que na Igreja dela (ela é russa ortodoxa) não tem tradição própria de imagens, estátuas. Os ícones são todos pinturas, não é? Ela me disse: "Vou partir do escuro." Mas, ela me fez duas estátuas que são realmente belas, e imediatamente o povo aceitou. Aceitou e rezava junto a essas imagens.

D.G.: Quais são as características dessas imagens?

Frei: Ah! Eu não sei.... Características em que sentido?

D.G.: Se elas são, por exemplo, no estilo mais clássico ou...?

Frei: Não, não é bem clássico, não

D.G.: Qual o tipo de material que ela usou?

Frei: Ela usou também o gesso, saiu uma coisa moderna, eu não sou muito versado na matéria, né, para te dizer o que foi.

D.G.: Como são essas estátuas?

NÃO SÃO AS ÚNICAS

Frei: Só sei dizer que foram as duas únicas estátuas que ela como artista idealizou na vida. São muito belas como você pode ver lá na Capela, e a gente tem a impressão do sagrado, mesmo quando a gente se aproxima da estátua.

D.G.: Ela trabalhou lá no Vergueiro ou no ateleier dela?

Frei: No atelier dela. Ela foi lá, tomou as medidas e no atelier dela trabalhou. Quando estavam prontas eu fui buscar e trouxe com todo o cuidado.

D.G.: Conta pra' nós como foi o seu relacionamento com o pintor Alfredo Volpi?

Frei: Ah! Foi muito bacana. Porque ele passou a ir lá todos os dias durante três meses. O Volpi trabalhou na Capela e no final, no último mês trabalhou com a Yolanda Mohali, que executou os painéis, os afrescos da pia batismal. Também colaborou a Elizabeth Nobiling com as aplique e os castiçais para o altar, de barro cozido. O que voce tinha perguntado mesmo?

D.G.: Qual foi o seu relacionamento com o pintor Volpi?

Frei: Ah! O Volpi é simples, bom, coração de ouro, um homem puro. Foi ensinando, ensinando, eu assisti a coisa sendo feita. Ele me mostrava os desenhos que tinha feito em casa. Ele me disse qual era a sua idéia. Eu dei a idéia: faça um Cristo Operário. Mas, não um Cristo vestido de macacão por exemplo, com instrumento de trabalho moderno na mão. Isso não seria muito bom. Não ficaria bem com o espírito do povo daqui de modo que ele fez o Cristo tendo ao fundo uma fábrica, depois ele fez um andaime no lado direito, duas figuras. Disse-me um artista que a única parte cubista que há no painel do Volpi é esse andaime. E ele traduziu exatamente aquilo que pedia. Ele trabalhava com muito amor preparando as paredes e toda aquela técnica, dava conselhos também para a Yolanda Mohali, que nunca tinha feito um afresco, e assisti o nascer da pintura. Ele desenhou também os quatro vitrais, representando os quatro evangelistas. Ficaram muito belos, a Capela é uma jóia realmente.

D.G.: E como foi o seu relacionamento com a Yolanda Mohali?

Frei: Também foi muito cordial.

D.G.: E com a Elizabeth Nobiling?

Frei: Foi muito bacana também. Executou tudo no atelier dela e levou as coisas. E o Geraldo de Barros também deu uma contribuição e uma outra pintora pintou um afresco lá na sacristia.

D.G.: Qual o nome dessa pintora?

Frei: Juliana, não sei de que....

D.G.: Esses artistas cobraram alguma coisa pelo trabalho?

MAM PAGOU

Frei: Cobraram muito pouco. Mas foi o Museu de Arte Moderna que pagou.

D.G.: Foi o Museu Assis Chateaubriand?

Frei: Não esse é o Museu de Arte. O M.A.M. era o Ciccillo que era o presidente e o diretor artístico não me ocorre o nome, não sei, porque esqueci o nome dele. Eu disse que ele é falecido, nem tenho certeza disso.

D.G.: Conta prá nós: - após o término da Capela qual foi a aceitação do povo, que vivia no bairro operário? Como foi esta aceitação? A gente nota que a Capela não tem bancos, assentos, porque disto?

CAPELA EDUCA O GOSTO DO POVO

Frei: O porquê dela, eu dei a razão, expliquei a capelinha no dia da sua inauguração, expliquei o sentido daquilo tudo. E como é que deve ser a arte popular. O Volpi era um homem do povo, era um simples pintor de parede, de tanto lidar com tintas ele passou a fazer quadros. E hoje é o maior pintor que o Brasil tem. O povo reagiu muito bem. No começo eles tiveram um certo espanto de ver aquelas coisas que não estavam acostumados, mas depois tomaram afeição pela Capela e foi daí por diante.... A Capela educava o gosto do povo sem pretensão nenhuma de dar lições a ninguém, pelo fato de existir e funcionar como capelinha, o povo ia lá de vez em quando nos meus sermões fazia alusão aquilo que estavam vendo, aos quatro evangelistas, à pintura do Volpi. São três afrescos que o Volpi fez. O do fundo, o Cristo Operário de braços abertos, e do lado uma cena de Santo Antônio pregando aos peixes. Isso foi prá dar um pouco de satisfação ao povo do lugar porque a capelinha antiga era dedicada a Santo Antônio. Eles queriam uma Capela de Santo Antônio e eu queria a do Cristo Operário. A minha idéia é de trabalhar em meio operário. Então não satisfez muito o gosto do povo mas em compensação eles ganharam a apresentação de um episódio da vida do Santo. Quando o Santo Antônio viu a sua palavra rejeitada pelos homens foi pregar aos peixes. São os "fiorette" de Santo Antônio, e isso é do lado direito de quem entra vendo. O lado esquerdo, na parede lateral, tem a vida de Jesus menino, trabalhando de carpinteiro com o pai S. José. Aí é que eu acho que o Volpi não fez o que eu tinha pedido. Tinha pedido a ele que não fizesse S. José classico, um velho de barba, velho de 70 anos, por que na realidade S. José quando casou com N. Senhora,

A
MINHA IDEIA
ERA TRABALHAR
BALHAR
EM MEIO
OPERÁRIO

segundo costume da época devia ter uns 18 a 19 anos e N. Senhora seus 14 a 15 anos, não consta no evangelho que N. Senhora tenha casado com um homem daquela idade. Então pedi ao Volpi que fizesse um S. José mais moço; acho que a força da tradição era tanta nele, que me pos um S. José matusalém, de barba, já velho e o Menino Jesus com seus 10 ou 12 anos segurando uma ripa. Imagina, trabalhando com aquele que poderia ser o bisavô dele.

D.G.: Quem desenhôu o altar da Capela?

Frei: Fui eu mesmo.

D.G.: Ele é de mármore?

Frei: Não, é de embuia, madeira. É uma mesa toda maciça, foi preciso oito homens para levar para dentro da capela quando o altar chegou.

D.G.: E os lustres da Capela quem foi que os desenhou?

Frei: Não tem lustres, tem apliques.

D.G.: Quem executou os apliques?

Frei: Foi a Elizabeth Nobiling.

D.G.: Conta prá nós que observamos um jardim muito bem desenhado ao redor da Capela. Foi de sua autoria este jardim?

Frei: Não. A minha autoria foi só o desenho da Capela. Eu não tinha pensado em fazer jardim. O Rino Lewi depois que a Capela ficou pronta apareceu um dia com o Burle Marx. E o Burle Marx deu algumas indicações, fez um rascunho eo jardim nasceu assim de um rabisco de Burle Marx. E foi executado tal qual ele tinha dito. Ficou muito bonito o conjunto e lá esta a capela até hoje, só que precisando de uma pintura nas paredes, pintura comum, calação nova, obedecendo as especificações que os artistas deram, de colorido, etc.

D.G.: E quais foram estas especificações?

MANTER TOM

CINZA CLARO com

uma PITADINHA DE VERMELHO

Frei: Disseram que «cada vez que formar a Capela é preciso tomar muito cuidado em manter os tons de cinza claro no corpo da capela e na construção de traz que abriga o altar branco com uma pitadinha de vermelho, porque isso equilibra as pinturas e é o pa

no de fundo de tudo isso, É muito importante. Eu tenho recomendado aos que ficaram encarregado da capela de que quando forem fazer a reforma devem considerar isso.

D.G.: Voce acha que existe uma harmônia plástica no conjunto da Capela, isto é: arquitetura, pintura, escultura. E voce com o seu bom gosto, com sua percepção, considera isso: Uma vez terminada a Capela voce acha que ela ficou um todo harmonioso e condizente com os objetivos e critérios da religião?

EDUCATIVA
SIMPLES
BELA

Frei: Ficou. Ela é realmente uma coisa simples e bela como tudo que é simples e belo ela corresponde. É educativa aquela capela. Ela força as pessoas que estão lá a se elevarem, saírem dessa falsa austeridade religiosa de que são munidas as nossas igrejas e capelas. Essa arte comprada ou então milhões de exemplares iguais. Na Capela cada centímetro quadrado, cada objeto de arte que tem é uma coisa só para ali, não tem em lugar nenhum do mundo uma coisa igual. Feita sob ~~ma~~ ~~di~~ encomenda não em série. A Capela é uma coisa original não foi obra minha, eu apenas desenhei rapidamente a construção e não tinha idéia nenhuma de pôr arte ali, foi quando o Rino Lewi me disse que aquelas proporções que eu guardei por intuições (eram exatas). Tive intuição por que nunca estudei, nunca me dei meia hora de atenção a qualquer coisa de arte. Mas acho que em todos nós há um pouquinho, um desenho de ser artista e tudo o que fazemos, fazemos com a intenção de realizarmos qualquer coisa de artístico e belo, cada um tem o seu jeito e eu vi que a arte moderna foi executada pelo Volpi quer pela Moussia, e a Yolanda, Elizabeth..... perdi o fio do que estava dizendo....

D.G.: Estava dizendo sobre a arte moderna executada por esses artistas.....

Frei: Pois é, aí que eu vi que a arte moderna executada por eles tinha ressonância na alma popular, teria que ter, como teve. O povo me disse muitos anos depois: - "A gente não consegue mais assistir missa em qualquer outra Igreja. A gente ficou tão habituado com esse estilo da nossa capelinha que a gente quer é simplicidade não quer entupimento de imagens, aquela multiplicação de altares". Ela realmente educa o gosto do povo.

D.G.: Conta para nós, os paramentos foram desenhados a proposito para a Capela?

Frei: Não, os paramentos foram dados por umas amigas. Só há um com certos motivos de arte popular, O paramento verde. Os outros foram coisas belas, mais não feitos exclusivamente para a Capela

D.G. E os objetos do culto , por exemplo?

Frei: O cálice , comprei em Paris. O cálice e a âmbula, comprei numa casa especializada em objetos sacros. Mandaram o catálogo, escolhi um cálice de acôido com o estilo da capela. O armário onde estão guardado os paramentos e tudo mais do altar. A sacristia é pequenina - ela tem apenas um armário, um móvel cantoneira, uma mesa simples com um crucifixo. O crucifixo que foi doado por uma preta velha que morreu de câncer, e pouco antes de morrer ela apareceu na capela dizendo : - " Eu tenho esse crucifixo, quando eu era novinha, escrava, a minha patroa era uma suíça, uma senhora muito boa, e antes de morrer me deu esse crucifixo," disse que já tinha 100 anos! Isso já faz 20 anos. O crucifixo é de madeira entalhada, muito bonito e me foi dado de presente, me servi dele na sacristia. Tem também uma pia de lavar mão que é um objeto muito raro que tinha nesses antigos palacetes da Av. Paulista, eu me lembro também: - nas fazendas. Era pia importada da Inglaterra, sempre em cor azul ou cor de rosa, azul claro ou cor de rosa, eu me lembro muito dessas pias que eram muito comuns nas casas antigas e por acaso eu achei uma pia dessas num ferro velho, perguntei o preço, ele me disse: - " Cr\$ 40,00 " Até pexinhei um pouco , ele deixou por Cr\$ 20,00 antigos, e eu não dou aquilo nem por Cr\$25.000,00, porque é uma coisa rara. Essa fábrica, eu sei a história dela porque foi criada por um sujeito no século passado na Inglaterra. Era um cara genial, ele foi o primeiro a introduzir o "industrial design" nas coisas feitas para vender em massa, queria imprimir um cunho artístico nas coisas produzidas em séries, como todo sujeito que se aventura a fazer as coisas bem, ele fracassou e fechou a fábrica.

D.G.: E sobre o armário da sacristia?

ARMÁRIO SACRISTIA

Frei: O armário foi doado pela firma que fundei. A unilabor, que trabalha em madeira, e eles fizeram um armário, me chamaram um dia e disseram: - "Olha vimos esse desenho desse jacarandá, é tão belo que vamos fazer um armário para sua capela". Fizeram um armário utilizando aquelas partes de jacarandá que eles reservaram só para isso, de fato, é algo notável, a gente vê formas no jacarandá que são formas que existem no reino animal, como é que estão desenhadas tão perfeitamente no reino vegetal. Então serviu muito bem à finalidade da Capelinha.

D.G.: A essa capela, posteriormente os artistas voltaram a ela?

Frei : Vinha muita gente no começo. Os artistas quando passavam levavam gente pra ver, depois com o tempo foi caindo no esquecimento.

10

D.G.: Poderia citar algum nome?

Frei: A minha memória esta falhando muito. Nome de artista... Apare-
cera tantos, desde o Quirino da Silva até os críticos de arte,
de jornais, muitos artistas foram ver a Capela, passou a fase e hoje
ela não é falada, ela esta num livro editado sobre "As mais belas
Igrejas de S. Paulo" - de um reporter da Fôlha de S. Paulo. A cape-
linha esta representada em fotografias, desenhos,....

DESENHOS ?

D.G.: Agora, posteriormente, a gente sabe que alguns artistas de tea-
tro frequentaram o Vergueiro, por quê, hem?

↓
JÁ HAVIA
UM GRUPO
DE TEATRO

CHAMEI
A M.
T. VARGAS

TBC

ACÇÃO
MISSIONÁRIA

CULTURAL
ESTÉTICA

Frei: Eles vieram porque tinha.... Sempre gostei muito de teatro,
cinema, e eu fiz até um Cine Club, tinha duas máquinas de cine-
ma, ~~muito~~ boas e com o MAM tentei fazer um Cine Club, O Museu empres-
tava os filmes, mas foi preciso parar uma vez esgotados os filmes
do Museu. Mas fiz muito teatro. Quando tomei a capela nas mãos já
havia um grupo de teatro, aí dei a eles uma direção melhor. Chamei
uma moça, Maria Tereza Vargas para me ajudar, ela era muito unida
com o pessoal do Teatro Nacional de Comédia, Cacilda Becker, Sérgio
Cardoso; então eles vinham, mas vinham mais para assistirem as peças
que dávamos e nos convidavam para os teatros deles, e eram peças
muito boas do teatro moderno e antigo que ram representadas, Nesses
anos que fiquei lá sempre achei que uma ação missionária, ação reli-
giosa no meio do povo tem que abranger todos os campos em que as
criaturas humanas se revelam, e pelas quais ela se expressa. Tem que
ter - Cine Club, cinema, teatros, jardins bonitos, coisas decoradas
com gosto, com amor, beleza, plantas, crianças. Havia uma escola que
eu fundei. O meu modo de trabalhar foi sempre assim, não somente fa-
lar mais fazer as coisas que educam o povo.

D.G.: Voltando a Capela - a situação da torre da capela, foi também
desenho seu. Tem sino?

Frei: Tem até hoje.

D.G.: Esse sino foi desenhado por voce?

Frei: Já existia um sino que foi doado por um fulano para quando hou-
vesse a capela definitiva. Então pendurei o sino lá em cima,
tem um som muito bonito até.

VELHA CAPELA:
CASA DO FREI SÉRGIO

D.G.: Quantos anos tinha a velha Capela?

Frei: Chamei de velha Capela mais era uma construção meio caipira,

simples, né. Era um quarto comprido, mais comprido do que largo. Só isso, uma casinha construída ao lado.

D.G.: Tinha imagem?

Frei: Tinha uma imagem de Santo Antonio.

D.G.: Era uma imagem original?

Frei: Não.

D.G.: O senhor teve algum incidente com algum artista ou algum fato que se deu com alguma personalidade em evidência na época?

Frei: Não.

D.G.: Por exemplo qual foi a reação do Cardeal da época?

Frei: Ah! sim! Chegou aos ouvidos do Cardeal. Era o Cardeal Mota na aquela época, D. Carlos Carmelo Mota, e chegou aos ouvidos dele que estava sendo edificada uma capela. Fui lá no Palácio e convidei-o para ver a Capela. Porque tinham falado que a Igreja não concederia a licença para que funcionasse a Capela por ser Arte Moderna. Em fim, fofocas, Fui lá e preveni o Cardeal e convidei-o prá dar uma vista, Ele veio . Naquele tempo, prá voce ver como a capela tinha meios pobres mesmo, era um cimentado. Tinha feito o chão de cimento colorido -avermelhado, mas o pedreiro se enganou pos o cimento novo em cima do cimento velho e aquilo estourou tudo, né. Tive que fazer tudo de novo, então alguém me deu a idéia de colocar lajotas de cerâmica, o piso fica mais bonito, pode ser encerado, e aí convidei o Cardeal naquela época. Chegou lá, estava ainda em construção o piso, ele olhou as pinturas, os quatro vitrais, disse:- "Uai! Me tinham dito que isso aqui era uma coisa blasfematoria. Estou vendo que isso aqui é muito bonito. Pode sim, pode benzer, mando alguém, ou se não puder o vigário auxiliar." O bispo auxiliar dele veio, como eu previa não gostou das imagens, disse que não benzia aquelas imagens, as imagens do Bruno Giorgio. Falou que eu fizesse outras de acordo com o espírito da Igreja.

D.G.: Quem era esse bispo auxiliar?

Frei: Era D. Antônio Siqueira, benzeu a Capela e excluiu da benção as duas imagens de Bruno Giorgio. Isso eu falei pró Bruno quando ele veio se queixar que tinham tirado as imagens. Falei: -

12

Uai! não tinha te dito - dois anos elas ficariam, se a Igreja e o Povo aceitasse eu me curvaria, né. Mas até hoje o Bruno não sabe que chamei todos os artistas. Consultei um bom número de artistas para saber o que fazer, e todos diziam a mesma coisa.

D.G.: Poderia citar nomes?

Frei: Sou muito ruim prá citar nome, Cito o Quirino da Silva por exemplo, esteve sempre por lá. O Geraldo de Barros que trabalhava no Museu, não sei quantos vieram por lá. Todos eles foram unânimes em dizer a mesma coisa que o diretor de arte do Museu me falou. É artístico não resta dúvida mas não é arte sacra. Arte Sacra, eu acho que estou certo distinguir as duas coisas, embora alguns artistas acham que não. É "fajuto" isto, O que voce acha?

D.G.: Não Sei... Tenho mais uma pergunta a lhe fazer. É o seguinte:

Você possui os documentos da fundação dessa Capela, os desenhos, croquis desses artistas?

Frei: Não, não me deram nada. Estão todos em poder deles. Eu vi a coleção de rabisco, rascunho do Volpi. Mas ele não me deu. Eu admirava muito o Volpi porque uma vez ele estava tentando pintar uma parte de uma figura e nunca estava satisfeito a final parou na sétima vez, e disse: - "Agora sim, tem sete camadas de cores uma em cima da outra." Ele só se contentou com a última. Não teria essa última cor obtido sem as seis primeiras. Estava o tempo todo com ele, aprendendo a arte com ele, vendo como é que um homem simples saído do povo pode chegar a ser uma estrela no horizonte do Brasil, tão pobre em arte...

D.G.: E os seus desenhos com relação a arquitetura da Capela existem ainda ou não?

Frei: Não, foram rabiscos.

D.G.: E quem foi o engenheiro que fez os cálculos?

Frei: Não teve cálculos nenhum. Utilizei as paredes que lá estavam.

O prédio já havia, fiz um puxado atrás. Quem fez foram os pedreiros que trabalhavam lá. Empreiteiros, falei para um pedreiro e a capela custou na época cento e vinte e sete contos. Incluindo tudo, construção, decoração. Paguei os artistas com o dinheiro que o Museu de Arte me deu.

D.G.: Agora vamos falar de voce. A gente sabe que há alguns livros escritos por voce? Poderia dizer os nomes deles? 13

Frei: Prá que voce quer saber.

D.G.: A gente quer saber a sua história, isto aí é um documento...

Frei: Bom, eu sempre gostei de escrever. Passei anos escrevendo tudo que eu falava e aprendia de cor, fazia como se fosse inventado na hora, e no entanto era tudo escrito, só depois de muitos anos me libertei desse método e passei a falar ~~me~~ me inspirando nos olhos, na fisionomia do povo que me ouvia, não precisei mais de papel, de tomar nota de nada. Eu sempre gostei de lidar com certas coisas, de trabalhar num certo sentido, daí fui... escrevendo. Um dia sentei na cadeira, na minha escrivaninha e em 15 dias saiu um livro ~~xx~~ sobre a Unilabor: - Uma Revolução na Estrutura da Empresa - este livro teve duas edições, uma de 5 mil e outra de 3 mil volumes, já está esgotada. Trata-se da fábrica que eu idealizei, que dava direito a distribuição de lucros, dava aos operários a direção, participação na gestão, nos lucros da fábrica. Esse foi um livro sobre a Unilabor. Depois escrevi um outro: - Os chifres do Diabo - O capitalismo e o comunismo, e quel é o seu caminho para sair desse pseudo dilema para humanidade. Esse livro também escrevi em um mes. E durante alguns meses em 1962 em me pus a escrever um diário para comunicar meus pensamentos daquilo que realizei em materia social, economica, etc. para comunicar aos estudantes de teologia de S. Paulo, do nosso convento, e aí um deles me sugeriu que editasse. Procurei meus editores, e a Helder aceitou - só não aceitava o título, ela dizia: o livro religioso estava em crise não se vende, então pensei em arrumar um título mais.... Apresentei vinte e um títulos, e o vigéssimo primeiro é que foi aceito: - A Revolução do Cristo. Fora só esses tres volumes. Tres Obras que eu editei.

D.G.: E atualmente esta capela esta em poder de quem?

Frei: Esta com a Ordem. Eu sai por motivo de saúde, deixei lá o bairro onde trabalhei 21 anos, está entregue a três padres. Lá é um Centro de Pastoral Operária e Centro de Documentação para os estudos da situação humana, econômica da América Latina.

D.G.: Frei João Batista, teria mais alguma coisa a acrescentar a esse seu depoimento sobre a Capela? O sr. se lembra agora no momento de alguma coisa a mais?

Frei: Tem tanta coisa....

13
14

D.G.: Por exemplo?

Frei: Um mundo de coisa, tirar uma delas....seria muito difícil....
falar o que meu Deus.....Não estou inspirado hoje.....Voce me
pegou num péssimo dia....

D.G.: Então eu lhe agradeço pelo seu depoimento.
Obrigado.

Anexo 2. "Situação da Unilabor" / texto datilografado; autor presumível: frei João Batista; data presumível: janeiro de 1959 / Arquivo da Província Frei Bartolomeu de las Casas (Ordem dos Dominicanos), Belo Horizonte, item DG2P53D031

-2-

Mas, o dinheiro só por si, dentro de um grupo econômico comum, proporciona lucro. Na UL, caso não se estabeleça uma proporção de divisão de lucros entre capital e trabalho, em períodos anuais de atividade, incorrer-se-á em duas modalidades de erro:

- a) os componentes mais novos usufruirão de trabalho acumulado pelos primeiros, como instrumentos de sua produção e consequentemente de seus lucros, o que significa "mais valia", ou seja, a exploração do homem pelo homem, de forma que um ganhe parte do trabalho do outro;
- b) Os primeiros associados, donos legítimos de seus respectivos trabalhos acumulados, deixarão de receber os direitos sobre parte desses trabalhos e uma renda correspondente a eles, como receberiam se aplicados em qualquer outro grupo econômico comum, e que é uma injustiça, face à realidade social externa.

Atualmente, vê-se a UL diante da necessidade de possuir mais bens de produção, quer no campo industrial - sob a forma de mais e melhores máquinas, ferramentas e materiais -, quer sob o aspecto comercial, onde as mutações de preços de matérias primas impõem a existência de maiores estoques, como ainda a concorrência obriga a manter fundo financeiro para suportar as vendas a prazo. Acresce ainda a necessidade cada vez mais próxima de um fundo para assistência financeira aos seus componentes - uma caixa de auxílios e empréstimos. Tudo isto quer dizer "necessidade de capitalização" ou, em outras palavras, maior acumulação de trabalho.

Como poder sugerir tal medida sem estabelecer uma recompensa proporcional às acumulações de cada um?

Nem mesmo o ideal de "comunidade", "socialismo" ou de qualquer outra denominação, é capaz de superar os fatos que nos apresenta a situação social existente, conforme já foi demonstrado no início deste relatório. Mesmo porque todo e qualquer ideal nasce e se desenvolve unicamente em função de fatos.

-3-

SOLUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

A minha sugestão para a solução justa sob os aspectos já tratados, isto é, o de Ideal e as circunstâncias reais, para os dois problemas da UL é a seguinte:

SOCIAL - Todo o indivíduo que trabalha na UL deve ser considerado associado, desde o início de suas atividades, participando da parte de lucros atribuída ao "Trabalho". Não haverá "mais valia" sobre qualquer pessoa que trabalhe em nossa sociedade. A legalização de cada indivíduo como "sócio" da firma deverá ocorrer após um período de dois anos de trabalho, pela sua eleição pelos demais sócios já eleitos. Inclui-se também nesta sugestão, que em cada seção o "encarregado" deve ser eleito por todos os trabalhadores da seção, mas, sempre o candidato deve ser um "oficial". Dentro de cada Seção deve haver "rodízio" de trabalho entre o pessoal da seção. Em outras palavras, em períodos de 6 em 6 meses, as pessoas de cada seção devem trocar de tipo de trabalho. Se possível, o rodízio deve ser feito também entre seções. Tal medida proporcionará ao pessoal desenvolver atividades não especializadas e portanto generalizando conhecimentos e facilitando o andamento geral da produção, pelo conhecimento que cada pessoa adquire de como é feito o trabalho que antecede ao seu e também como deve entregar o trabalho ao seu continuador. Poderá então verificar qual a melhor maneira de executar uma parte de uma peça, considerando que outras pessoas ainda vão trabalhar nela. Poderá também saber porque uma peça vem às suas mãos de uma certa maneira. Ainda é o melhor sistema para se dar valor a um determinado trabalho que outra pessoa faz, porque com o tempo, todos terão trabalhado em todos os serviços.

ECONÔMICA - Os lucros da UL serão divididos em duas partes: Capital e Trabalho.

Capital - 25%

Trabalho - 75%

O Capital será constituído por quotas calculadas da seguinte maneira: O patrimônio líquido do grupo verificado em 31 de Dezembro de 1957, con-

-4-

forme Balanço, será distribuída em partes proporcionais aos tempos de trabalho de todos os membros que trabalhavam aqui naquela data. A partir de 1º de Janeiro de 1958, sobre o resultado de cada ano, dividir-se-á o lucro nas proporções de: 25% para o Capital e

75% para o Trabalho, sendo que a parte dos resultados a ser distribuída segue o seguinte critério:

Os 25% do lucro líquido serão divididos em partes proporcionais às quotas de capital de cada um existentes em 1º de Janeiro do ano em objeto. Os 75% do lucro líquido será dividido em partes iguais entre todos os participantes do grupo, independente de se já é sócio legal ou não, se tinha capital ou não. Apenas essa divisão obedecerá o critério de tempo de trabalho de cada um dentro do ano a que se refere a divisão. Assim, um sujeito que tenha trabalhado 6 meses num determinado ano, receberá só a metade do que um que trabalhou o ano todo, na parte de lucros sobre o trabalho. É claro que o lucro ganho por um membro do grupo, na parte de trabalho, deve transformar-se em quotas de capital. E, no ano seguinte, naturalmente já o novo associado, além de ganhar a parte relativa ao trabalho, também ganhará a parte relativa ao capital. Assim sucederá até que cada um complete a quota "teto" de Cr\$200.000,00 - além da qual não será mais considerado para efeito de lucros. Também considerando as necessidades naturais das pessoas, cada fim de ano poderá ser distribuída uma parte de lucros às pessoas que quiserem, dentro de uma percentagem a ser fixada na ocasião. Fica esclarecido que toda a importância retirada por um sócio, no fim de cada ano, será deduzida de sua quota de capital. Quando ocorrer o caso de um associado completar a sua quota, isto é, atingir Cr\$200.000,00, o excedente desta importância que permanecer na firma, será beneficiado com juros de 2% ao mês. Caso o mesmo queira retirá-la, deverá lhe ser entregue no momento que ele quiser e a firma possa. O "teto" de Cr\$200.000,00 poderá ser elevado, a critério da reunião de sócios.

-5-

Demonstração da situação em 1º de Janeiro de 1959, se aplicado o sistema acima proposto:

Quotas proporcionais aos tempos de trabalho até 31 de Dezembro de 1957.....	556.247,60
---	------------

Lucro de 1958- Cr\$2.138.027,40	
75% - Trabalho.....	1.603.520,60
25% - Capital.....	534.506,80

Partes dos lucros retirados em 25-12-58.....	2.694.275,00
	123.479,80

2.570.795,20

Situação de distribuição de quotas em 31-12-58... 2.570.795,20

A situação de cada associado encontra-se especificado em tabela anexa.

-0-0-0-0-